# PLANO GERAL DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS

**PGIEG** 

PROPOSTA 1992





Presidente da República Fernando Collor de Mello

Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento Marcílio Marques Moreira

# FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente Eduardo Augusto Guimarães

Diretor-Geral José Guilherme Almeida dos Reis

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas Lenildo Fernandes Silva

Diretoria de Geociências Mauro Pereira de Mello

Diretoria de Informática Nuno Duarte da Costa Bittencourt

Centro de Documentação e Disseminação de Informações Nelson de Castro Senra

# MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

# PLANO GERAL DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS PGIEG

Proposta 1992

Rio de Janeiro 1992 FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro 20021 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

© IBGE

Editorada pela Divisão de Editoração/Departamento de Editoração e Gráfica - DEDIT/CDDI, em março de 1992.

Capa: Carlos Alberto Ferreira de Carvalho - Divisão de Promoção/Departamento de Promoção e Comercialização - DECOP/CDDI.

Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG: proposta 1992 / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. - Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 167 p.

Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (Brasil).
 Brasil - Estatística.
 Geociências - Brasil.
 I. IBGE. II. Título: Proposta do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, 1992.

IBGE.CDDI. Dep. de Documentação e Biblioteca RJ-IBGE/92-13

CDU 31+55(81)

# SUMÁRIO GERAL

Apresentação	5
Primeira Parte - Plano Geral de Informações Estatísticas	7
Segunda Parte - Plano Geral de Informações Geográficas	113

# **APRESENTAÇÃO**

A proposta de Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG -, divulgada neste documento, resulta de amplo processo de discussão que teve curso nos últimos meses, em que se procurou identificar as demandas de informações pelos mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

O PGIEG é um importante instrumento de gestão dos processos de produção das estatísticas econômicas, sociais e demográficas e de informações geocientíficas. O referido Plano deverá, nos próximos anos, orientar as atividades das instituições que compõem o Sistema Estatístico Nacional, bem como a produção de informações geocientíficas pelo IBGE.

Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1992

Eduardo Augusto Guimarães Presidente do IBGE

# PRIMEIRA PARTE

Plano Geral de Informações Estatísticas

# SUMÁRIO

I	PESQUISAS POR ÁREA TEMÁTICA	1
1	Características Demográficas e Sócio-Econômicas da População 1	1
2	Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	
	Indústria	4
	Serviços	
	Preços	
	Agregados Macroeconômicos	
II	DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS1	8
1	Censo Demográfico	8
2	Estatísticas do Registro Civil	9
3	Estatísticas sobre as Separações Judiciais e Divórcios	1
4	Contagem Rápida de População	2
5	Projeções de População	13
6	Componentes da Dinâmica Demográfica	4
7	Estimativas de População	5
	Estudos das Migrações Internas	6
9	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	17
	Pesquisa Mensal de Emprego	29
	Relatório de Indicadores Sociais	0
	Assistência Médico-Sanitária (AMS)	1
	Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN)	
	Pesquisa de Saneamento Básico	
	Perfil Estatístico de Crianças e Mães	
	Pesquisas sobre Educação e Desporto	
	Pesquisas da Cultura, Lazer e Uso do Tempo	
	Pesquisa de Segurança Pública	
	Pesquisa do Corpo de Bombeiros	
	Pesquisa de Incêndios	
	Pesquisa do Movimento Policial	
	Pesquisa de Suicídios	
	Pesquisa de Acidentes de Trânsito com Vítimas	
	Pesquisa Sindical	
	Censo Agropecuário	
	Pesquisa de Estoques	
	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola	
	Pesquisa de Produção Agrícola Municipal	
	Pesquisa de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 5	
	Pesquisa de Previsão e Acompanhamento de Safras Agrícolas 5.	
	Pesquisa Especial de Soja	
32	Pesquisa Mensal de Abate de Animais	
	Pesquisa Pecuária Municipal	
	Pesquisa Mensal do Leite	
	Pesquisa Anual de Couro	
	Estatística da Pesca	
	Pesquisa de Produção de Ovos de Galinha 5	
	Censo Industrial.	

39	Pesquisa Industrial Anual - PIA	(2)
40	Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física - PIM-PF	62
41		
42	Censo da Construção	65
		66
43	Pesquisa Anual da Indústria da Construção	68
45	Balanço Energético Nacional	69
43	SIESE - Sistema de Informações Empresariais do Setor de Ener- gia Elétrica	71
46	Censo de Comércio	
47	Censo de Serviços	72
48	Censo dos Transportes	73
49	Censo dos Transportes	74
50	Pesquisa Anual de Comércio	76
51	Pesquisa Anual de Transporte Rodoviário	77
52	Pesquisa Mensal de Comércio	78
53	Pesquisa de Meios de Hospedagem	79
51	Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC	80
55	Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF	82
56	Pesquisa de Locais de Compra para o SNIPC	84
50	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção	0.5
57	Civil - SINAPI	85
58	Pesquisa de Locais de Compra para o SINAPI	87
50	Índice de Preços Recebidos pelos Produtores Rurais - IPR	88
60	Índice de Preços Pagos pelos Produtores Rurais - IPP	89
UU	Preços Médios de Arrendamentos, Vendas de Terras, Salários, Empreitadas e Transportes	00
61	Índice de Preços por Atacado - Disponibilidade Interna - IPA/DI	90 91
62	Receitas e Despesas das Administrações Públicas dos Governos	91
	Federal, Estadual e Municipal	92
63	Despesa Analítica das Administrações Públicas dos Governos	12
	Federal, Estadual e Municipal	93
64	Receitas e Despesas das Empresas Públicas dos Governos	
	Federal, Estadual e Municipal	94
65	Estatísticas sobre Meios de Pagamento	95
66	Estatísticas sobre Instituições Financeiras	96
67	Estatísticas sobre Importações de Mercadorias	97
68	Estatísticas sobre Exportações de Mercadorias	98
69	Balanço de Pagamentos	99
70	Índices de Comércio Exterior	100
	Estatísticas Econômicas das Empresas Não-Financeiras Privadas	101
72	Contas por Setores de Atividades	102
73	Contas Não-Financeiras por Setores Institucionais	103
74	Contas Consolidadas para a Nação/Contas-Padrão	104
75	PIB Real Trimestral	105
76	Formação Bruta de Capital Fixo Real	106
77	Contas Financeiras por Setores Institucionais	107
	Contas Patrimoniais por Setores Institucionais	108
79	Contas Regionais	109
80	Contas Ambientais	110
	Matriz de Insumo-Produto	111

#### I PESQUISAS POR ÁREA TEMÁTICA

# 1 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SÓCIO-ECONÔMICAS DA POPULAÇÃO

- 1.1 CENSO DEMOGRÁFICO
  Entidade Responsável: IBGE
  Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional
  Periodicidade: Decenal
- 1.2 ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Trimestral
- 1.3 ESTATÍSTICAS SOBRE SEPARAÇÕES JUDICIAIS E DIVÓRCIOS Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Trimestral
- 1.4 CONTAGEM RÁPIDA DE POPULAÇÃO
  Entidade Responsável: IBGE
  Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional
  Periodicidade: Decenal
- 1.5 PROJEÇÕES DE POPULAÇÃO
  Entidade Responsável: IBGE
  Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional
  Periodicidade: Bienal ou menor
- 1.6 COMPONENTES DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Anual
- 1.7 ESTIMATIVAS DE POPULAÇÃO
  Entidade Responsável: IBGE
  Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional
  Periodicidade: Anual
- 1.8 ESTUDOS DAS MIGRAÇÕES INTERNAS Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Variável
- 1.9 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional, exceto a área rural dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá Periodicidade: Anual
- 1.10 PESQUISA MENSAL DE EMPREGO Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e total destas regiões Periodicidade: Mensal
- 1.11 RELATÓRIO DE INDICADORES SOCIAIS Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Brasil, Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas Periodicidade: Anual/Trimestral
- 1.12 ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Anual

1.13 PESQUISA NACIONAL SOBRE SAUDE E NUTRICÃO Entidade Responsável: IBGE e INAN Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional, exceto a área rural da Região Norte :-

Periodicidade: Variável

1.14 PESQUISA DE SANEAMENTO BÁSICO Entidade Responsável: IBGE

Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional

Periodicidade: Variável

1.15 PERFIL ESTATÍSTICO DE CRIANÇAS E MÃES Entidade Responsável: IBGE e UNICEF Abrangência Geográfica: Brasil e Grandes Regiões

Periodicidade: Anual

1.16 PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO E DESPORTO Entidade Responsável: IBGE e Ministério da Educação Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional

Periodicidade: Anual (Ensino e financiamento da educação, cultura e desporto)

(Associações desportivas) Bienal Trienal (Edificação escolar)

PESQUISA DA CULTURA, LAZER E USO DO TEMPO Entidade Responsável: IBGE 1.17 Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Variável

1.18 PESQUISA DE SEGURANÇA PÚBLICA Entidade Responsável: IBGE e Ministério da Justica Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Anual

1.19 PESQUISA DO CORPO DE BOMBEIROS Entidade Responsável: IBGE e Ministério da Justiça Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Anual

1.20 PESQUISA DE INCÊNDIOS Entidade Responsável: IBGE e Ministério da Justica Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Anual

1.21 PESQUISA DO MOVIMENTO POLICIAL Entidade Responsável: IBGE e Ministério da Justiça Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Semestral

1.22 PESQUISA DE SUICÍDIOS Entidade Responsável: IBGE e Ministério da Justica Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Semestral

1.23 PESQUISA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM VÍTIMAS Entidade Responsável: IBGE e Ministério da Justiça Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Semestral

1.24 PESQUISA SINDICAL Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Anual

### 2 AGROPECUÁRIA, EXTRAÇÃO VEGETAL E PESCA

2.1 CENSO AGROPECUÁRIO
Entidade Responsável: IBGE
Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional
Periodicidade: Q ing enal

2.2 PESQUISA DE ESTOQUES
Entidade Responsável: IBGE
Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional
Periodicidade: Mensal

2.3 LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Mensal

2.4 PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Anual

2.5 PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E DA SILVICULTURA Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Anual

2.6 PREVISÃO E ACOMPANHAMENTO DE SAFRAS AGRÍCOLAS
Entidade Responsável: IBGE
Abrangência Geográfica: Paraná, Santa Catarina, Distrito Federal e São Paulo
Periodicidade: Anual

2.7 PESQUISA ESPECIAL DA SOJA Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Anual

2.8 PESQUISA MENSAL DE ABATE DE ANIMAIS Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Mensal

2.9 PESQUISA PECUÁRIA MUNICIPAL Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Anual

2.10 PESQUISA MENSAL DO LEITE Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Mensal

2.11 PESQUISA ANUAL DE COURO Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Anual

- 2.12 ESTATÍSTICA DA PESCA Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Semestral
- 2.13 PRODUÇÃO DE OVOS DE GALINHA Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Trimestral, com informações mensais

#### 3 INDÚSTRIA

- 3.1 CENSO INDUSTRIAL
  Entidade Responsável: IBGE
  Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional
  Periodicidade: Q ing enal
- 3.2 PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL
  Entidade Responsável: IBGE
  Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional
  Periodicidade: Anual
- 3.3 PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE PRODUÇÃO FÍSICA Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Mensal
- 3.4 PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE DADOS GERAIS Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Mensal
- 3.5 CENSO DA CONSTRUÇÃO
  Entidade Responsável: IBGE
  Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional
  Periodicidade: Q ing enal
- 3.6 PESQUISA ANUAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Anual
- 3.7 BALANÇO ENERGÉTICO
  Entidade Responsável: Secretaria Nacional de Energia
  Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional
  Periodicidade: Anual
- 3.8 SISTEMA DE INFORMAÇÕES EMPRESARIAIS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA Entidade Responsável: ELETROBRÁS
  Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Trimestral

#### 4 SERVIÇOS

- 4.1 CENSO DE COMÉRCIO
  Entidade Responsável: IBGE
  Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional
  Periodicidade: Q ing enal
- 4.2 CENSO DE SERVIÇOS
  Entidade Responsável: IBGE
  Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional
  Periodicidade: Q inq enal

4.3 CENSO DOS TRANSPORTES

Entidade Responsável: IBGE

Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional

Periodicidade: Q inq enal

PESQUISA ANUAL DE COMÉRCIO 4.4 Entidade Responsável: IBGE

Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional

Periodicidade: Q ing enal

PESQUISA ANUAL DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO 4.5

Entidade Responsável: IBGE

Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional

Periodicidade: Anual

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO

Entidade Responsável: IBGE

Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional

Periodicidade: Mensal

PESQUISA DE MEIOS DE HOSPEDAGEM 4.7

Entidade Responsável: IBGE

Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional

Periodicidade: Anual

#### 5 PRECOS

SISTEMA NACIONAL DE ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - SNIPC

Entidade Responsável: IBGE

Abrangência Geográfica: Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Sal-

vador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curiti-ba e Porto Alegre, além de Brasilia e do Municipio de

Goiánia

Periodicidade: Mensal

PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES

Entidade Responsável: IBGE

Abrangência Geográfica: Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além de Brasília e do Município de

Goiânia

Periodicidade: Q inq enal

5.3 PESQUISA DE LOCAIS DE COMPRA PARA O SNIPC

Entidade Responsável: IBGE

Abrangência Geográfica: Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curiti-

ba e Porto Alegre, além de Brasilia e do Município de

Goiânia Periodicidade: Q ing enal

SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI 5.4

Entidade Responsável: IBGE

Abrangência Geográfica: Todos os municípios das capitais, exceto Palmas, além de

Brasilia

Periodicidade: Mensal

5.5 PESQUISA DE LOCAIS DE COMPRA PARA O SINAPI

Entidade Responsável: IBGE

Abrangência Geográfica: Todos os municípios das capitais, exceto Palmas, além de

Brasilia

Periodicidade: Q inq enal

5.6 ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES RURAIS - IPR

Entidade Responsável: FGV

Abrangência Geográfica: Todos os municípios onde existam escritórios da rede es-

tadual de extensão rural

Periodicidade: Mensal

5.7 ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS PELOS PRODUTORES RURAIS - IPP
Entidade Responsável· FCV
Abrangência Geográfica: Todos os municípios onde existam escritórios da rede estadual de extensão rural
Periodicidade: Mensal

5.8 PREÇOS MÉDIOS DE ARRENDAMENTOS, VENDAS DE TERRAS, SALÁRIOS, EMPREITADAS E TRANS-PORTES

Entidade Responsável: FGV

Abrangência Geográfica: Todos os municípios onde existam escritórios da rede es-

tadual de extensão rural

Periodicidade: Semestral

5.9 İNDICE DE PREÇOS POR ATACADO - DISPONIBILIDADE INTERNA - IPA/DI

Entidade Responsável: FGV

Abrangência Geográfica: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo

Periodicidade: Mensal

#### 6 AGREGADOS MACROECONÔMICOS

6.1 FINANÇAS PÚBLICAS

6.1.1 RECEITAS E DESPESAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS DOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

Entidade Responsável: IBGE

Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional

Periodicidade: Anual

6.1.2 DESPESA ANALÍTICA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS DOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

Entidade Responsável: IBGE

Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional

Periodicidade: Anual

6.1.3 RECEITAS E DESPESAS DAS EMPRESAS PÚBLICAS DOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MU-NICIPAL

Entidade Responsável: IBGE

Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional

Periodicidade: Anual

- 6.2 ESTATÍSTICAS DO SISTEMA FINANCEIRO
- 6.2.1 ESTATÍSTICAS SOBRE MEIOS DE PAGAMENTO
  Entidade Responsável: Banco Central
  Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional
  Periodicidade: Mensal
- 6.2.2 ESTATÍSTICAS SOBRE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
  Entidade Responsável: Banco Central
  Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional
  Periodicidade: Anual
- 6.3 ESTATÍSTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR
- 6.3.1 ESTATÍSTICAS SOBRE IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS
  Entidade Responsável: Centro de Informações Econômicas Fiscais CIEF
  Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional
  Periodicidade: Mensal
- 6.3.2 ESTATÍSTICAS SOBRE EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS Entidade Responsável: Coordenadoria Técnica de Intercâmbio Comercial - Banco do Brasil Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional

Periodicidade: Mensal

- 6.3.3 BALANÇO DE PAGAMENTOS
  Entidade Responsável: Banco Central
  Abrangência Geográfica: Brasil
  Periodicidade: Anual
- 6.3.4 İNDICES DE COMÉRCIO EXTERIOR Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Brasil Periodicidade: Anual e trimestral
- 6.4 CONTAS NACIONAIS
- 6.4.1 ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS DAS EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS PRIVADAS Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Brasil Periodicidade: Anual
- 6.4.2 CONTAS POR SETORES DE ATIVIDADES Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Brasil Periodicidade: Anual
- 6.4.3 CONTAS NÃO-FINANCEIRAS POR SETORES INSTITUCIONAIS Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Brasil Periodicidade: Anual
- 6.4.4 CONTAS CONSOLIDADAS PARA A NAÇÃO/CONTAS PADRÃO Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Brasil Periodicidade: Anual e trimestral
- 6.4.5 PIB REAL TRIMESTRAL Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Brasil Periodicidade: Trimestral
- 6.4.6 FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Brasil Periodicidade: Trimestral
- 6.4.7 CONTAS FINANCEIRAS POR SETORES INSTITUCIONAIS Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Brasil Periodicidade: Anual
- 6.4.8 CONTAS PATRIMONIAIS POR SETORES INSTITUCIONAIS Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Brasil Periodicidade: Anual
- 6.4.9 CONTAS REGIONAIS Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Grandes Regiões e Unidades da Federação Periodicidade: Q inq enal e anual
- 6.4.10 CONTAS AMBIENTAIS
  Entidade Responsável: IBGE
  Abrangência Geográfica: Brasil
  Periodicidade: Anual
- 6.4.11 MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Brasil Periodicidade: Anual

#### II DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS

#### 1 CENSO DEMOGRÁFICO

- P 1.1 Entidade Responsável: IBGE
  - 1.2 Descrição Sumária

Levantamento estatistico que tem por objetivo a enumeração do universo da população e dos domicilios do País, bem como a investigação de suas caracteristicas sócio-econômicas.

1.3 Principais Variáveis Investigadas

São alvos de investigação nos Censos Demográficos os **domicilios**, **as familias e os individuos** e em relação a cada um destes itens são estabelecidos os temas e quesitos a serem pesquisados.

Os principais temas investigados nos Censos Demográficos são:

- a) Caracteristicas Gerais:
  - sexo:
  - idade:
  - condição na familia/domicilio;
  - cor:
  - religião;
  - nacionalidade: e
  - naturalidade.
- b) Migrações Internas.
- c) Mortalidade, Fecundidade e Nupcialidade.
- d) Caracteristicas Educacionais:
  - alfabetização;
  - escolaridade; e
  - nivel de instrução.
- → 1.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional.

-0 1.5 Periodicidade

Decenal (coleta de informações nos anos de final zero).

- → 1.6 Metodologia
  - O levantamento das informações é feito através de dois Questionários: Básico e  $\,$  da Amostra.
  - O Básico, de estrutura mais simples, é aplicado à totalidade das unidades domiciliares do País e o seu conteúdo propicia o conhecimento de características básicas da população, bem como serve de apoio para a expansão dos dados detalhados, sobre características sócio-econômicas, levantados através do Questionário da Amostra. Este, em função da multiplicidade de temas abordados e da quantidade de quesitos que possui, é aplicado somente a uma fração de domicilios.
  - 1.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

O primeiro Censo Demográfico realizado pelo IBGE data de 1940. No entanto, cerca de quatro censos demográficos foram realizados anteriormente a esta data, a partir de 1872, por outras instituições.

#### 2 ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL

2.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 2.2 Descrição Sumária

O inquérito relativo ao Registro Civil é um levantamento continuo dos assentamentos dos nascimentos, casamentos, óbitos e óbitos fetais registrados nos Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais.

Seu objetivo é fornecer informações que visem atender aos interesses de estudos demográficos, propiciando indicadores das estatisticas vitais do Pais, análises regionais e locais sobre fecundidade, nupcialidade e mortalidade e, ainda, contribuir para o aprimoramento dos programas governamentais nos campos escolar, previdenciário, econômico, social e da saúde pública.

A pesquisa utiliza como base um cadastro de cartórios, o qual é atualizado tri-mestralmente com base em informações coletadas pelos órgãos locais do IBGE, através de um questionário apropriado. São armazenadas no banco de dados as seguintes informações: nome, endereço, titular do cartório e datas de criação e instalação.

#### 2.3 Principais Variáveis Investigadas

- a) Nascimentos:
  - Características do registro e as individuais do nascido vivo; e
  - Características dos genitores do nascido.
- b) Casamentos:
  - Características dos registros e as individuais dos cônjuges.
- c) Óbitos:
  - Características dos registros e as individuais do falecido.
- d) Óbitos Fetais:
  - Características do registro e as individuais do óbito fetal; e
  - Caracteristicas dos genitores.
- 2.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional.

2.5 Periodicidade

Trimestral com publicação anual dos resultados.

### 2.6 Metodologia

Para a coleta de informações são utilizados cinco questionários (RC.1-Nascidos Vivos; RC.2-Casamentos; RC.3-Óbitos; RC.4-Óbitos Fetais; RC.10-Folha de Cadastro) Manual de Orientação e Verificação com orientações para o preenchimento de todos os modelos.

A coleta de dados é realizada pelas Agências de Coleta que fazem a distribuição aos Cartórios dos formulários a serem preenchidos, em uma única via, pelos oficiais dos Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais em funcionamento no Pais. Os formulários contendo as informações sobre os registros efetuados no trimestre devem ser devolvidos em um prazo de 150 dias, a contar do inicio de cada trimestre.

O Agente de Coleta ao receber os questionários, procede a verificação do seu pre-enchimento e do nivel de qualidade, utilizando o Manual de Orientação e Verificação, codificando-os e remetendo-os aos Escritórios Estaduais do IBGE, onde são revisados para posterior encaminhamento ao DEPOP, exceto naqueles que realizam, descentralizadamente, o processamento eletrônico das etapas de apuração das informações da pesquisa até a crítica quantitativa, inclusive.

A apuração dos resultados dos demais Escritórios, bem como as etapas finais dos descentralizados, ficam a cargo do DEPOP que, para tal, elabora gabaritos de espacejamento e a seleção de variáveis necessárias à apuração de cada tabela constante do plano tabular. Depois da sistematização é efetuada a critica de consistência e a compatibilização dos dados de todo o conjunto.

2.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa 1974.

#### 3 ESTATÍSTICAS SOBRE AS SEPARAÇÕES JUDICIAIS E DIVÓRCIOS

3.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 3.2 Descrição Sumária

Os inquéritos sobre Separações Judiciais e Divórcios são levantamentos continuos que têm como fonte de informação os processos registrados nas Varas de Família, Foros ou Varas Cíveis, abrangendo geograficamente todo o Território Nacional. O objetivo dessas pesquisas é obter informações referentes a pedidos apreciados em primeira instância e encerrados por sentença concessória ou denegatória, visando atender ao desenvolvimento de estudos sociais e demográficos, sobretudo os de nupcialidade.

Estes levantamentos tiveram início em 1978 (ano de referência 1977), em decorrência da Lei  $n^{\circ}$  6 515, de 26/12/1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos. Inicialmente, a apuração do levantamento, a nivel estadual, cabia às Fundações Estaduais que mantinham convênio com o IBGE. Nas Unidades da Federação onde isso não ocorria, esta atividade ficava a cargo da Delegacia do IBGE. Em ambos os casos a apuração era processada manualmente, utilizando-se para isso formulários próprios. A partir de 1982, o DEPOP passou a ter responsabilidade de definir os instrumentos de coleta e o manual de instruções, as normas para critica e codificação, o plano tabular, apurar, sistematizar e divulgar os resultados.

#### 3.3 Principais Variáveis Investigadas

- a) Características do processo em 1º instância:
  - data:
  - número;
  - natureza da separação ou do divórcio (consensual, não consensual); e
  - ato final (data, sentença, existência ou não de recurso).
- b) Características do Casamento:
  - data; e
  - regime de bens.
- c) Características dos Cônjuges:
  - número de filhos;
  - responsável pela guarda do filho; e
  - profissão, lugar e data do nascimento do marido e da mulher.

# 3.4 Abrangência Geográfica e Nível de Divulgação

Todo o Território Nacional.

# 3.5 Periodicidade

A periodicidade da coleta era anual até 1982, passando a trimestral a partir de 1983.

#### 3.6 Metodologia

Para a coleta de informações são utilizados dois questionários distintos (SJ-Separações Judiciais e DS-Divórcios). Os questionários são acompanhados do Manual de Orientação e Verificação elaborado para uso da Rede de Coleta, visando melhorar a qualidade das operações de campo e padronizar os trabalhos de verificação.

O desenvolvimento das etapas de coleta e apuração desses inquéritos é análoga ao adotado no levantamento do Registro Civil.

O cadastro de informantes da pesquisa foi elaborado em 1984, tendo como base o campo de identificação dos questionários coletados em 1982 e 1983, e vem sendo atualizado a cada ano.

#### 3.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

1982.

#### 4 CONTAGEM RÁPIDA DE POPULAÇÃO

4.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 4.2 Descrição Sumária

Levantamento estatístico que tem por objetivo a enumeração do universo da população e dos domicílios do Pais utilizado para balizamento das projeções estimativas de população para o planejamento de políticas públicas.

# 4.3 Principais Variaveis Investigadas

A investigação pesquisa os domicilios e individuos moradores. As variáveis levantadas são: sexo, idade, condição na familia e no domicilio e "status" migratório.

#### 4.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional.

#### 4.5 Periodicidade

Decenal (coleta de informações nos anos de final 5).

#### 4.6 Metodologia

O levantamento de informações é feito através de questionários simples, aplicados à totalidade das unidades domiciliares do País. As informações são processadas de modo descentralizado e criticadas e apuradas de forma centralizada.

#### 4.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

Está prevista a realização de uma contagem rápida de população para o ano 1995.

#### 5 PROJEÇÕES DE POPULAÇÃO

- 5.1 Entidade Responsável: IBGE/CELADE
- 5.2 Descrição Sumária

Elaboração de projeções da população brasileira por idade e sexo e para periodos de pelo menos 30 anos.

5.3 Principais Variáveis Investigadas

População por idade e sexo, urbana e rural.

5.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Brasil, Unidades da Federação.

5.5 Periodicidade

Bienal ou em espaço mais curto de tempo quando houver indicios de mudanças nas tendências das variáveis demográficas.

5.6 Metodologia

Utiliza-se, em geral, o método das componentes ou métodos matemáticos baseados nas tendências de crescimento e da participação relativa de cada população regional no total.

5.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

A primeira projeção foi realizada em 1973 e posteriormente em 1984 com a colaboração do Centro Latino Americano de Demografia - CELADE.

#### 6 COMPONENTES DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA

6.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 6.2 Descrição Sumária

Avaliação e correção das informações básicas necessárias à utilização de métodos e técnicas de análise demográfica, com o objetivo de atualizar as estimativas dos parâmetros demográficos para o Brasil, as Unidades da Federação e os Municipios Brasileiros.

### 6.3 Principais Indicadores Investigados

- Taxas de fecundidade global e especifica;
- Taxas de mortalidade, por sexo e idade;
- Tábuas de mortalidade; e
- Estimativas de migração.

#### 6.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Brasil, Unidades da Federação e, em alguns casos, Municipios Brasileiros.

#### 6.5 Periodicidade

Anual, podendo ter estudos realizados e divulgados a uma periodicidade menor.

#### 6.6 Metodologia

Aplicação de diversas técnicas de análise demográfica que utilizam informações provenientes de quesitos especiais que vêm sendo investigados nos Censos Demográficos Brasileiros desde 1940, em algumas pesquisas PNADs das décadas de 70 e 80, nas PNADs da década de 90 e nas Estatisticas Vitais.

Para as estimativas de Fecundidade são utilizadas técnicas baseadas na análise combinada da informação sobre os filhos nascidos vivos referentes a mulheres em idade fértil e nascimentos ocorridos no ano anterior à pesquisa, como também estimativas diretas, o que permite obter indicadores do nível e padrão da Fecundidade.

Para as estimativas de Mortalidade são aplicadas técnicas que utilizam informações sobre a sobrevivência dos filhos e das mães, bem como as informações das Estatísticas Vitais.

Quanto às Migrações, são aplicadas técnicas indiretas tradicionais baseadas em informações obtidas a partir dos Censos e Pesquisas PNADs, como também indicadores sintomáticos.

#### 6.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

Os Estudos sobre os Componentes da Dinâmica Demográfica vêm sendo realizados pela área de Demografia do IBGE desde 1940.

# 7 ESTIMATIVAS DE POPULAÇÃO

7.1 Entidade Responsável: IBGE

### 7.2 Descrição Sumária

Elaboração de estimativas de população para a expansão dos resultados de pesquisa por amostragem do IBGE e para atendimento a dispositivos legais, tais como criação de municípios, definição de representação legislativa, fixação das cotas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

7.3 Principais Variaveis Investigadas

População total; por sexo e idade e por situação urbana e rural.

7.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Brasil, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas, Municipios e Distritos.

7.5 Periodicidade

Anual.

7.6 Metodologia

Diversos métodos e técnicas são utilizados para a estimativa da população de pequenas áreas - métodos matemáticos de participação relativa com base na tendência histórica, modelos multirregionais e modelos que utilizam variáveis sintomáticas de crescimento.

7.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

1973.

#### 8 ESTUDO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS

8.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 8.2 Descrição Sumária

Avaliação dos fluxos migratórios inter-regionais, interestaduais e intermunicipais e estudos sobre os determinantes e as conseq ências sócio-econômicas das migrações internas.

#### 8.3 Principais Indicadores Investigados

- Taxas de migração liquida
- Taxas de emigração
- Taxas de imigração

### 8.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municipios.

#### 8.5 Periodicidade

Anual, podendo ter estudos realizados e divulgados a uma periodicidade menor.

#### 8.6 Metodologia

Aplicação de diversas técnicas alternativas que utilizam informações resultantes de quesitos que vêm sendo investigados nos Censos Demográficos Brasileiros e em algumas pesquisas PNADs desde a década de 70.

Para as estimativas da migração interna, são utilizadas técnicas que envolvem informações sobre lugar de nascimento e lugar de residência na data do censo ou pesquisa, provenientes de dois censos ou pesquisas sucessivos conjugados com as informações sobre a mortalidade. A utilização de quesito especial sobre o lugar de residência 5 anos antes da data de referência do censo ou pesquisa, bem como a utilização de indicadores sintomáticos também proporcionam estimativas.

Constróem-se, também, matrizes que permitem analisar os fluxos migratórios intermunicipais e estudos exploratórios que visam a avaliação dos determinantes e das conseq ências sócio-econômicas das migrações internas.

#### 8.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

Os estudos sobre as Migrações Internas vêm sendo realizados pela área de Demografia do IBGE desde 1940.

#### 9 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

9.1 Entidade Responsável: IBGE

### 9.2 Descrição Sumária

Pesquisa domiciliar anual, de âmbito nacional, cujo objetivo é obter informações sobre uma série de características demográficas e sócio-econômicas da população e características dos domicilios. A PNAD investiga de forma permanente os temas habitação, rendimento e mão-de-obra, associados a algumas características demográficas e de educação.

O sistema que vigorou na década de 80 consistia de um questionário básico, permanente em todos os anos e de um "suplemento especial" com tema variável a cada ano.

O questionário supletivo tem por objetivo atender demandas do próprio IBGE, bem como dos órgãos de planejamento nacionais e da comunidade científica, por informações que aprofundem o conhecimento de características pesquisadas no questionário básico ou sobre temas não pesquisados anteriormente.

#### 9.3 Principais Variáveis Investigadas

No questionário básico são investigadas variáveis relativas a quatro grandes temas:

- a) Características do domicilio e condições de infra-estrutura básica:
  - tipo e estrutura do domicilio:
  - número e cômodos:
  - condição de ocupação;
  - abastecimento de água e esgotamento sanitário;
  - destino do lixo:
  - iluminação elétrica; e
  - bens duráveis.
- b) Características demográficas:
  - composição da familia;
  - sexo; e
  - cor.
- c) Educação:
  - alfabetização;
  - escolarização e escolaridade; e
  - espécie de curso.
- d) Mão-de-Obra:
  - condição de atividade:
  - ocupação;
  - posição na ocupação;
  - carteira de trabalho assinada;
  - rendimento mensal;
  - número de horas trabalhadas;
  - contribuição para a previdência:

- outros rendimentos:
- procura de trabalho; e
- trabalho anterior.

Nos suplementos foram investigados os seguintes temas na década de 80:

- PNAD/81 Saude:
- PNAD/82 Educação:
- PNAD/83 Previdência e mão-de-obra;
- PNAD/84 Fecundidade:
- PNAD/85 Situação do menor:
- PNAD/86 Acesso a serviços de saúde, suplementação alimentar e associativismo e anticoncepção;
- PNAD/87 Não houve suplemento;
- PNAD/88 Participação político-social e estoque de aparelhos utilizadores de energia:
- PNAD/89 Trabalho: e
- PNAD/90 Trabalho.

Em 1987 foi incluído no questionário básico o quesito "cor".

#### 9.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

O questionário básico e os suplementos de 1981, 82, 83, 84, 86, 88, 89 e 90 foram aplicados em todo o Território Nacional, exceto a área rural dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. O suplemento de 1985 foi aplicado somente nas Regiões Metropolitanas e no Distrito Federal. Os resultados são divulgados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas.

#### 9.5 Periodicidade

Anual.

#### 9.6 Metodologia

Pesquisa realizada através de uma amostra probabilística de domicilios, selecionada em 3 estágios: municípios, setores e domicilios.

Os suplementos são aplicados junto com os questionários básicos, com exceção dos suplementos de "Situação do Menor" (PNAD/85) aplicado apenas nas Regiões Metropolitanas e no Distrito Federal, e "Anticoncepção" (PNAD/86) aplicado nas mulheres moradoras numa subamostra da PNAD de 25% dos domicilios.

#### 9.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

A PNAD iniciou em 1967. Os suplementos começaram a ser utilizados em 1981.

#### 10 PESQUISA MENSAL DE EMPREGO

10.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 10.2 Descrição Sumária

Pesquisa domiciliar mensal, de âmbito metropolitano, cujo objetivo é fazer um acompanhamento do mercado de trabalho que retrate a dinâmica conjuntural da ocupação e desocupação nessas áreas.

#### 10.3 Principais Variáveis Investigadas

- a) Para pessoas ocupadas:
  - ocupação:
  - atividade;
  - posição na ocupação;
  - horas efetivamente trabalhadas: e
  - remuneração efetivamente recebida.
- b) Para pessoas procurando trabalho:
  - última providência tomada (semana, 30 dias, etc.):
  - procura pelo primeiro trabalho;
  - tempo de procura de trabalho;
  - tempo sem trabalho;
  - último trabalho:
  - ocupação;
  - atividade: e
  - posição na ocupação.

Inclui também, algumas variáveis demográficas (idade e sexo) e educacionais (série e grau de instrução).

# 10.4 Abrangência Geográfica e Nível de Divulgação

Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Total das Regiões.

#### 10.5 Periodicidade

Mensal.

# 10.6 Metodologia

Pesquisa mensal realizada através de uma amostra probabilistica de domicílios, estruturada de forma a garantir a representatividade dos resultados para cada Região Metropolitana investigada. Segue um esquema de rotação das unidades domicíliares da amostra a fim de evitar o cansaço dos informantes. No esquema de rotação adotado, um determinado domicílio permanece na amostra durante quatro meses consecutivos. Após o período de oito meses sem ser pesquisado, o mesmo domicílio volta a fazer parte da amostra por mais quatro meses, sendo então excluído definitivamente da amostra.

#### 10.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

A pesquisa foi implantada em janeiro de 1980.

#### 11 RELATÓRIO DE INDICADORES SOCIAIS

11.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 11.2 Descrição Sumária

- O Relatório de Indicadores Sociais compõem-se de duas publicações distintas:
- Sistema Contínuo de Informações Básicas (educação, habitação, saúde, mão-de-o-bra, associativismo, etc.): e
- Análise e Avaliação das condições sócio-econômicas e demográficas da população brasileira.

Tais relatórios tem por base informações produzidas pelo IBGE (Censo Demográfico, PNAD e seus suplementos anuais) e por outras instituições governamentais (Ministério da Saúde, SEEC/Ministério da Educação, entre outros).

#### 11.3 Principais Variáveis Investigadas

Seleção de variáveis pertinentes a cada tema específico. Para Educação, por exemplo, são investigados o grau de instrução, escolarização, freq ência à escola, etc., em relação às características sócio-econômicas e demográficas da população (idade, sexo, renda, cor, situação de domicílio, etc.).

#### 11.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Brasil, Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas.

#### 11.5 Periodicidade

Anual/Trienal.

#### 11.6 Metodologia

Análise de taxas, indices e distribuições percentuais construidas a partir de tabulações especiais dos dados da PNAD, de seus Suplementos, do Censo Demográfico e de pesquisas de outras instituições produtoras de estatísticas sócio-econômicas.

## 11.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

- Relatório de Indicadores Sociais 1975.
- Sistema Anual de Informações 1988.

# 12 ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA (AMS)

# 12.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 12.2 Descrição Sumária

Levantamento continuo de âmbito nacional em todos os estabelecimentos que prestam serviço de saúde, com ou sem fins lucrativos, particulares ou públicos, em regime de internação ou não.

Trata de vários aspectos sobre as condições de assistência médico-sanitária no Pais, seja ambulatorial, de urgência e internação. Investiga, também, a natalidade e a mortalidade hospitalar geral e infantil.

# 12.3 Principais Variaveis Investigadas

- Instalação física por espécie e condição de uso;
- Capacidade instalada por clinica médica:
- Produção de serviços por espécie de atendimento e clinica médica;
- Internações e movimento de pacientes por clinica médica:
- Nascidos vivos e Óbitos;
- Equipamentos por espécie: e
- Recursos humanos segundo nivel educacional, especialização e regime de trabalho;
   disponibilidade rotineira de pessoal.

# 12.4 Abrangência Geográfica e Nível de Divulgação

Todo o Território Nacional. Dados divulgados a nível de Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios das Capitais.

# 12.5 Periodicidade

Anual.

#### 12.6 Metodologia

Pesquisa Censitária realizada através de questionário fechado, reformulado em 1985, junto a todos os estabelecimentos que prestaram serviços de saúde no ano de referência.

#### 12.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

Foi incorporada em 1948, ao plano das Campanhas Estatisticas do IBGE.

# 13 PESQUISA NACIONAL SOBRE SAÚDE E NUTRIÇÃO (PNSN)

13.1 Entidade Responsável: IBGE e INAN

#### 13.2 Descrição Sumária

Levantamento nacional, em base domiciliar, objetivando aferir o estado nutricional da população brasileira, através das medidas antropométricas de peso e altura, associadas a informações sobre habitação e saneamento básico, nível de escolaridade, características de mão-de-obra, uso de serviços sociais públicos e condições gerais de saúde.

#### 13.3 Principais Variáveis Investigadas

- Características do domicilio;
- Caracteristicas dos moradores:
- Características de mão-de-obra;
- Aleitamento materno:
- Suplementação alimentar;
- História obstétrica da mulher;
- Sintomas e sinais de saúde;
- Acesso a serviços de saúde; e
- Antropometria.

# 13.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Os âmbitos urbano e rural das Grandes Regiões Geográficas do Brasil, exceto a área rural da Região Norte.

#### 13.5 Periodicidade

Variável.

## 13.6 Metodologia

Pesquisa com base em uma amostra probabilistica estratificada, com duas etapas de seleção em nove âmbitos de análises, definidas pelas situações (urbano e rural) das cinco Grandes Regiões Geográficas (excluído o Norte rural). Cada âmbito da pesquisa se torna um extrato da amostra.

Em cada extrato da amostra procede-se à primeira etapa de seleção, relativa aos setores censitários ordenados segundo a renda domiciliar média.

Na sua estrutura a amostra incluiu, em 1989, a investigação de 63 213 pessoas, 17 920 domicilios, 486 setores e 363 municipios.

#### 13.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

Convênio firmado entre o IBGE e o INAN - 1988.

#### 14 PESQUISA DE SANEAMENTO BÁSICO

#### 14.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 14.2 Descrição Sumária

A Pesquisa de Saneamento Básico investiga as condições de saneamento básico dos municípios através da atuação dos Orgãos Estaduais, Municípais e Empresas Privadas que atuam nesse setor, utilizando dois questionários:

- Abastecimento de água e esgotamento sanitário, e
- Limpeza pública e remoção de lixo.

Seus instrumentos de coleta foram reformulados a partir de contatos com órgãos públicos e entidades privadas, permitindo, assim, uma avaliação mais precisa da oferta e da qualidade dos serviços de saneamento básico.

#### 14.3 Principais Variáveis Investigadas

- a) Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:
  - Caracterização do sistema de abastecimento de água:
  - manancial utilizado, tipo de tratamento, estações de tratamento, número de economias abastecidas (unidade tributável), população atendida;
  - Caracterização do sistema de esgotamento sanitário:
  - solução de disposição local dos dejetos;
  - programas alternativos, população atendida, número de ligações esgotadas.
  - Para os dois serviços:
  - pessoal ocupado, receita, despesas e investimentos, programas nas áreas de baixa renda, movimentos populares.
- b) Limpeza Pública e Remoção de Lixo:
  - área de atendimento;
  - volume de lixo removido e localização do seu destino, população atendida e freq ência do atendimento:
  - lixo hospitalar, localização e caracteristicas dos serviços a serem prestados:
  - estações de tratamento, pessoal ocupado e condições de trabalho; e
  - receitas e despesas.

#### 14.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. Os resultados da pesquisa são divulgados a nível de Brasil, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios das Capitais, através de publicações próprias.

#### 14.5 Periodicidade

Trienal.

### 14.6 Metodologia

Os questionários da pesquisa são aplicados pela rede de coleta do IBGE junto a todas as Entidades Estaduais, Prefeituras Municipais e Empresas Privadas do Pais que prestam serviços no setor de saneamento básico.

#### 14.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

- 1974 Inquéritos que faziam parte da Campanha Estatistica.
- 1989 Pesquisa de Saneamento Básico (questionários reformulados).

#### 15 PERFIL ESTATÍSTICO DE CRIANÇAS E MÃES

15.1 Entidade Responsável: IBGE/UNICEF

#### 15.2 Descrição Sumária

Análise da situação sócio-econômica e demográfica de crianças adolescentes (O a 17 anos) e mulheres, a partir de dados obtidos fundamentalmente da PNAD e de seus Suplementos, e do Censo Demográfico. O estudo atende ao Acordo de Cooperação Técnica IBGE/UNICEF.

### 15.3 Principais Variáveis Investigadas

- Situação do domicilio:
- Condição na familia:
- Freq ência à escola:
- Rendimento mensal familiar per capita;
- Condição de atividade;
- Ramos de atividade:
- Posição na ocupação; e
- Ocupação e horas trabalhadas.

# 15.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Dados analisados e divulgados para o Brasil e Grandes Regiões.

#### 15.5 Periodicidade

Anual.

### 15.6 Metodologia

Análise de taxas, indices e distribuições percentuais construidas a partir de tabulações especiais do Censo Demográfico, da PNAD e de seus Suplementos.

### 15.7 Data em que Iniciou a Pesquisa

1980.

#### 16 PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO E DESPORTO

16.1 Entidade Responsável: IBGE e Ministério da Educação

#### 16.2 Descrição Sumária

Consistem num conjunto de oito levantamentos, de âmbito nacional e periodicidade variada, originários da Campanha Estatística de 1937, sobre os seguintes temas:

- Educação pré-escolar e ensino regular de primeiro grau (escolas de uma sala de aula);

- Educação pré-escolar e ensino regular de primeiro grau (escolas de duas ou mais salas de aula);

- Educação especial no ensino regular;

- Educação especial em instituições especializadas;

- Ensino supletivo (cursos):

- Prédio escolar (ensino de pré, primeiro e segundo graus);

- Associações desportivas; e

- Financiamento da educação, cultura e desporto (prefeituras municipais).

Tais levantamentos atendem ao Convênio IBGE/MEC/Secretarias Estaduais de Educação, que atribui ao IBGE a coleta dos dados educacionais em alguns Estados e do Questionário sobre Desporto em todos os Estados. Ao Ministério da Educação cabe a apuração dos questionários e a divulgação dos resultados das pesquisas e ás Secretarias Estaduais de Educação a coleta dos questionários sobre educação nos Estados não cobertos pelo IBGE.

# 16.3 Principais Variáveis Investigadas

a) Ensino:

- características do estabelecimento;

- alunado;

- pessoal docente;
- matriculas inicial e final;

- movimento e rendimento escolar;

- modalidades e tipos de atendimento ao excepcional; e

- número de alunos de suplência profissionalizante e de qualificação, por modalidade técnica.
- b) Prédio Escolar:
  - características do estabelecimento e suas dependências.
- c) Associações Desportivas:
  - modalidades existentes.
- d) Financiamento:

- origem dos recursos;

- despesas realizadas com educação, cultura e desporto segundo categorias econômicas; e
- recursos municipais aplicados na função educação e cultura, programas.

# 16.4 Abrangência Geográfica e Nível de Divulgação

Todo o Território Nacional.

#### 16.5 Periodicidade

- Anual - Ensino e Financiamento da Educação, Cultura e Desporto.

- Bienal - Associações Desportivas.

- Trienal - Edificação Escolar.

# 16.6 Metodologia

Pesquisas realizadas através de questionários fechados aplicados pela Rede de Coleta do IBGE:

- Questionários sobre Ensino e Prédio-Escolar: Estados do Amazonas, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro; e
- Questionário sobre Associações Desportivas: Todas as Unidades da Federação.

#### 16.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

1937 (Primeira Campanha Estatistica).

#### 17 PESQUISAS DA CULTURA, LAZER E USO DO TEMPO

#### 17.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 17.2 Descrição Sumária

No que diz respeito à Pesquisa da Cultura, consiste num conjunto de onze levantamentos de âmbito nacional, realizados pelo IBGE desde a Campanha Estatística de 1937, a saber: Rádios, Publicações Periódicas; Edições de Livros; Arquivos; Museus; Bibliotecas Públicas, Escolares, Especiais e Infanto-Juvenis; Bibliotecas Universitárias e Especializadas; Instituições Culturais; Espaços Cênicos; Cinema e Video; e Televisão.

Tais levantamentos foram interrompidos em 1985 e posteriormente reformulados como decorrência de convênio firmado entre o IBGE e o Ministério da Cultura. A implantação da nova pesquisa, com levantamentos temáticos reformulados e ampliados, se dará oportunamente.

#### 17.3 Principais Variáveis Investigadas

Pesquisa da Cultura:

- dados cadastrais;
- características gerais das áreas temáticas: e
- recursos humanos e financeiros.

Lazer e Uso do Tempo: em estudo.

#### 17.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. A divulgação dos dados das pesquisas, de responsabilidade da Secretaria de Informática e Documentação - SID/MINC, era feita pelo MEC através das publicações do Serviço de Estatistica da Educação e Cultura - SEEC/MEC. Os resultados são, também, publicados no Anuário Estatístico do Brasil produzido pelo IBGE.

#### 17.5 Periodicidade

Até 1985, a Pesquisa da Cultura tinha periodicidade anual. A pesquisa reformulada e ampliada tematicamente terá periodicidade variável.

#### 17.6 Metodologia

Pesquisa realizada através de questionários fechados pelas Delegacias Regionais do IBGE junto a todas as entidades constantes dos cadastros temáticos, bem como, no que respeita aos novos temas, através de amostra de domicilios.

#### 17.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

Pesquisa da Cultura:

- 1937 (Primeira Campanha Estatistica).

#### 18 PESQUISA DE SEGURANCA PÚBLICA

18.1 Entidade Responsável: IBGE e Ministério da Justica

#### 18.2 Descrição Sumária

Levantamento anual de informações sobre todas as Instituições de Segurança Pública, encarregadas pelo policiamento ostensivo e preventivo das áreas urbanas e rurais, sejam oficiais, subordinadas aos Governos Federal, Estadual ou Municipal ou particulares.

#### 18.3 Principais Variáveis Investigadas

- Órgãos de subordinação;
- Regime de corporação civil, militar e particular;
- Pessoal efetivo:
- Dependências:
- Veiculos e equipamentos de comunicação;
- Consumo anual de combustiveis; e
- Orçamento anual.

#### 18.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional.

#### 18.5 Periodicidade

Anual.

## 18.6 Metodologia

Pesquisa realizada através de questionário fechado, aplicado pela Rede de Coleta do IBGE às Policias Militares, Civis e Rodoviárias, às Delegacias de Policia, aos Órgãos de Guardas Municipais e Florestais, aos Serviços de Vigilância Particular, etc.

#### 18.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

1937 (Primeira Campanha Estatistica).

#### 19 PESQUISA DO CORPO DE BOMBEIROS

- 19.1 Entidade Responsável: IBGE e Ministério da Justica
- 19.2 Descrição Sumária

Levantamento anual sobre a organização do Corpo de Bombeiros existentes no Pais e os principais socorros prestados pela Corporação.

- 19.3 Principais Variáveis Investigadas
  - Máquinas e equipamentos utilizados em combate a incêndio e salvamentos;
  - Pessoal existente:
  - Veiculos e embarcações:
  - Número de socorros, por espécie;
  - Número de chamadas para incêndio, por espécie;
  - Número de ações periciais; e
  - Número de prevenção contra incêndios.
- 19.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação Todo o Território Nacional.
- 19.5 Periodicidade

Anual.

19.6 Metodologia

Levantamento realizado através de questionário fechado, aplicado pela Rede de Coleta do IBGE a todas as corporações mantidas pelo Poder Público ou Particular.

19.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

### 20 PESQUISA DE INCÊNDIOS

20.1 Entidade Responsável: IBGE e Ministério da Justiça

#### 20.2 Descrição Sumária

Levantamento anual dos incêndios ocorridos no ano e de suas principais conseq ências.

### 20.3 Principais Variáveis Investigadas

- Aspectos do sinistro data, causa provável, extensão, natureza dos bens atingidos, existência de seguro contra incêndio;
- Aparelhagem preventiva contra incêndio; e
- Número de vitimas, mortos ou feridos, por sexo.

## 20.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional.

#### 20.5 Periodicidade

Anual.

## 20.6 Metodologia

Levantamento realizado através de questionário fechado, aplicado pela Rede de Coleta do IBGE a todas as corporações do Corpo de Bombeiros mantidas pelo Poder Público e por particulares, bem como às instituições encarregadas dos registros de incêndios ocorridos no município.

## 20.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

#### 21 PESQUISA DO MOVIMENTO POLICIAL

21.1 Entidade Responsável: IBGE e Ministério da Justica

#### 21.2 Descrição Sumária

Levantamento continuo, de âmbito nacional, dos registros de prisões efetuadas nas Delegacias Policiais no semestre considerado e das características dos presos, visando subsidiar os estudos na área criminal.

#### 21.3 Principais Variaveis Investigadas

- a) Prisões Efetuadas, segundo:
  - mês do registro de ocorrência:
  - natureza da prisão; e
  - motivo determinante do crime/da contravenção.

### b) Caracteristicas do Preso:

- sexo;
- estado civil;
- grau de instrução;
- empregado ou não:
- antecedentes: primário/reincidente; e
- idade.

### 21.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional.

### 21.5 Periodicidade

Semestral.

#### 21.6 Metodologia

Levantamento realizado através de questionário fechado, aplicado pela Rede de Coleta do IBGE a todas as unidades informantes (aproximadamente 5 044).

### 21.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

#### 22 PESQUISA DE SUICÍDIOS

- 22.1 Entidade Responsável: IBGE e Ministério da Justiça
- 22.2 Descrição Sumária

Levantamento continuo dos registros sobre os suicidios ocorridos e registrados nas Delegacias Policiais e no Instituto Médico Legal.

- 22.3 Principais Variáveis Investigadas
  - a) Caracteristicas da Ocorrência:
    - mês:
    - situação urbano/rural;
    - causa atribuida: e
    - meio utilizado.
  - b) Caracteristicas do Suicida:
    - sexo;
    - idade:
    - estado civil;
    - grau de instrução; e
    - ocupação.
- 22.4 Abrangência Geográfica e Nível de Divulgação

Todo o Território Nacional.

22.5 Periodicidade

Semestral.

22.6 Metodologia

Pesquisa realizada através de questionário fechado, aplicado pela Rede de Coleta do IBGE à todas as unidades informantes (aproximadamente 4 735).

22.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

#### 23 PESQUISA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM VÍTIMAS

23.1 Entidade Responsável: IBGE e Ministério da Justiça

#### 23.2 Descrição Sumária

Levantamento continuo dos acidentes de trânsito com vitimas registrados nos Departamentos de Trânsito - DETRANs -, nas Delegacias Policiais. nas Policias Militares e nas Policias Rodoviárias.

### 23.3 Principais Variaveis Investigadas

- Ocorrências data, natureza, noite/dia, urbano/rural:
- Número de veiculos envolvidos por espécie;
- Caracteristicas dos condutores envolvidos por categoria, tempo de habilitação e faixa etária; e
- Número de vitimas: mortos e feridos, por tipo, sexo e faixa etária.

## 23.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional.

#### 23.5 Periodicidade

Semestral.

#### 23.6 Metodologia

Pesquisa realizada através de questionário fechado, aplicado pela Rede de Coleta do IBGE, a todos os informantes (aproximadamente 5 037) constantes do cadastro.

### 23.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

#### 24 PESQUISA SINDICAL

24.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 24.2 Descrição Sumária

Reformulada em 1987, a Pesquisa Sindical fornecerá dados que permitirão um conhecimento da estrutura sindical brasileira, no que se refere à caracterização do sindicato, movimento de associados, diretoria, quadro de pessoal, atuação do sindicato, negociações coletivas e dados financeiros.

## 24.3 Principais Variáveis Investigadas

Tipo de Sindicato e categoria(s) profissional(is) que representam, base territorial, número de associados, participação na última eleição, número de diretores e gestões no cargo, número de assembléias e reuniões de associados realizadas no ano, número de subsedes, delegacias e núcleos sindicais, filiações a entidades, serviços prestados pelo sindicato.

Quesitos investigados somente para Sindicatos de Empregados: número de delegados sindicais e comissões de fábrica ou empresa, data-base das categorias profissionais que representam, número de negociações realizadas na data-base e número de negociações realizadas fora da data-base (Acordo ou Dissidio).

## 24.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. Os resultados serão divulgados para o Brasil e Unidades da Federação.

#### 24.5 Periodicidade

Anual.

### 24.6 Metodologia

Questionário fechado aplicado, através de entrevistas, em todos os Sindicatos Urbanos e Rurais, com referência ao ano anterior à coleta.

#### 24.7 Data em que se iniciou a pesquisa

- 1ª etapa: Inquérito Sindical de 1971 a 1977.
- 2ª etapa: Inquérito Sindical a partir de 1988.

#### 25 CENSO AGROPECUÁRIO

- 25.1 Entidade Responsável: IBGE
- 25.2 Descrição Sumária

Em 1940, os resultados definitivos do Censo Agricola, Industrial e dos Serviços, foram reunidos sob o título de Censos Econômicos. Parte das Unidades da Federação tiveram seus resultados publicados junto com os do Censo Demográfico. A partir de 1950, as informações relativas a cada uma das pesquisas passaram a ser divulgadas em publicações específicas. A partir de 1970, intitulou-se Censo Agropecuário.

Apresenta tabelas relativas a dados gerais dos estabelecimentos, pessoal ocupado, situação econômico-financeira, pecuária, produção vegetal, silvicultura, indústria rural e produção particular do pessoal residente, discriminando os produtos das lavouras temporária e permanente, os produtos e rebanhos da pecuária, a quantidade e o valor da produção. A publicação apresenta ainda tabela de resultados comparativos e a conceituação das caracteristicas investigadas.

Em 1970 e 1975, no volume relativo ao Brasil, os dados foram totalizados a nivel nacional e a nivel de Grandes Regiões e Unidades da Federação. Nos demais casos, os resultados foram divulgados a nivel de Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municipios, exceto em 1970, quando os resultados não foram totalizados a nivel de Mesorregiões.

### 25.3 Principais Variáveis Investigadas

#### a) Dados Gerais:

Propriedade das terras, condição legal das terras, condição do produtor, residência do produtor, forma de administração, utilização de assistência técnica (finalidade e origem), emprego de força animal, emprego de força mecânica, procedência da força utilizada, métodos de irrigação, uso de fertilizantes, defesa sanitária (animal e vegetal), conservação do solo, uso de serviços de empreitada, associação a cooperativas, número de parcelas que compõem o estabelecimento, área total, terras próprias e de terceiros, utilização das terras, área de lavouras, área irrigada, máquinas e instrumentos agrícolas (tratores, arados, veículos de tração mecânica e animal, silos, depósitos, energía elétrica (gerada, obtida, comprada, consumida, cedida e vendida), combustíveis consumidos (álcool, carvão vegetal, gás liquefeito de petróleo, gasolina, lenha, óleo diesel, querosene).

- b) Pessoal Ocupado:
  - categoria;
  - sexo;
  - empregados temporários;
  - meses de maior emprego de pessoal temporário; e
  - pessoal residente no estabelecimento.
- c) Situação Econômico-financeira:
  - valor dos bens;
  - valor dos investimentos;
  - financiamentos obtidos;
  - despesas (inclui salários);
  - valor da produção; e
  - receitas.
- d) Pecuária (inclui pequenos animais e aves):

Bovinos, ovinos, suinos, bubalinos, eq inos, asininos, muares, caprinos, coelhos, colméias, aves, número de cabeças, finalidade, idade e sexo dos animais, nº de animais nascidos, abatidos, vitimados e vendidos, produção de ovos, leite, lã, mel e cera de abelha, e de casulos do bicho-da-seda, valor da produção animal.

### e) Produção Vegetal:

- lavouras permanente e temporária;
- horticultura:
- floricultura:
- tipo de cultivo:
- origem das sementes:
- principais meses de plantio e de colheita:
- quantidade colhida:
- área da colheita:
- valor da produção: e
- efetivo das plantações.

## f) Produtos da Lavoura Permanente:

Abacate, agave (folha), algodão arbóreo, ameixa, azeitona, banana, borracha (cultivada), cacau (amêndoa), café em coco, cajá-manga, caju (fruto), caqui, castanha européia, chá-da-india, coco-da-baia, cupuaçu, dendê (coco), erva-mate (cultivada), figo, fruta de conde, goiaba, guaraná, jabuticaba, jaca, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, mudas, nêspera, noz, pêra, pêssego, pimenta-do-reino, sapoti, tangerina, tungue, uva, e outros produtos da lavoura permanente.

### g) Produtos da Lavoura Temporária:

Abacaxi, abóbora, alfafa (forrageira), algodão em caroço, alho, amendoim em casca, arroz em casca, aveia forrageira, azevém-forragem, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cana forrageira, capim em geral, cará, cebola, centeio em grão, cevada em grão, ervilha em grão, fava, feijão em grão, fumo em folha, gergelim, girassol, guando, hortelã (menta), inhame, juta em haste (fibra), linho (semente), malva em haste (malva-fibra), mamona, mandioca, melancia, melão, milho em grão, milho espiga (milho verde), milho forrageiro, morango, outras forrageiras, palma forrageira, piretro, rami (fibra), soja em grão, sorgo em grão, tomate, trigo em grão, e outros produtos da lavoura temporária.

## h) Produtos da Horticultura:

Abobrinha verde, agrião, alcachofra, alface, almeirão, aspargo, berinjela, bertalha, beterraba, brócolis, cebolinha, cenoura, cheiro-verde, chicória, chuchu, coentro, couve, couve-flor, ervilha em vagem, espinafre, jiló, mandioquinha (batata-baroa), maxixe, nabo, pepino, pimenta, pimentão, quiabo, rabanete, repolho, salsa, sementes, vagem, e outros produtos da horticultura.

### i) Produtos da Floricultura:

- flores; e
- plantas ornamentais.

#### j) Extração Vegetal e Silvicultura:

- produção:
- valor da produção;
- árvores abatidas;
- valor das árvores abatidas; e
- efetivo das plantações da silvicultura (= efetivo das espécies florestais).

#### 1) Produtos Extrativos (nativos):

Andiroba (semente), babaçu (amêndoa), batata, borracha, buriti (coco), caju (castanha), carnaúba (cera), carnaúba (folha), caroá, carvão vegetal, cascas taniferas, castanha-do-pará, dormentes, erva-mate, estacas, fibras em geral, ipecacuanha-poaia, lenha, madeira, oiticica (semente), ouricuri (coquilhos=co-co), palmito, piaçaba (fibra), pó de carnaúba, postes, sorva, tucum (coco), e outros produtos da extração vegetal.

- m) Produtos da Silvicultura (plantados):
  - cascas de acácia-negra;
  - folhas:
  - lenha:
  - madeira para papel;
  - mudas: e
  - resinas e outros produtos da silvicultura.
- n) Espécies Florestais Plantadas:
  - acácia-negra:
  - eucalipto:
  - outras espécies;
  - peroba;
  - pinheiro (araucária); e
  - pinus e outras espécies plantadas.
- o) Indústria Rural:
  - transformação ou beneficiamento de produtos agropecuários.
- p) Produtos da Indústria Rural:

Aguardente de cana, aguardente de uva, arroz em grão, café em grão, erva-mate cancheada, farinha de mandioca, farinha de milho ou fubá, fibra de agave, fibra de juta, fibra de malva, fibra de rami, fumo em corda, goma, manteiga, óleo de dendê, óleo de hortelã, polvilho, queijo, rapadura, vinho de uva, e outros produtos da Indústria Rural.

- q) Animais e Produção Particular do Pessoal Residente nos Estabelecimentos.
- 25.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. Os resultados são divulgados para: Brasil, Grande Região, Unidade da Federação, Mesorregião, Microrregião, Município, Distrito e conjunto de Setores Censitários.

#### 25.5 Periodicidade

Q inq enal, realizada tendo como referência os anos de final 0 e 5 até 1985 e de final 1 e 6 a partir de 1991.

#### 25.6 Metodologia

A pesquisa abrange todo o Território Nacional, tendo o estabelecimento como unidade de investigação. Obtém informações sobre agricultura, pecuária, avicultura, apicultura, cunicultura, sericicultura, horticultura, floricultura, silvicultura, extração de produtos vegetais e transformação ou beneficiamento de produtos agropecuários. Os dados são coletados através de um questionário geral, aplicado ao estabelecimento como unidade econômica básica, e de um questionário complementar,

reservado ao registro da produção particular do pessoal residente. Excluem-se da investigação os quintais de residências e as hortas domésticas.

Utilizando-se as informações registradas nos documentos de controle da coleta, são divulgados os resultados preliminares.

# 25.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

- 1920 (Diretoria Geral de Estatistica).
- 1940 (IBGE).

#### 26 PESQUISA DE ESTOQUES

26.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 26.2 Descrição Sumária

A pesquisa de Estoques objetiva fornecer informações estatisticas conjunturais sobre o volume e distribuição espacial dos estoques de produtos agropecuários básicos e sobre as unidades onde é feita a sua guarda.

#### 26.3 Principais Variáveis Investigadas

A pesquisa investiga a modalidade de armazenagem, as quantidades existentes dentro ou fora das unidades armazenadoras, a atividade dos estabelecimentos inquiridos e a propriedade da empresa a qual os estabelecimentos estão subordinados.

## 26.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. A pesquisa é divulgada a nivel de Brasil, Grandes Regiões. Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões Homogêneas e Municípios, em boletim próprio. Também encontra-se na Base de Dados e no Sistema SIDRA.

#### 26.5 Periodicidade

Semestral.

#### 26.6 Metodologia

São aplicados questionários nos estabelecimentos que se dedicam a prestação de serviços de armazenagem ou que tenham a guarda de produtos agropecuários ou derivados, vinculados á sua atividade principal. Somente são considerados aqueles que formam unidades armazenadoras com capacidade útil igual ou superior a 400 metros cúbicos ou 240 toneladas, exceto para estabelecimentos agropecuários e supermercados cujos limites mínimos são 2 000 metros cúbicos ou 1 200 toneladas.

#### 26.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

Esta pesquisa teve origem no IBGE em 1958 sob o titulo "Depósito de Gêneros Alimenticios e Forragens". Em 1963, a apuração passou a responsabilidade do Ministério da Agricultura, tendo sido, em 1966, desdobrada em duas partes: "Armazenagem e Estocagem a Seco" e "Armazenagem e Estocagem a Frio". A partir de 1966 o Ministério da Agricultura deixou de fazer a apuração dos dados levantados pelo IBGE.

Em 1971, o IBGE assumiu novamente a sua responsabilidade, sendo que, em 1986, foi reformulada e passou a se denominar "Pesquisa Especial de Armazenagem" e, finalmente. "Pesquisa de Estoques", a partir do segundo semestre de 1987.

## 27 LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

#### 27.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 27.2 Descrição Sumária

Pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das safras agricolas de até 35 produtos. Fornece estatísticas desde a intenção de plantio até a colheita, bem como relata a situação das lavouras quanto a ação de fenômenos climáticos adversos, incidência de pragas e moléstias, fatores econômicos e outros correlatos à área cultivada, à produção e à produtividade.

## 27.3 Principais Variáveis Investigadas

São pesquisadas a área (plantada, destinada à colheita e colhida), a produção (esperada e obtida) e o rendimento médio (esperado e obtido).

### 27.4 Abrangência Geográfica e Nível de Divulgação

Todo Território Nacional. As informações estão disponíveis por Unidades da Federação.

#### 27.5 Periodicidade

Mensal.

#### 27.6 Metodologia

Os dados são obtidos mensalmente pela rede de coleta do IBGE, através de reuniões com técnicos de outros órgãos que atuam na área, produtores e outros colaboradores sediados nos diversos municípios, bem como, com representantes técnicos de entidades públicas e privadas que particípam das Comissões Municipais - COMEAS - ou Regionais - COREAS - e dos Grupos de Coordenação Estadual das Estatisticas Agropecuárias - GCEAS. Os dados oriundos dessas comissões e grupos são, posteriormente, submetidos à aprovação da Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatisticas Agropecuárias - CEPAGRO.

## 27.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

Novembro de 1972.

### 28 PESQUISA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL

### 28.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 28.2 Descrição Sumária

Pesquisa realizada anualmente em todos os municípios do Pais, com o objetivo de obtenção de informações estatísticas sobre a atividade agricola relativa a 29 produtos de culturas temporárias e 33 de culturas permanentes.

## 28.3 Principais Variáveis Investigadas

Para os 60 produtos agricolas são investigadas as sequintes variáveis:

- área plantada:
- área colhida:
- quantidade produzida:
- rendimento médio: e
- preco médio recebido pelos produtores.

## 28.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. Os resultados são divulgados a nivel de Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões Homogéneas e Municipios.

## 28.5 Periodicidade

Anual.

### 28.6 Metodologia

A obtenção das informações é realizada mediante o preenchimento, pelo Agente de Coleta do IBGE, de um questionário para cada municipio.

De modo geral, as estimativas realizadas pelos agentes resultam de contatos e reuniões com técnicos de órgãos de pesquisa, extensão, comercialização, crédito, etc., que atuam no setor agrícola do município, cooperativas, grande produtores e, ainda, do próprio conhecimento que tem da região.

## 28.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

Pesquisa iniciada no Ministério da Agricultura, em 1938, contando com a colaboração do IBGE no levantamento dos dados. Em 1973, foi transferida para o IBGE. Seus resultados não foram divulgados nos anos de 1971 e 1972, em virtude de problemas de qualidade.

#### 31 PESQUISA ESPECIAL DE SOJA

31.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 31.2 Descrição Sumária

Pesquisa realizada anualmente nas unidades processadoras de soja com o objetivo de obtenção de informações estatísticas sobre a estrutura operacional dos estabelecimentos, a procedência da matéria-prima, estoques de soja (em grão), quantidades processadas e produtos finais obtidos. É usada, também, como referencial para as estimativas da produção de soja constantes no "LSPA".

## 31.3 Principais Variáveis Investigadas

- Nome e endereço dos estabelecimentos, com vistas a elaboração do cadastro de informantes da pesquisa;
- Capacidade de armazenagem e de processamento dos estabelecimentos;
- Sistema de extração do óleo de soja;
- Estoque inicial e final no periodo de referência (ano comercial fevereiro a janeiro);
- Quantidade de soja adquirida, processada e vendida: e
- Quantidade dos produtos finais obtidos.

## 31.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. Os resultados para o Brasil e Grandes Regiões, são publicados em boletim próprio da pesquisa e, no passado, no suplemento da revista "INDICADORES IBGE".

#### 31.5 Periodicidade

Anual.

### 31.6 Metodologia

A coleta dos dados é feita diretamente nos estabelecimentos industriais que utilizam soja (em grão) como matéria-prima. A coleta dos dados se dá através da aplicação de um formulário, em cada estabelecimento, pelo Agente de Coleta do IBGE.

#### 31.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

#### 32 PESQUISA MENSAL DE ABATE DE ANIMAIS

#### 32.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 32.2 Descrição Sumária

A pesquisa Mensal de Abate de Animais visa obter informações sobre a atividade de abate de animais de maneira a fornecer aos órgãos do Governo e entidades privadas, subsidios para acompanhamento e análise da evolução desse setor da atividade econômica.

#### 32.3 Principais Variáveis Investigadas

A pesquisa investiga o número de cabeças e o peso total das carcaças das espécies de abate, a saber:

- bovinos bois, vacas e vitelos;
- suinos porcos e leitões:
- eq ideos asininos, eq inos e muares;
- aves perus, galos e galinhas, frangos e frangas, patos, marrecos, gansos e codornas:
- coelhos;
- ovinos:
- caprinos; e
- outros animais.

#### 32.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. Os resultados da pesquisa são divulgados através de boletins e, no passado, através da revista "INDICADORES IBGE".

Até dezembro de 1984 foram divulgados os resultados a nível de Brasil e Rio de Janeiro. A partir de 1985, os dados são divulgados a nível de Brasil.

### 32.5 Periodicidade

Mensal.

#### 32.6 Metodologia

A pesquisa é realizada através de levantamento por amostragem probabilistica. Os dados dos informantes selecionados para a amostra são expandidos por processo de estimador com base em razões combinadas, gerando as estimativas do abate de cada espécie abatida.

No caso dos estabelecimentos industriais e municípios onde o abate é realizado em abatedouros municipais ou postos de matança controlado pelas prefeituras, os questionários são preenchidos pelos próprios informantes. Nos demais municípios selecionados o próprio Agente de Coleta do IBGE é responsável pelo preenchimento, com base em informações que possua do abate na região.

## 32.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

Janeiro de 1975.

#### 33 PESQUISA PECUÁRIA MUNICIPAL

33.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 33.2 Descrição Sumária

Pesquisa realizada anualmente em todos os municípios do Pais com o objetivo de obtenção de informações estatísticas sobre os efetivos das espécies animais criadas e dos produtos da pecuária.

# 33.3 Principais Variáveis Investigadas

#### a) Efetivos e valores de:

Bovinos, búfalos, eq inos, asininos, muares, suínos, ovinos, caprinos, galinhas, galos, frangas, pintos, perus, patos, marrecos, gansos, codornas e coelhos.

## b) Produção e valores de:

Leite de vaca, lã, ovos de galinha, de codorna, mel e cera de abelha e casulos do bicho-da-seda.

A partir de 1989 as seguintes variáveis deixaram de ser investigadas:

Valor dos efetivos pecuários, efetivo de perus, patos, marrecos, gansos e produção e valor de cera de abelha.

### 33.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. A divulgação dos dados é feita a nível de Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões Homogêneas e Municípios através de publicações específicas.

## 33.5 Periodicidade

Anual.

## 33.6 Metodologia

A obtenção das informações é realizada mediante o preenchimento de um questionário para cada município, pelo Agente de Coleta do IBGE.

Os dados são levantados junto a produtores, sindicatos, cooperativas, órgãos de pesquisa, extensão rural, comercialização, crédito e outros afins à pecuária.

### 33.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

Pesquisa iniciada no Ministério da Agricultura em 1945 e transferida para o IBGE em 1973. Os anos de 1971 e 1972 não foram divulgados pelo Ministério da Agricultura.

#### 34 PESQUISA MENSAL DO LEITE

34.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 34.2 Descrição Sumária

A Pesquisa Mensal do Leite visa obter informações sobre a atividade de industrialização do leite, objetivando fornecer aos orgãos do Governo e entidades privadas, subsídios para o acompanhamento e análise da evolução desse setor da atividade econômica. É realizada junto às usinas de pasteurização e de beneficiamento e nas fábricas de laticínios e de leite em pó.

#### 34.3 Principais Variáveis Investigadas

A pesquisa investiga a quantidade de leite:

- a) Entrada, segundo a origem do leite:
  - cru;
  - resfriado:
  - pasteurizado:
  - concentrado: e
  - em pó.
- b) Destino, segundo a forma do leite:
  - industrializado:
  - pasteurizado;
  - resfriado; e
  - reconstituído.

## 34.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Jodo o Território Nacional. Os resultados são divulgados a nível de Brasil e Unidades da Federação através de boletins distribuídos e usuários selecionados e, no passado, através da revista "INDICADORES IBGE".

#### 34.5 Periodicidade

Mensal.

#### 34.6 Metodologia

Os dados são obtidos através da aplicação de um questionário a todos os estabelecimentos que se dedicam a atividade de industrialização de leite, não sendo inquiridos os postos de resfriamentos.

## 34.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

Janeiro de 1976.

## 35 PESQUISA ANUAL DE COURO

35.1 Entidade Responsável: IBGE

## 35.2 Descrição Sumária

A Pesquisa Anual de Couro tem como objetivo apurar o número de couros curtidos (com destaque para o de bovinos) de modo a subsidiar os órgãos do governo e empresas públicas e privadas nas suas tarefas de administração e planejamento, além de possibilitar o confronto dos dados das indústrias de curtume com os de abate.

# 35.3 Principais Variáveis Investigadas

Quantidade de couros inteíros curtidos, por espécie, (bovina, ovina, caprina e outras), tipos de curtimento, procedência da matéria-prima e destino da produção.

# 35.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. A pesquisa é divulgada a nivel de Brasil e Unidades da Federação em boletim próprio e, no passado, em suplementos da revista "IN-DICADORES IBGE".

## 35.5 Periodicidade

Anual.

#### 35.6 Metodologia

A pesquisa é baseada na aplicação periódica de um questionário apropriado a todas as empresas de curtume do País.

## 35.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

Primeiro semestre de 1988.

#### 36 ESTATÍSTICA DA PESCA

36.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 36.2 Descrição Sumária

Pesquisa realizada semestralmente com o objetivo de obtenção de informações estatisticas sobre a atividade pesqueira realizada por empresas, armadores e pescadores, colonizados ou não, em águas de dominio público ou privado.

#### 36.3 Principais Variaveis Investigadas

A pesquisa investiga a quantidade e o valor dos peixes, crustáceos, moluscos e quelônios obtidos.

### 36.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. A divulgação dos dados é feita a nivel de Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, através de publicações específicas, também se encontra na Base de Dados e, no Sistema SIDRA.

#### 36.5 Periodicidade

Semestral.

### 36.6 Metodologia

São utilizados três questionários. No caso da pesca empresarial os mesmos são preenchidos pelos próprios informantes ou pelo Agente de Coleta com base nas informações daqueles. No caso da pesca colonizada e da não-colonizada o questionário é preenchido pelo Agente de Coleta com base nas informações prestadas pelos integrantes das colônias e pescadores autônomos. Estas duas últimas estão momentaneamente desativadas para revisão.

#### 36.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

A pesquisa teve seus resultados sistematizados a partir de 1955 pelo Ministério da Agricultura. Em 1967, passou a responsabilidade da SUDEPE no que tange à apuração dos dados que eram levantados pelo IBGE. A partir de 1980, toda a pesquisa ficou a cargo do IBGE.

# 37 PESQUISA DE PRODUÇÃO DE OVOS DE GALINHA

37.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 37.2 Descrição Sumária

Pesquisa realizada trimestralmente com o objetivo de obtenção de indicadores sobre a magnitude da variação da produção física de ovos de galinha. Criada especialmente para atender a necessidade de aperfeiçoamento do cálculo do Produto Interno Bruto da Agropecuária.

# 37.3 Principais Variáveis Investigadas

São investigadas a produção de ovos de galinha, o total de galinhas poedeiras e total do efetivo (galinhas, galos, frangos, frangas e pintos).

# 37.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. Os resultados são divulgados a nivel de Brasil e Unidades da Federação.

### 37.5 Periodicidade

Pesquisa trimestral com informações mensais.

### 37.6 Metodologia

Aplicação de um questionário em estabelecimentos constantes de um "Painel definido por corte" (granjas com 10 000 ou mais galinhas poedeiras).

## 37.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

#### 38 CENSO INDUSTRIAL

38.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 38.2 Descrição Sumária

O Censo Industrial é a base do Subsistema de Estatísticas Industriais, pois, através dele, se obtém uma visão global da estrutura do setor e os parâmetros para o planejamento governamental e privado, bem como a ele se articulam as pesquisas de menor periodicidade, tais como aquelas que permitem o acompanhamento, nos anos intercensitários, da evolução dos elementos de caráter estrutural (pesquisas anuais) e aquelas sinalizadoras das tendências de curto prazo, isto é, as conjunturais (pesquisas mensais).

#### 38.3 Principais Variáveis Investigadas

- a) No Âmbito do Estabelecimento:
  - aquisições e baixas do ativo imobilizado:
  - meios de transporte;
  - pessoal ocupado, salários, retiradas e outras remunerações;
  - encargos sociais e trabalhistas:
  - custos de produção;
  - energia elétrica;
  - compras e transferências;
  - vendas e estoques;
  - métodos utilizados na valoração dos estoques:
  - outras receitas;
  - destino da produção;
  - despesas gerais;
  - consumo de matérias-primas, materiais auxiliares e componentes de procedência nacional e estrangeira, produzidos pela empresa e recebidos por transferências;
  - consumo de combustiveis;
  - serviços industriais prestados por outros estabelecimentos da mesma empresa e por outras empresas;
  - serviços de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos prestados por outros estabelecimentos da mesma empresa e por outras empresas; e prestados a outros estabelecimentos da mesma empresa e outras empresas; e
  - produtos fabricados, vendidos e transferidos.
- b) No Âmbito da Empresa:
  - aquisições e baixas do ativo permanente;
  - variação de pessoal ocupado:
  - receitas da empresa;
  - custos de produtos vendidos e dos serviços prestados;
  - despesas da empresa;
  - impostos e contribuições para fundos sociais; e
  - balanço patrimonial e correção monetária do balanço.

## 38.4 Abrangência Geográfica e Nível de Divulgação

Todo o Território Nacional.

## 38.5 Periodicidade

Pesquisa q inq enal realizada nos anos de final 2 e 7, referida aos anos de final 1 e 6, a partir dos 90. Anteriormente ou "desde a década de 70", era realizada nos anos de final 1 e 6, com data de referência nos anos de final 0 e 5, respectivamente.

#### 38.6 Metodologia

Pesquisa censitária cujo universo de investigação compreende as empresas com atividade principal industrial e estabelecimentos industriais das empresas com atividade principal industrial, comercial, de serviços, construções e transportes, com registro no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) e/ou que tenham uma pessoa assalariada, com ou sem vinculo empregaticio.

A definição anterior corresponde ao Censo Industrial/85, quando foram aplicados 3 (três) questionários (Empresa, Estabelecimento e Empresa/Estabelecimento).

Quanto à classificação de atividades e produtos industriais, foi adotada em 85 uma versão atualizada de 1980. Para o próximo Censo, estão sendo revistos tanto o Sistema de Classificação, quanto o conceito de Unidade de Investigação que o determina.

## 38.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

O primeiro Censo Industrial realizado pelo IBGE foi o de 1940.

### 39 PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL - PIA

39.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 39.2 Descrição Sumária

Cumpre à Pesquisa Industrial Anual, no subsistema de Estatisticas Industriais, acompanhar o desempenho e delinear a configuração estrutural das Indústrias Extrativa Mineral e de Transformação nos anos intercensitários, mensurando os principais agregados macroeconômicos, para atualização do Sistema de Contabilidade Nacional e balizamento dos Indicadores Conjunturais da Indústria - produção fisica e dados gerais - derivados da Pesquisa Industrial Mensal.

Na medida em que a PIA apresenta resultados absolutos e para o universo das mencionadas indústrias, as estatisticas conjunturais que indicam ritmos e tendências de crescimento podem ser substituídas e, quando já representam o universo, checadas e complementadas pelas informações adicionais disponíveis na Pesquisa Industrial.

Além de mapear os principais agregados para construção da função de produção da indústria - emprego, salário, produção e consumo intermediário - , através das informações de investimentos e desinvestimentos, tem-se uma aproximação da formação de capital na indústria, ano a ano.

### 39.3 Principais Variáveis Investigadas

- a) No Âmbito da Empresa:
  - balanço patrimonial;
  - ativo imobilizado;
  - pessoal ocupado, salários e retiradas;
  - demonstração de resultados; e
  - custos e despesas no ano.
- b) No Âmbito da Unidade Local UL ou Endereço Industrial (Principal Faturamento):
  - aquisições e baixas do ativo imobilizado;
  - pessoal ocupado, salários, retiradas e encargos sociais e trabalhistas;
  - consumo de combustíveis e energia elétrica;
  - variação de pessoal ocupado:
  - receitas e transferências;
  - despesas gerais;
  - impostos incidentes sobre as vendas; e
  - utilidades e outras atividades de apoio industrial.
- c) No Âmbito de Unidade Produtiva de Unidade Local (UP) Industrial:
  - pessoal ocupado;
  - salários e receitas;
  - compras e transferências recebidas;
  - principais produtos e/ou serviços fabricados:
  - despesas gerais;
  - custos de produção;
  - destino da produção;
  - vendas e transferências efetuadas; e
  - estoques e repartição das vendas ao mercado interno.

39.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional.

39.5 Periodicidade

Anual (anos intercensitários).

39.6 Metodologia

Amostragem Probabilistica estratificada de empresas e unidades locais, por Pessoal Ocupado e Vendas, e painel intencional de grandes indústrias, tendo como principal referência as informações do Censo Industrial mais recente.

As Unidades de Investigação adotadas no período 86/91 foram a Unidade Local, o Estabelecimento e a Empresa. Quanto à Classificação de Atividades segue sempre a adotada no último Censo, com agregações compativeis com o Sistema de Contas Nacionais.

39.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

## 40 PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE PRODUÇÃO FÍSICA - PIM-PF

40.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 40.2 Descrição Sumária

Produz indicadores de curto prazo do comportamento do produto real da indústria, a partir da evolução do volume fisico da produção nacional e regional de um subconjunto de produtos selecionados por sua importância na estrutura industrial, segundo informações obtidas em pesquisas de corte estrutural (Censo e Pesquisas Anuais). Os resultados anuais, obtidos a partir dos indices mensais, são utilizados na mensuração preliminar da variação da componente industrial do Produto Interno Bruto - PIB. Esse levantamento subsidia, também, as estimativas sobre o desempenho do setor de construção civil para o cálculo do PIB.

### 40.3 Principais Variáveis Investigadas

Quantidade produzida.

## 40.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. Atualmente os resultados divulgados para Brasil, Nordeste, Sul e para os seguintes estados: Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

#### 40.5 Periodicidade

Mensal.

#### 40.6 Metodologia

O método utilizado para seleção de produtos e estabelecimentos industriais é o de amostragem intencional, buscando-se: produtos representativos de 70% do Valor da Produção correspondente a cada um dos gêneros de indústria e informantes representativos de 70% do Valor da Produção de cada produto, tendo-se como referência básica o Censo Industrial mais recente e informações complementares de pesquisas anuais.

A fórmula de cálculo é a de Laspeyres em cadeia (sistema de base fixa encadeada), a base de ponderação é a estrutura do Valor da Transformação Industrial do Censo Industrial e, atualmente, a base de comparação é a média das quantidades produzidas em 1981.

São publicados quatro tipos de indices: Índice Base Fixa Mensal (número-indice), Índice Mensal, Índice Acumulado no Ano e Índice Acumulado de 12 Meses; os três últimos derivados do número-indice. Os indices de Brasil para classes e gêneros de indústria são calculados também com ajuste sazonal pelo método X-11, último variante de uma sucessão de métodos de ajustamentos sazonais (dessazonalização) construido no "BUREAU OF THE CENSUS" americano, conhecido pela letra "X", numa seq ência que se iniciou em 1954 (com método X-1).

## 40.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

# 41 PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE DADOS GERAIS - PIM-DG

## 41.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 41.2 Descrição Sumária

Produz indicadores de curto prazo relativos ao comportamento do emprego, salário e valor da produção. É fundamental para o entendimento do fenômeno da rotatividade da mão-de-obra, subsidiando a análise da flutuação do emprego industrial. Através das informações do custo da mão-de-obra e do nivel salarial médio pode-se obter uma avaliação mais precisa das tendências da remuneração do trabalho na indústria.

A utilização dos indicadores do valor da produção em conjunto com os de Produção Fisica, permite a obtenção de indices implicitos de preços industriais, funcionando, também isoladamente, como estimativa da variação do nivel de atividade industrial.

## 41.3 Principais Variaveis Investigadas

- Pessoal ocupado na produção;
- Admissões e desligamentos na produção;
- Número de horas pagas na produção;
- Valor dos salários contratuais;
- Valor das horas extras pagas;
- Valor da folha de pagamento: e
- Valor da produção.

## 41.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. Resultados divulgados para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Região Nordeste e Região Sul, para as Classes de Indústria e para 22 Gêneros das Indústrias Extrativa Mineral e de Transformação.

## 41.5 Periodicidade

Mensal.

#### 41.6 Metodologia

Amostragem probabilistica estratificada de estabelecimento por Valor da Produção e Pessoal Ocupado no Censo Industrial mais recente.

Adota a unidade de investigação ESTABELECIMENTO e a CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS, segundo as definições utilizadas no Censo Industrial que serviu de base à definição da amostra.

São gerados vários indicadores: mês x mês anterior, mensal, acumulado, etc., a partir do indice de base fixa (número-indice) e algumas relações: taxa de rotatividade, folha de pagamento por trabalhador, participação da folha de pagamento no valor da produção e participação do valor das horas extras na folha de pagamento.

## 41.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

## 42 CENSO DA CONSTRUÇÃO

#### 42.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 42.2 Descrição Sumária

O Censo da Construção é a base do Subsistema de Estatisticas da Construção, pois através dele se obtém uma visão global de estrutura do setor e os parâmetros para o planejamento governamental e privado, bem como para pesquisas de menor periodicidade.

#### 42.3 Principais Variáveis Investigadas

- a) Questionário de Empresa:
  - aquisições e baixas do ativo permanente:
  - variação do pessoal ocupado:
  - receitas da empresa:
  - custos de produtos vendidos e dos serviços prestados;
  - despesas da empresa:
  - impostos e contribuições para fundos sociais; e
  - balanço patrimonial e correção monetária do balanço.
- b) Questionário de EMPRESA/ATIVIDADE E DEPARTAMENTO:
  - aquisições e baixas do ativo imobilizado;
  - meios de transporte;
  - variação do pessoal ocupado;
  - pessoal ocupado, salários, retiradas e outras remunerações;
  - encargos sociais e trabalhistas;
  - compras e transferências;
  - materiais de construção, despesas gerais;
  - custos de construção;
  - custos de incorporação e/ou loteamento;
  - receitas operacionais apropriadas;
  - transferências para o ativo imobilizado da empresa;
  - comercialização de imóveis;
  - transferências;
  - servicos de manutenção e reparação e outras receitas do departamento;
  - estoques de materiais e imóveis a comercializar;
  - valor das obras executadas;
  - valor da incorporação e/ou loteamento;
  - dados de regionalização; e
  - valor dos serviços executados por terceiros ou por outros estabelecimentos da mesma empresa.

## 42.4 Abrangência Geográfica e Nível de Divulgação

Todo o Território Nacional. Os resultados são divulgados a nivel de Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios por Classes, Géneros, Grupos e Subgrupos de Atividades.

## 42.5 Periodicidade

Pesquisa realizada nos anos de final 2 e 7, referida aos anos de final 1 e 6. Desde a década de 70, era realizada nos anos de final 1 e 6, com referência nos anos de final 0 e 5, respectivamente.

## 42.6 Metodologia

Pesquisa censitária no universo de investigação compreendido pelas empresas com atividade principal de construção e departamentos de construção das empresas com atividade principal industrial, comercial e de serviços, com registro no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC - e/ou que tenham, pelo menos, uma pessoa assalariada com ou sem vinculo empregaticio.

A Classificação de Atividades adotada no último Censo (1985) foi uma atualização da versão de 1980. Para o próximo Censo, a classificação está sendo revista.

# 42.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

O primeiro Censo da Construção foi realizado pelo IBGE em 1970 com o título de Censo Predial. Nos Censos da Indústria de 1975 e 1980 foram incluídos os Inquéritos Especiais sobre a Indústria da Construção.

## 43 PESQUISA ANUAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

### 43.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 43.2 Descrição Sumária

A Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC-, realizada a partir do ano de 1990, tem a finalidade de delinear a configuração conjuntural do Setor da Construcão.

A investigação se dá através de um modelo único de questionário, aplicado à sede das empresas de construção, do painel selecionado para a PAIC, recolhendo informações econômicas, financeiras e contábeis da empresa como um todo e, em separado, da atividade da construção.

### 43.3 Principais Variáveis Investigadas

- a) Dados da Empresa:
  - ativo:
  - passivo;
  - resultado liquido do exercicio;
  - pessoal ocupado;
  - salários e retiradas;
  - aquisições e baixas:
  - encargos sociais e trabalhistas; e
  - variação do pessoal ocupado.
- b) Dados da Atividade:
  - custos e despesas operacionais incorridos;
  - receitas operacionais suplementares;
  - valor das obras e servicos executados; e
  - classificação de atividades.
- c) Dados de Regionalização:
  - recolhendo informações segundo as Unidades da Federação de atuação das empresas, das variáveis pessoal ocupado, salários e retiradas, custos e despesas, obras e serviços executados.

## 43.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional.

#### 43.5 Periodicidade

Anual.

### 43.6 Metodologia

A pesquisa investiga uma amostra do tipo paínel, sem reposição, de empresas de construção. São consideradas aquelas que, num determinado ano tomado como referência, executaram obras e/ou serviços de construção e/ou obtiveram receitas operacionais suplementares.

A amostra atual é representada por 2 513 empresas selecionadas a partir do Censo da Construção de 1985, sendo consideradas apenas empresas registradas no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC - e que obtiveram receita bruta superior a 245 milhões no ano de 1985.

#### 43.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

#### 44 BALANCO ENERGÉTICO NACIONAL

44.1 Entidade Responsável: Secretaria Nacional de Energia

### 44.2 Descrição Sumária

O Balanço Energético Nacional - BEN - foi instituido em 1975 pelo extinto Ministério das Minas e Energia com o objetivo de registrar estatísticas de energia, e bem assim servir de instrumento para o planejamento energético.

Duas fases distintas caracterizam a existência do BEN. Numa primeira fase, periodo 1976 a 1988, o documento não apresentava uma metodologia de elaboração bem definida, registrando dados de produção e consumo das principais fontes de energia sem explicitar as diversas relações entre reservas, produção, comércio externo, transformação, consumo, etc. Neste periodo o BEN registrou séries de dez anos de dados históricos e prospectivos. A cada edição era incorporado um novo ano e eliminado o primeiro, tanto nas séries históricas como nas prospectivas. Em 1989 o documento não foi publicado, estando o original arquivado na Divisão de Informações Energéticas da Secretaria Nacional de Energia.

Numa segunda fase, iniciada em 1980, o BEN passou a registrar apenas dados históricos e passou a adotar a metodologia de Balanços Energéticos da Organização Latinoamericana de Energia - OLADE -, com as adaptações julgadas necessárias para o setor energético brasileiro. Referida metodologia explicita todas as relações entre reservas, produção, transformação e consumo de energia e dá um tratamento uniforme a todas variáveis.

### 44.3 Principais Variáveis Investigadas

- Arquivo de contas, onde é definido o fluxo energético que se quer, especificando a oferta, importação, exportação, ..., centros de transformação, ..., consumo por setor, etc.;
- Arquivo de energias, onde são definidas as fontes de energia e suas unidades originais de entrada;
- Arguivo de dados da matriz, onde são introduzidos, por fonte de energia e nas unidades originais, os dados quantitativos conforme o fluxo energético definido no arquivo de contas; e
- Arquivo de fatores de conversão, onde são introduzidos os fatores que permitem converter os dados quantitativos de cada energético numa unidade calórica comum, e bem assim possibilitar consolidações de dados.

O sistema permite obter relatórios anuais e plurianuais por fonte de energia e por conta, matrizes energéticas anuais, bem como permite gerar arquivos tipo ASCII que podem ser importados por outros sistemas.

O BEN não necessariamente publica toda a série histórica contida no SIBE, em geral são registrados os últimos 16 anos. Por outro lado, o documento registra outros dados não existentes no SIBE, como: capacidade instalada de refinarias e centrais elétricas, população, dados econômicos, dados energéticos estaduais e algumas informações energéticas internacionais.

A partir de 1982 a metodologia do BEN foi divulgada junto aos estados e desde então a grande maioria das Unidades da Federação têm elaborado anualmente balanços energéticos.

## 44.4 Abrangência Geográfica e Nível de Divulgação

Brasil. Atualmente o sistema opera com um plano de contas contendo produção, comércio externo, estoques, dez centros de transformação e 22 setores de consumo e com 48 fontes de energia, para os quais existem informações de 1970 a 1990. A unidade comum utilizada é a Tonelada Equivalente de Petróleo - TEP.

## 44.5 Periodicidade

Anual.

#### 44.6 Metodologia

Sistematicamente, em janeiro de cada ano são encaminhados às instituições "Fontes de Dados" (cerca de 15) os formulários, telex, fax e cartas solicitando os dados relativos ao exercício findo e confirmação dos dados do último ano do BEN. Normalmente leva-se três a quatro meses para o recebimento de todos os dados, um mês para a depuração, um mês para a elaboração da minuta do documento e dois meses para a impressão de três mil exemplares.

Para a elaboração do BEN não é realizada nenhuma pesquisa primária, a maioria dos dados necessários é coletada pelas instituições fontes de dados e uns poucos dados são estimados mediante algum tipo de correlação ou mediante o emprego de coeficientes técnicos.

44.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

# 45 SIESE - SISTEMA DE INFORMAÇÕES EMPRESARIAIS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

45.1 Entidade Responsável: ELETROBRÁS

## 45.2 Descrição Sumária

Capacidade Nominal Instalada e Geração Bruta de Energia Elétrica: os dados são extraídos dos cadastros mantidos diretamente pelo SIESE, cadastros esses alimentados pelas informações prestadas através das Empresas de Energia Elétrica.

Consumo de Energia Elétrica: os dados são informados ao SIESE pelo Departamento de Mercado da Eletrobrás/Divisão de Acompanhamento de Mercado que é o Centro de Responsabilidade para este tipo de informação.

## 45.3 Principais Variáveis Investigadas

- Capacidade nominal instalada das usinas geradoras de eletricidade;
- Geração bruta de energia elétrica:
- Consumo de energia elétrica;
- Usinas hidráulicas:
- Usinas térmicas a gás (óleo diesel);
- Usinas térmicas a diesel:
- Usinas térmicas a vapor (óleo combustivel); e
- Usinas térmicas nucleares (urânio).

# 45.4 Abrangência Geográfica e Nível de Divulgação

As informações são coletadas e consolidadas a nivel de Unidades da Federação, em todas as Empresas de Energia Elétrica e são divulgadas a órgãos do Ministério da Infra-Estrutura e de outros Ministérios, Empresas de Energia Elétrica, Empresas de Iniciativa Privada, a Organismos Nacionais e Internacionais e órgãos de Imprensa.

#### 45.5 Periodicidade

Divulgação trimestral das variáveis investigadas e outras que compõem o chamado conjunto mínimo de dados.

## 45.6 Metodologia

O SIESE é um sistema de informações baseado na descentralização de função, cabendo a diversos órgãos (chamados Centros de Responsabilidade) a tarefa da captação e manipulação dos dados restando ao próprio sistema o trabalho de coordenação, consolidação e divulgação das informações.

## 45.7 Data em que se iniciou a Pesquisa

#### 46 CENSO DE COMÉRCIO

#### 46.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 46.2 Descrição Sumária

O Censo de Comércio é a principal fonte de informações para este setor de atividade, fornecendo uma visão global de sua estrutura de funcionamento, segundo diferentes niveis de desagregação espacial, de atividades e de informação. Os resultados do Censo de Comércio são de grande utilidade não apenas para o planejamento governamental, órgãos privados e instituições acadêmicas, como também para a identificação dos parâmetros necessários à definição das pesquisas de Comércio de menor periodicidade (anuais e mensais).

Nos Censos Econômicos é feito o levantamento das atividades do Comércio Varejista e Atacadista envolvendo a aplicação de três diferentes modelos de questionários: por Empresa, por Estabelecimento e por Empresa com um único Estabelecimento.

#### 46.3 Principais Variáveis Investigadas

- a) No Âmbito do Estabelecimento:
  - aquisições e baixas do ativo imobilizado;
  - meios de transporte;
  - pessoal ocupado:
  - salários, retiradas e outras remunerações;
  - encargos sociais e trabalhistas;
  - despesas gerais;
  - compras, recebimentos e transferências de mercadorias e de material de embalagem;
  - destino das vendas por tipo de consumidor;
  - condições de pagamento das vendas (à vista e a prazo);
  - receitas de outras atividades;
  - discriminação das vendas e transferências por grupos de mercadorias; e
  - estoques.
- b) No Âmbito da Empresa:
  - aquisições e baixas do ativo permanente;
  - variação de pessoal ocupado;
  - receitas, despesas e custos da empresa; e
  - balanço patrimonial e correção monetária do balanço.

### 46.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. Os resultados são divulgados a nível de Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios para classes, gêneros e grupos de atividades.

## 46.5 Periodicidade

Pesquisa q inq enal realizada, até 1985, nos anos 1 e 6, e referida aos anos de final 0 e 5. A partir de então, está prevista ser realizada nos anos de final 2 e 7 com referência aos anos de final 1 e 6.

#### 46.6 Metodologia

Pesquisa censitária cujo universo de investigação compreende as Empresas com atividade principal comercial e os Estabelecimentos comerciais das empresas constantes do âmbito dos Censos Econômicos registradas ou não no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC -, estas últimas desde que possuam pelo menos um empregado assalariado, com ou sem vinculo empregaticio.

#### 46.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

O primeiro Censo de Comércio foi realizado pelo IBGE em 1940.

### 47 CENSO DE SERVICOS

47.1 Entidade Responsável: IBGE

### 47.2 Descrição Sumária

O Censo de Serviços é a principal fonte de informações para esse setor de atividade, fornecendo uma visão global de sua estrutura de funcionamento, segundo diferentes niveis de desagregação espacial, de atividades e de informações. Os resultados do Censo de Serviços são de grande utilidade não apenas para o planejamento governamental, órgãos privados e instituições acadêmicas, como também para a identificação dos parâmetros necessários à definição das pesquisas de Serviços de menor periodicidade.

Nos Censos Econômicos é feito o levantamento das atividades de serviços envolvendo a aplicação de três diferentes questionários: por Empresa, por Estabelecimento e por Empresa com um único Estabelecimento.

### 47.3 Principais Variáveis Investigadas

- a) No Âmbito do Estabelecimento:
  - aquisições e baixas do ativo imobilizado;
  - meios de transporte:
  - pessoal ocupado:
  - salários, retiradas e outras remunerações;
  - encargos sociais e trabalhistas:
  - despesas gerais;
  - compras, recebimentos e transferências de mercadorias;
  - estoques: e
  - discriminação das receitas por grupos de serviço.
- b) No Âmbito da Empresa:
  - aquisições e baixas do ativo permanente:
  - variação do pessoal ocupado;
  - receitas e despesas da empresa:
  - balanço patrimonial; e
  - correção monetária do balanco.

# 47.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. Os resultados são divulgados a nivel de Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios para classes, gêneros e grupos de atividades.

#### 47.5 Periodicidade

Pesquisa q inq enal realizada nos anos de final 1 e 6, e referida aos de final 0 e 5. A partir de 1991 será realizada nos anos de final 2 e 7 e referida aos anos de final 1 e 6.

## 47.6 Metodologia

Pesquisa censitária cujo universo de investigação compreende as Empresas com atividade principal de serviços e Estabelecimentos de prestação de serviços das empresas constantes do âmbito dos Censos Econômicos, registradas ou não no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC -, sendo que estas últimas, desde que possuam, pelo menos, um empregado assalariado, com ou sem vínculo empregaticio.

## 47.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

O primeiro Censo de Serviços realizado pelo IBGE foi o de 1940.

#### 48 CENSO DOS TRANSPORTES

48.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 48.2 Descrição Sumária

O Censo dos Transportes é uma das principais fontes de informação para este setor de atividade fornecendo uma visão global de sua estrutura de funcionamento segundo diferentes níveis de desagregação espacial, de atividades e de informação. Os resultados do Censo dos Transportes são de grande utilidade para o planejamento governamental, órgãos privados e instituições acadêmicas que obtêm informações económicas, financeiras e contábeis, bem como as referentes a fluxo e capacidade de transporte.

Nos Censos Econômicos é feito o levantamento das atividades de transportes envolvendo a aplicação de três diferentes modelos de questionários: por Empresa (em sua sede, recolhendo informações econômicas, financeiras e contábeis de todas as atividades exercidas pela empresa com atividade principal de transportes); por Empresa (em sua sede, levantando informações específicas sobre a atividade de transportes exercida pelas empresas de transportes ou, aínda, pelos departamentos de transportes das empresas com atividade principal industrial, comercial ou de serviços) e para pequenas Empresas, empresas não registradas no CGC mas com pelo menos uma pessoa assalariada, com ou sem vinculo empregatício, considerando um dado valor de receita bruta. Este questionário levanta informações tanto para a empresa de transportes como para a atividade de transportes.

## 48.3 Principais Variáveis Investigadas

- a) No Âmbito da Atividade de Transporte:
  - aquisições e baixas do ativo imobilizado;
  - pessoal ocupado:
  - salários, retiradas e outras remunerações;
  - encargos sociais e trabalhistas;
  - despesas gerais;
  - custos operacionais;
  - combustiveis, lubrificantes e energia elétrica consumidos;
  - compras, recebimentos e transferências;
  - estoques;
  - receitas operacionais;
  - número de passageiros transportados;
  - volume de cargas transportadas; e
  - quantidade e capacidade dos meios de transportes.
- b) No Âmbito da Empresa:
  - aquisições e baixas do ativo permanente;
  - variação do pessoal ocupado;
  - receitas da empresa;
  - despesas e custos da empresa; e
  - balanço patrimonial e correção monetária do balanço.

## 48.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. Os resultados são divulgados agregados a nivel Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios para classe, gêneros, grupos e subgrupos de atividades.

## 48.5 Periodicidade

Pesquisa q inq enal realizada nos anos de final 1 e 6, e referida aos anos de final 0 e 5. A partir de 1991 realizada nos anos de final 2 e 7 e referida aos de final 1 e 6.

## 48.6 Metodologia

Pesquisa censitária cujo universo de investigação compreende as empresas de transportes registradas no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC -, as não registradas mas com pelo menos um empregado assalariado, com ou sem vinculo empregaticio, e os departamentos de transportes de empresas industriais, comerciais ou de serviços, registradas no CGC.

## 48.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

O Censo dos Transportes foi realizado nos Censos Econômicos de 1975 e de 1980 como um "Inquérito Especial" e, a partir de 1985, passou a constituir um censo especifico, realizado em conjunto com os demais CEs.

# 49 PESQUISA ANUAL DE COMÉRCIO

49.1 Entidade Responsável: IBGE

### 49.2 Descrição Sumária

A pesquisa tem como objetivo acompanhar a evolução e o desempenho do Setor Comercial nos anos intercensitários, através da mensuração dos principais agregados macroeconômicos.

#### 49.3 Principais Variaveis Investigadas

Demonstrativo da Receita:

- custos operacionais:
- condições da compra de mercadorias para revenda;
- estoques;
- despesas do ano;
- encargos sociais e trabalhistas;
- pessoal ocupado, salários e retiradas e outras remunerações;
- condição da revenda de mercadorias;
- descrição de receita de revenda por grupos de mercadorias; e
- dados de regionalização.

### 49.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional.

### 49.5 Periodicidade

Anual.

# 49.6 Metodologia

Aplicação de questionário a empresas selecionadas através de amostra probabilistica, tomando como base o universo formado pelas empresas comerciais que responderam ao Censo Econômico mais recente ou fazem parte da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

São três os questionários aplicados na pesquisa:

- a) Questionário para as Empresas Líderes aplicado às 1 000 maiores empresas comerciais existentes segundo o Censo Econômico;
- b) Questionário Completo aplicado às empresas que nos Censos Econômicos auferiram uma receita bruta anual superior ou igual a determinado limite. No caso da amostra extraída dos Censos de 1985, este valor foi de 40 000 OTNs ou a existência de 50 ou mais pessoas ocupadas segundo a RAIS. Deve ficar claro que respondendo a esse questionário figuram empresas selecionadas por amostragem, como outras, intencionalmente. Essas últimas são todas as empresas que atuavam em mais de uma Unidade da Federação nos Censos de 1985 ou declararam ocupar mais de 50 pessoas na RAIS; e
- c) Questionário Simplificado aplicado às empresas que se situem abaixo do corte do item anterior.

# 49.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

Em 1989 foi a campo a pesquisa relativa ao primeiro ano da série, 1988.

### 50 PESQUISA ANUAL DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

# 50.1 Entidade Responsável: IBGE

### 50.2 Descrição Sumária

Pesquisa sobre a atividade de prestação de serviços remunerados de transporte rodoviário de passageiros e/ou cargas, realizada por empresas públicas ou privadas e unidades econômicas de transporte, sem constituição jurídica, que empreguem pessoas, utilizem veículos próprios ou sob arrendamento mercantil (leasing), em linhas nacionais ou internacionais.

Não fazem parte do âmbito da pesquisa as atividades de transporte de cargas ou passageiros desenvolvidas por carreteiros ou transportadores autônomos, transporte por ambulância, serviços de terraplenagem, de guarda-móveis, de locação de veiculos para táxi e serviços diversos a cooperados.

### 50.3 Principais Variáveis Investigadas

- Balanço patrimonial;
- Aquisição e baixas do ativo permanente;
- Pessoal ocupado;
- Salários:
- Despesas operacionais;
- Custos operacionais;
- Receitas de transporte;
- Receitas de outras atividades;
- Estrutura da frota;
- Quantidade de passageiros e cargas transportadas; e
- Quantidade de viagens, número de linhas e extensão das linhas.

# 50.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. Os resultados são divulgados a nível de Grandes Regiões e Unidades da Federação através da publicação "Pesquisa Anual de Transporte Rodoviário".

# 50.5 Periodicidade

Anual (anos intercensitários).

# 50.6 Metodologia

Os dados são obtidos através da aplicação de questionários à totalidade das empresas identificadas a partir do cruzamento de três cadastros: Censos Econômicos, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER - e Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

# 50.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

De 1968 a 1984, Empresas de Transporte Rodoviário.

De 1986 em diante, Pesquisa Anual de Transporte Rodoviário.

#### 51 PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO

# 51.1 Entidade Responsável: IBGE

# 51.2 Descrição Sumária

A Pesquisa Mensal de Comércio, que encontra-se em concepção, terá como objetivo o acompanhamento conjuntural da atividade comercial, através da elaboração de indices de evolução de determinadas variáveis.

### 51.3 Principais Variáveis Investigadas

A pesquisa deverá investigar: vendas; compras; pessoal ocupado; salários e estoques (em fase de avaliação).

# 51.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. O nivel de divulgação dos resultados será definido futuramente.

#### 51.5 Periodicidade

Mensal.

# 51.6 Metodologia

Aplicação de questionário a estabelecimentos selecionados através de amostra probabilistica, estando o método específico ainda por definir.

### 51.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

A pesquisa encontra-se em fase de concepção.

### 52 PESQUISA DE MEIOS DE HOSPEDAGEM

52.1 Entidade Responsável: IBGE

### 52.2 Descrição Sumária

A Pesquisa Meios de Hospedagem tem por objetivo levantar a oferta de serviços de hospedagem, com ou sem serviço de alimentação oferecida pelos hotéis, pensões e motéis, excluindo os estabelecimentos de uso exclusivo de uma determinada comunidade, colônias de férias e aqueles destinados a abrigar indigentes e desvalidos.

### 52.3 Principais Variáveis Investigadas

- Caracteristicas dos estabelecimentos;
- Quantidade de acomodações para os hóspedes:
- Valor das diárias;
- Instalações e aparelhamento existente no estabelecimento:
- Pessoal ocupado:
- Movimento mensal de hóspedes:
- Receita e despesa anual; e
- Capital aplicado e inversões do ano de referência.

# 52.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Todo o Território Nacional. Os dados são divulgados a nivel Brasil, Unidades da Federação e Municipios apresentando as principais variáveis investigadas.

### 52.5 Periodicidade

Anual (atualmente desativada).

# 52.6 Metodologia

O levantamento é feito com o preenchimento de um questionário por estabelecimento existente o qual é posteriormente conferido pelo Agente de Coleta do IBGE.

# 52.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

# 53 SISTEMA NACIONAL DE ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - SNIPC

53.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 53.2 Descrição Sumária

O Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor, conhecido pela sigla SNIPC, consiste em uma combinação de processos destinados a produzir indices de preços ao consumidor. O objetivo é acompanhar a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas familias de determinadas faixas de renda.

O sistema abrange as nove regiões metropolitanas do País, além de Brasília e o Municipio de Goiánia. É a partir da agregação de dois ou mais indices regionais referentes a uma mesma faixa de renda que se obtém o chamado indice nacional, embora a qualificação "nacional" seja tão imprópria quanto menor seja o número de regiões considerado.

Os indices mensais resultam, regra geral, da comparação dos preços vigentes nos 30 (trinta) dias do periodo de referência com os 30 (trinta) do periodo base. A coleta integral de preços se dá a cada periodo de 30 (trinta) dias que é segmentado, sem interrupção, em 4 (quatro) subperiodos. Cada um deles contém cerca de 7 (sete) dias com datas definidas através do Calendário de Coleta Anual do SNIPC.

Em um subperiodo efetua-se a coleta de uma quarta parte fixa de estabelecimentos. Desta forma, é possível extrair do sistema indices com periodos base e de referência de 30 (trinta) dias ao final de cada conjunto de quatro subperiodos, situando-se em torno das seguintes datas: (1) 07 do mês anterior a 08 do mês de referência; (2) 14 do anterior a 15 de referência; (3) 21 do anterior a 22 de referência; e (4) 01 a 30 do mês de referência.

Os indices podem ser obtidos para diversas populações-objetivo desde que estejam disponíveis as respectivas estruturas de ponderações correspondentes a familias de diferentes faixas de rendimento mensal.

Do ponto de vista temporal, além dos indices mensais, podem ser calculadas as variações de preços ocorridas em 2 (dois) meses ou mais, a partir das séries históricas produzidas.

Ressaltando que o sistema, na forma como é montado, possibilita várias alternativas de cálculo de indices, passamos a descrever, abaixo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

### 53.3 Descrição Atual

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - é calculado de forma continua e sistemática para todas as regiões metropolitanas do País, além de Brasília e do Municipio de Goiânia. A população-objetivo trata-se de familias com rendimentos mensais compreendidos entre um e oito salários minimos, cujo chefe é assalariado em sua ocupação principal e residente nas áreas urbanas das regiões.

Para cada região são utilizadas as informações das seguintes pesquisas básicas:

- Pesquisa de Orçamentos Familiares POF realizada no período compreendido entre março de 1987 a fevereiro de 1988. Forneceu as estruturas de ponderações da população-objetivo.
- Pesquisa de Locais de Compra PLC realizada no periodo de maio a junho de 1988. Forneceu o cadastro de informantes da pesquisa.
- Pesquisa de Especificação de Produtos e Serviços PEPS realizada na época de implantação de cada uma das regiões para todos os produtos e serviços constantes da estrutura de ponderações. Forneceu o Cadastro de Produtos e Serviços pesquisado, que é atualizado sempre que necessário com o objetivo de acompanhar a dinâmica de mercado.

# 53.4 Principais Variáveis Investigadas

Preços obtidos no mercado varejista, efetivamente cobrados ao consumidor para os diferentes produtos e serviços que compõem o indice.

# 53.5 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasilia e do Município de Goiânia. São divulgados os indices gerais, por grupos de produtos, subgrupos, item e subitens, para as regiões pesquisadas, além do agregado Brasil.

# 53.6 Periodicidade

Mensal.

# 53.7 Metodologia

Os indices são calculados para cada região. A partir dos preços coletados mensalmente, obtêm-se, na primeira etapa de sintese, as estimativas dos movimentos de preços referentes a cada produto pesquisado. Taís estimativas são obtidas através do cálculo da média aritmética simples de preços dos locais da amostra do produto que, comparadas em dois meses consecutivos, resultam no relativo das médias.

Agregando-se os relativos dos produtos através da média aritmética simples é calculada a estimativa de variação de preços de cada subitem, que se constitui na menor agregação do indice que possui ponderação explicita.

A partir daí é aplicada a fórmula de Laspeyres, obtendo-se todos os demais niveis de agregação da estrutura a saber: item, subgrupo, grupo e, por fim, o indice geral da região.

Apenas para os produtos sazonais alimentícios - tubérculos, raízes e legumes; hortaliças e verduras; e frutas - é utilizada uma fórmula do tipo Paasche para agregar os subitens até o nível de item. Dai em diante utiliza-se Laspeyres.

O INPC, indice nacional, é calculado a partir dos resultados dos indices regionais, utilizando-se a média aritmética ponderada. A variável de ponderação é a "população residente urbana".

# 53.8 Data em que se Iniciou a Pesquisa

A produção dos indices regionais iniciou-se em:

Rio de Janeiro ......Janeiro/1979

Porto Alegre .....Junho/1979

Belo Horizonte .....Junho/1979

Recife .....Junho/1979

São Paulo .....Janeiro/1980

Brasilia .....Janeiro/1980

Belém .....Janeiro/1980

Fortaleza ......Outubro/1980

Salvador ..........Outubro/1980

Curitiba ......Outubro/1980

Goiânia .....Janeiro/1991

A série Brasil encontra-se disponível a partir de setembro de 1981.

# 54 PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES - POF

### 54.1 Entidade Responsável: IBGE

### 54.2 Descrição Sumária

Pesquisa domiciliar cujo objetivo é atualizar a cesta básica de consumo com vistas à obtenção de estruturas de ponderação para os indices de preços ao consumidor além de levantar informações sobre as características demográficas e sócio-económicas da população e sobre as características dos domicilios.

# 54.3 Principais Variáveis Investigadas

- a) Domiciliares:
  - tipo do domicilio;
  - condição de ocupação;
  - abastecimento de água:
  - esgotamento sanitário;
  - cômodos; e
  - dormitórios.
- b) Familiares:
  - tamanho da familia: e
  - bens duráveis.
- c) Pessoais:
  - relação com o chefe da familia;
  - idade;
  - freq ência à escola;
  - nivel de instrução; e
  - sexo.
- d) Orçamentárias:
  - despesa global;
  - despesa corrente;
  - despesa de consumo;
  - aumento do ativo;
  - diminuição do passivo;
  - local de compra;
  - despesa mensal familiar;
  - recebimento total;
  - rendimento total;
  - rendimento do trabalho;
  - transferência;
  - rendimento de aluguel;
  - outros recebimentos;

- recebimento mensal domiciliar;
- recebimento mensal familiar: e
- recebimento mensal pessoal.

# 54.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além de Brasilia e do Município de Goiânia. Os resultados da POF são divulgados a nivel de Regiões Metropolitanas e municípios sedes dessas regiões, exceto Belém.

#### 54.5 Periodicidade

Q inq enal.

### 54.6 Metodologia

Pesquisa domiciliar amostral realizada pelas Equipes Regionais do IBGE através da aplicação de questionário sob a forma de entrevista e de registro diário pelo informante durante 16 dias.

O plano amostral adotado utilizou um desenho com estágios de seleção, setores e domicilios, e com estratificação das unidades do primeiro estágio de seleção. As unidades do segundo estágio foram selecionadas sem reposição e com eq iprobabilidade.

# 54.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

A primeira pesquisa foi realizada de março de 1987 a fevereiro de 1988.

#### 55 PESQUISA DE LOCAIS DE COMPRA PARA O SNIPC

#### 55.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 55.2 Descrição Sumária

Pesquisa domiciliar cujo objetivo è atualizar parte substancial do Cadastro de Informantes para os indices de preços produzidos pelo IBGE. Consiste no levantamento, junto as familias, dos locais de compra e estabelecimentos prestadores de serviços onde mais freq entemente são adquiridos 135 grupamentos de bens e serviços.

### 55.3 Principais Variáveis Investigadas

- a) Domiciliares:
  - tipo do domicilio:
  - condição de ocupação;
  - abastecimento de áqua:
  - esgotamento sanitário:
  - cômodos:
  - dormitórios; e
  - número de moradores.
- b) Orcamentárias:
  - rendimento familiar bruto.
- c) Locais de compra:
  - identificação;
  - tipo;
  - freg ência de indicação: e
  - grupamentos de bens e/ou serviços adquiridos pelas famílias.

# 55.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além de Brasília e do Município de Goiânia. Os resultados são divulgados por Região Metropolitana.

### 55.5 Periodicidade

Q ing enal.

# 55.6 Metodologia

Pesquisa domiciliar amostral realizada pelas Equipes Regionais do IBGE através da aplicação de questionário sob a forma de entrevista.

O plano amostral adotado utilizou um desenho com estágios de seleção, setores e domicilios, e com estratificação das unidades do primeiro estágio de seleção. As unidades do segundo estágio foram selecionadas sem reposição e com eq iprobabilidade.

O questionário é composto de duas partes básicas: uma de identificação do domicilio e outra para a identificação dos locais de compra.

A entrevista no campo consiste na obtenção de locais de compra, conforme os grupamentos se bens e serviços classificados por periodo de referência.

# 55.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

Pesquisa realizada entre maio e junho de 1988.

# 56 SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI

56.1 Entidade Responsável: IBGE

#### 56.2 Descrição Sumária

Consiste na produção de séries mensais de custos e indices de custos da construção civil, em diferentes níveis de agregação técnica e espacial, visando permitir a programação de investimentos e a execução e análise de orçamentos.

O SINAPI é produzido pelo IBGE em convênio com a Caixa Econômica Federal. Desde sua implantação o SINAPI passou por duas reformulações dos seus arquivos técnicos, a primeira em dezembro de 1973 e a segunda em dezembro de 1984, sendo, no entanto, mantida a estrutura de cálculo de custo. Em maio de 1987 foi feita uma redução de sua abrangência geográfica.

Em janeiro de 1987 iniciou-se a revisão do SINAPI, tendo por etapas as seguintes pesquisas que lhe servem de base:

- PLC Pesquisa de Locais de Compra
- CEPS Coleta Especial de Preços e Salários
- PEM Pesquisa e Especificação de Materiais

A PLC consiste no levantamento dos fornecedores de materiais e serviços da construção às empresas construtoras. A PLC permitiu uma redefinição do cadastro de locais onde são coletados mensalmente os preços de materiais de construção e os salários das categorias sócio-profissionais.

A CEPS - Coleta Especial de Preços e Salários - destina-se à pesquisa de preços e salários do universo de insumos da construção civil visando fornecer subsidios para a definição do subconjunto, cujos preços passarão a ser coletados. Também tem por finalidade a atualização dos coeficientes de preços utilizados para estimar os preços dos insumos que não possuem coleta anual.

A PEM - Pesquisa de Especificação de Materiais - investiga as especificações dos insumos selecionados pela CEPS nos locais de compra definidos pela PLC para detalhar todas as características que determinam o preço dos materiais de construção.

# 56.3 Principais Variáveis Investigadas

- Preços de 86 materiais e de um serviço de construção; e
- Salários de 10 categorias sócio-profissionais.

# 56.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Municípios das Capitais dos Estados (exceto Palmas), além de Brasilia. São divulgados, mensalmente, em forma de relatório, os custos dos projetos em cada padrão de acabamento, e preços e salários para cada área geográfica, bem como os custos médios e os indices de custos a nível nacional, das Grandes Regiões e das Unidades da Federação.

# 56.5 Periodicidade

Mensal.

# 56.6 Metodologia

Sistematicamente, na última semana de cada mês, as equipes regionais do IBGE pesquisam preços e salários junto a uma amostra de 1 500 estabelecimentos comerciais e 500 empresas de construção, sendo obtidos, em média, 12 000 preços e 3 000 salários.

As séries mensais de custos e indices de custos referem-se ao custo do metro quadrado de uma construção no canteiro de obras. Não se incluem as despesas com projetos em geral, licenças, seguros, instalações provisórias, depreciações dos equipamentos, compra de terreno, administração, financiamento e aquisição de equipamentos necessários.

São considerados 25 projetos, para os quais serão relacionados todos os serviços, cada qual com suas quantidades. A cada serviço por sua vez, estão associadas diferentes especificações, atendendo a quatro padrões de acabamento: alto, normal, baixo e minimo. A execução de cada serviço exige um conjunto de materiais e mãode-obra em quantidades determinadas. Esse conjunto denomina-se "composição técnica".

# 56.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

O SINAPI foi implantado em 1969 pelo extinto BNH - Banco Nacional de Habitação. A partir de 1985, passou a ser produzido integralmente pelo IBGE.

# 57 PESQUISA DE LOCAIS DE COMPRA PARA O SINAPI

57.1 Entidade Responsável: IBGE

# 57.2 Descrição Sumária

Pesquisa realizada junto às Empresas de Construção Civil, cujo objetivo é atualizar o cadastro de informantes de preços de materiais e serviços para os indices produzidos pelo IBGE. Consiste no levantamento dos locais de compra e estabelecimentos prestadores de serviços onde, mais freq entemente, são adquiridos os grupamentos de materiais e serviços.

# 57.3 Principais Variáveis Investigadas

- Identificação (nome e endereço) dos locais; e
- Materiais e serviços comercializados por local.

# 57.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Municipios das Capitais dos Estados (exceto Palmas), além de Brasilia.

#### 57.5 Periodicidade

Q ing enal.

### 57.6 Metodologia

Pesquisa amostral realizada pelas Equipes Regionais do IBGE, através da aplicação de questionários sob a forma de entrevista.

O plano amostral utiliza informações do Censo da Indústria da Construção, dos Sindicatos das Indústrias da Construção Civil e da RAIS.

# 57.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

# 58 ÍNDICE DE PRECOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES RURAIS-IPR

58.1 Entidade Responsável: Centro de Estudos Agricolas/Instituto Brasileiro de Economia/Fundação Getúlio Vargas.

#### 58.2 Descrição Sumária

Îndices de preços calculados a partir das cotações vigentes na venda dos produtos in natura em sua primeira transação. Representam a evolução dos preços na porteira da fazenda. Os dados básicos para a construção dos indices são coletados pelos agrônomos do sistema de extensão rural (antigo Sibrater). Também colaboram, em sua área de atuação específica, os técnicos da Ceplac. Para São Paulo e Minas Gerais usam-se os dados básicos do Instituto de Economia Agricola e da Superintendência de Abastecimento, respectivamente, das Secretarias Estaduais de Agricultura.

# 58.3 Principais Variáveis Investigadas

Lavouras (algodão em caroço, amendoim em casca, arroz em casca, banana, batata-inglesa, cacau, café em coco, caju, cana-de-açúcar, cebola, coco-da-baia, feijão, fumo em folha, juta, laranja, malva. mamona, mandioca (raiz), milho, pimenta-do-reino, sisal, soja, tomate, trigo e uva) e produtos de origem animal (boi gordo para corte, frango para corte, suino para abate, lã, leite, mel de abelha e ovos).

# 58.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Os dados são coletados em todos os municípios onde existam escritórios da rede de extensão e são divulgados em nível estadual e nacional.

### 58.5 Periodicidade

Mensal

### 58.6 Metodologia

Índices simples e agregados, calculados através de uma fórmula de Laspeyres modificada. O período base é o mês de dezembro de 1989. Os agregados são ponderados a partir das informações do Censo Agropecuário de 1980.

# 58.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

# 59 ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS PELOS PRODUTORES RURAIS - IPP

59.1 ENTIDADE RESPONSÁVEL: Centro de Estudos Agrícolas/Instituto Brasileiro de Economia/Fundação Getúlio Vargas.

# 59.2 Descrição Sumária

Levantamento de preços e construção de indices representativos de um conjunto de insumos usados nas principais lavouras. Os dados básicos para a construção dos indices são coletados pelos agrônomos do sistema de extensão rural (antigo Sibrater). Também colaboram, em sua área de atuação específica, os técnicos da Ceplac. Para São Paulo e Minas Gerais usam-se os dados básicos do Instituto de Economia Agricola e da Superintendência de Abastecimento, respectivamente, das Secretarias Estaduais de Agricultura.

# 59.3 Principais Variáveis Investigadas

Preços de insumos dos seguintes grupos: sementes e mudas, fertilizantes, agrotóxicos, serviços, combustiveis e mão-de-obra, num total de 107 produtos.

# 59.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Os dados são coletados em todos os municípios onde existam escritórios da rede de extensão e são divulgados em nivel estadual e nacional.

# 59.5 Periodicidade

Mensal.

### 59.6 Metodologia

Método de Laspeyres modificado. Os agregados são ponderados de acordo com uma estrutura derivada dos coeficientes técnicos vigentes para o cálculo dos Valores Básicos de Custeio, expandida pelas áreas cultivadas com cada produto, por faixa de produtividade. O período base para cálculo dos indices é dezembro de 1989.

# 59.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

### 60 PREÇOS MÉDIOS DE ARRENDAMENTOS, VENDAS DE TERRAS, SALÁRIOS, EMPREITADAS E TRANSPORTES

60.1 ENTIDADE RESPONSÁVEL: Centro de Estudos Agricolas/Instituto Brasileiro de Economia/Fundação Getúlio Vargas.

# 60.2 Descrição Sumária

Preços médios e indices de preços calculados a partir das cotações vigentes para as transações dos itens acima relacionados. Os dados básicos para a construção dos indices são coletados pelos agrônomos do sistema de extensão rural (antigo Sibrater). Também colaboram, em sua área de atuação específica, os técnicos da Ceplac. Para São Paulo, usam-se os dados do Instituto de Economia Agricola.

# 60.3 Principais Variáveis Investigadas

Os arrendamentos incluem contratos para lavouras, explorações animais e engorda ou estada de animais; as vendas de terras discriminam as destinadas a lavouras, campos, pastagens e matas; no caso dos salários são distinguidas as seguintes categorias: administrador, capataz, tratorista, trabalhador mensalista e eventual (diarista ou bóia-fria); as empreitadas se referem a tarefas de aração com trator e com tração animal, e, finalmente, no transporte se considera o rodoviário (caminhão) e o fluvial.

# 60.4 Abrangência Geográfica e Nível de Divulgação

Os dados são coletados em todos os municípios onde existam escritórios da rede de extensão e são divulgados em nivel estadual e nacional.

#### 60.5 Periodicidade

Semestral.

# 60.6 Metodologia

Método de Laspeyres modificado. Os agregados são ponderados de acordo com informações do Censo Agropecuário de 1980. O periodo base para cálculo dos indices é dezembro de 1989.

# 60.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

# 61 INDICE DE PREÇOS POR ATACADO - DISPONIBILIDADE INTERNA-IPA/DI

61.1 Entidade Responsável: Centro de Estudos de Preços/Instituto Brasileiro de Economia/Fundação Getúlio Vargas.

#### 61.2 Descrição Sumária

Indicador destinado a medir o ritmo evolutivo de preços praticados no nivel de comercialização atacadista, nas transações interempresariais.

### 61.3 Principais Variáveis Investigadas

Inclui uma amostra de preços de 423 mercadorias, agrupadas nos conjuntos bens de consumo duráveis e não-duráveis; bens de produção (matérias-primas, material de construção, máquinas, veículos e equipamentos) e veículos pesados para transporte.

# 61.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

A pesquisa se desenvolve nas principais regiões produtoras, principalmente nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. A divulgação é feita para o Brasil como um todo.

# 61.5 Periodicidade

Mensal.

### 61.6 Metodologia

O cálculo do indice é feito através de uma fórmula Laspeyres encadeada de base móvel. As ponderações utilizadas fundamentam-se em médias móveis trienais de valores monetários de produção, exportação e importação, tratados a preços constantes. Esses dados são extraídos dos Censos Industrial e Agricola e de pesquisas anuais elaboradas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pela Fundação Getúlio Vargas.

# 61.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

# 62 RECEITAS E DESPESAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS DOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

62.1 Entidade Responsável: IBGE

### 62.2 Descrição Sumária

Pesquisa baseada nos balanços das Administrações Públicas das três esferas de governo, discriminando por natureza econômica as receitas e despesas.

### 62.3 Principais Variáveis Investigadas

Variáveis que constam da execução orçamentária e financeira das Administrações Públicas.

# 62.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Brasil, Unidades da Federação e Municipios.

### 62.5 Periodicidade

Anual.

# 62.6 Metodologia

A coleta das informações é realizada mediante o preenchimento dos questionários pelas equipes regionais situadas em cada Delegacia Estadual do IBGE. As fontes básicas para o preenchimento dos formulários são os balanços dos órgãos públicos, apresentados de acordo com as normas estabelecidas nas leis orçamentárias, as notas financeiras, os planos de aplicação, prestação de contas e demais instrumentos contábeis.

# 62.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

- 63 DESPESA ANALÍTICA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS DOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.
- 63.1 Entidade Responsável: IBGE
- 63.2 Descrição Sumária

Pesquisa baseada nos balanços das Administrações Públicas das três esferas de governo, discriminando as despesas simultaneamente por natureza econômica e programas e subprogramas.

63.3 Principais Variáveis Investigadas

As variáveis que constam da execução orçamentária e financeira das Administrações Públicas.

63.4 Abrangência Geográfica e Nível de Divulgação

Brasil, Unidades da Federação e Municipios.

63.5 Periodicidade

Anual.

63.6 Metodologia

A coleta das informações é realizada mediante o preenchimento dos questionários pelas equipes regionais situadas em cada Delegacia Estadual do IBGE. As fontes básicas para o preenchimento dos formulários são os balanços dos órgãos públicos, apresentados de acordo com as normas estabelecidas nas leis orçamentárias, as notas financeiras, os planos de aplicação, prestação de contas e demais instrumentos contábeis.

63.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

# 64 RECEITAS E DESPESAS DAS EMPRESAS PÚBLICAS DOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

#### 64.1 Entidade responsável: IBGE

# 64.2 Descrição Sumária

Levantamento das Estatisticas Econômicas da Atividade Empresarial do Setor Público a nivel:

- Federal - Brasil

- Setores Econômicos

- Estadual - Por Grandes Regiões

Por Unidades da Federação
 Por Setores Econômicos

- Municipal - Por Grandes Regiões

- Por Municípios das capitais e Regiões Metropolitanas

- Por Setores Econômicos

#### 64.3 Principais Variáveis Investigadas

- Receita e despesas;
- Ativo e passivo:
- Mutação patrimonial:
- Participação societária no capital;
- Formação de capital e estoques: e
- Capital acionário e financiamento e incentivos fiscais.

### 64.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Brasil, Unidades da Federação e Municipios. Os dados são divulgados a nivel de Brasil, Grandes Regiões e Municipios.

# 64.5 Periodicidade

Anual.

# 64.6 Metodologia

A coleta do material, junto às Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Órgãos Autárquicos com atividade empresarial e Unidades de Administração Central com atividade empresarial, é feita quase na sua totalidade pelas Delegacias do IBGE, utilizando-se também o contato direto para algumas empresas. Concluída esta fase, passa-se à análise econômica das instituições levantadas, agrupando e padronizando suas estatisticas econômicas, com vistas à extração dos dados que são reclassificados e detalhados, de forma a atingir as finalidades da pesquisa.

# 64.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

# 65 ESTATÍSTICAS SOBRE MEIOS DE PAGAMENTO

65.1 Entidade Responsável: Banco Central

### 65.2 Descrição Sumária

- Meios de Pagamento

São representados pelo papel-moeda em poder do público pelos depósitos à vista nos bancos comerciais. A base monetária compreende o papel-moeda em circulação e as reservas bancárias.

# 65.3 Principais Variáveis Investigadas

Para os meios de pagamento: papel-moeda emitido, encaixe das instituições financeiras e os depósitos à vista junto aos Bancos Comerciais.

Para a base monetária investigam-se o total do papel-moeda em circulação (papel-moeda emitido - o caixa da Autoridade Monetária) e as reservas bancárias.

# 65.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

- Brasil: e
- Nota para a Imprensa, Informativo Mensal, Boletim Mensal e Relatório Anual do Banco Central.

# 65.5 Periodicidade

Mensal.

### 65.6 Metodologia

Acompanhamento da evolução das variáveis no mês, no ano, nos últimos 12 meses e sua composição.

# 66 ESTATÍSTICAS SOBRE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

66.1 Entidade Responsável: Banco Central

### 66.2 Descrição Sumária

Apresentação de estatisticas obtidas a partir de registros de operações financeiras de Instituições Públicas e Privadas que atuam no Pais, bem como da estrutura do Sistema Financeiro Nacional.

#### 66.3 Principais Variáveis Investigadas

As rubricas relativas às operações ativas e passivas mais relevantes.

# 66.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Brasil e Estados.

# 66.5 Periodicidade

Anual.

# 66.6 Metodologia

Análise e acompanhamento da composição, evolução e distribuição geográfica e setorial das principais operações.

# 67 ESTATÍSTICAS SOBRE IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS

- 67.1 Entidade Responsável: CIEF/MF Centro de Informações Económico-Fiscais. Secretaria da Receita Federal, Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.
- 67.2 Descrição Sumária

Dados estatísticos cobrindo a transação relativa a importação de mercadorias que atravessam a fronteira aduaneira brasileira.

São estatisticas econômicas produzidas por fontes externas ao IBGE.

- 67.3 Principais Variáveis Investigadas
  - Código dos produtos NBM;
  - Valor das transações; e
  - Quantidade transacionada.
- 67.4 Abrangência Geográfica e Nível de Divulgação

  Brasil, Unidades da Federação e países de procedência.
- 67.5 Periodicidade

Mensal e Anual.

67.6 Metodologia

Compilação das informações constantes na fonte básica.

# 68 ESTATÍSTICAS SOBRE EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS

- 68.1 Entidade Responsável: Coordenadoria Técnica de Intercâmbio Comercial. Banco do Brasil.
- 68.2 Descrição Sumária

Dados estatisticos do comércio exterior cobrindo as transações relativas às exportações de mercadorias que atravessam a fronteira aduaneira brasileira.

Estatisticas econômicas produzidas por fontes externas ao IBGE.

- 68.3 Principais Variáveis Investigadas
  - Código dos produtos NBM:
  - Valor das transações; e
  - Quantidades transferidas.
- 68.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Brasil, Unidades da Federação e países de procedência.

68.5 Periodicidade

Mensal e anual.

68.6 Metodologia

Compilação das informações constantes na fonte básica.

# 69 BALANÇO DE PAGAMENTOS

- 69.1 Entidade Responsável: Departamento Econômico do Banco Central do Brasil
- 69.2 Descrição Sumária

Estatisticas das transações de bens, serviços e capital de residentes com não-residentes do Brasil. Visa a definição do superávit ou déficit de nossas transações com o exterior.

São estatísticas econômicas produzidas por fontes externas ao IBGE, tendo como fonte básica a declaração de operações de câmbio (DOC), SUNAMAM, Ministérios e outros.

- 69.3 Principais Variáveis Investigadas
  - Código da operação: e
  - Valor da transação.
- 69.4 Abrangência Geográfica e Nível de Divulgação Brasil.
- 69.5 Periodicidade

Anual.

# 69.6 Metodologia

Compilação das informações constantes na fonte básica.

### 70 ÍNDICES DE COMÉRCIO EXTERIOR

70.1 Entidade responsável: IBGE

# 70.2 Descrição Sumária

Índice de Comércio Exterior de volume e preços e dados de valor, classificados por grupos de produtos da matriz, por categoria de uso e por grupos de produtos das pesquisas industriais mensais.

#### 70.3 Principais Variáveis Investigadas

Exportação e Importação: indices de valor, volume, preços e qualidade, classificados por grupo de produtos da matriz, por categorias de uso e por grupo de produtos das pesquisas industriais mensais.

# 70.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Brasil. Resultados divulgados para Brasil, por grupos de produto matriz, categorias de uso e grupos de produtos das pesquisas industriais mensais.

### 70.5 Periodicidade

Anual e trimestral.

# 70.6 Metodologia

Aplicação de tradutores da classificação da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (a partir de 1988, Sistema Harmônico), para as classificações por grupos de produtos da matriz, por categorias de uso e por grupos de produtos das pesquisas industriais, sobre os registros de exportação e importação. Geração de indices de valor, volume e preços e qualidade para as classificações traduzidas.

# 70.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

Série iniciada em 1980. Pesquisa em desenvolvimento sem prazo para entrar em operação.

# 71 ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS DAS EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS PRIVADAS

# 71.1 Entidade responsável: IBGE

### 71.2 Descrição Sumária

Pesquisa baseada no Imposto de Renda de Pessoas Juridicas contendo informações econômicas e financeiras das empresas privadas do País, por origem do capital e por setor de atividade principal.

# 71.3 Principais Variáveis Investigadas

- Variáveis de receitas e despesas;
- Variáveis financeiras:
- Variáveis patrimoniais: e
- Indicadores de desempenho.

# 71.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Brasil. Os resultados são divulgados para Brasil, por Setor de Atividade Econômica.

### 71.5 Periodicidade

Anual.

# 71.6 Metodologia

Pesquisa anual baseada no Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas contendo informações econômico-financeiras das empresas privadas do Pais, por origem do capital e por setor de atividade principal. Trața-se de uma pesquisa derivada dos trabalhos de Contas Nacionais, Setor Institucional Empresas Não-financeiras, na qual são feitos trabalhos de compatibilização de amostras e batimentos com as informações das pesquisas do IBGE. Para os anos de Censos Econômicos trabalha-se com informações do universo das empresas que declaram Imposto de Renda; para os anos não-censitários trabalha-se com uma amostra correspondente ao Cadastro Especial de Contribuintes - CADEC -, referente às maiores empresas, representando mais de 90% da receita total, bem como do valor adicionado.

# 71.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

A Pesquisa está em fase de desenvolvimento sem prazo para entrar em operação.

### 72 CONTAS POR SETORES DE ATIVIDADES

72.1 Entidade responsável: IBGE

#### 72.2 Descrição Sumária

Cálculo do PIB a preços constantes e correntes para as atividades econômicas, e Contas de Produção e de Bens e Serviços a preços correntes e constantes, desagregados por atividades e produtos.

#### 72.3 Principais Variaveis Investigadas

- Produção por produto e atividade;
- Consumo intermediário por produto e atividade:
- Demanda final: e
- Valor adicionado por atividade.

# 72.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Brasil.

#### 72.5 Periodicidade

Anual.

# 72.6 Metodologia

Estatística derivada elaborada a partir de estatísticas primárias originárias do próprio IBGE, Censos Demográfico, Agropecuário, Indústria e Comércio, Construção Civil, Serviços, Transportes; Inquéritos Especiais, pesquisas anuais e mensais de agropecuária e indústria, PNAD, estatísticas econômicas das Administrações Públicas, etc., e de fontes externas (IRB, SUNAMAN, GEIPOT, ELETROBRÁS, CACEX, IRPJ, DNER, etc.). São realizados equilíbrios entre oferta e procura para cerca de 600 produtos e construído o valor adicionado para 300 atividades econômicas. Originam-se aí as tabelas de insumo-produto, base dos trabalhos da matriz de insumo-produto.

### 72.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

A data de referência inicial é 1980.

# 73 CONTAS NÃO-FINANCEIRAS POR SETORES INSTITUCIONAIS

# 73.1 Entidade responsável: IBGE

### 73.2 Descrição Sumária

Cálculo, por Setor Institucional, do conjunto de contas de: Produção, Disfribuição Primária da Renda, Uso da Renda, Capital e Financeira.

São definidos como Setores Institucionais: Empresas Não-financeiras, Administração Pública, Instituições de Seguro, Familias e Resto do Mundo.

# 73.3 Principais Variáveis Investigadas

- Produção por setor institucional;
- Consumo intermediário por setor institucional;
- Valor adicionado por setor institucional;
- Renda disponivel por setor institucional;
- Poupança por setor institucional; e
- Capacidade ou necessidade de financiamento.

# 73.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação Brasil.

### 73.5 Periodicidade

Anual.

# 73.6 Metodologia

Contas elaboradas a partir de informações de unidades institucionais (agentes econômicos), provenientes de registros administrativos, principalmente do imposto de renda de pessoas jurídicas e de balanços de empresas e administrações públicas. Estas duas últimas coletadas pelo IBGE.

# 73.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

A data de referência inicial é 1980.

# 74 CONTAS CONSOLIDADAS PARA A NAÇÃO/CONTAS-PADRÃO

#### 74.1 Entidade responsável: IBGE

### 74.2 Descrição Sumária

Construção dos agregados macroeconômicos do Pais na forma de quatro Contas Consolidadas para a Nação, a saber: Conta do Produto Interno Bruto, Conta da Renda Nacional Disponível, Conta de Capital e Conta de Transações com o Resto do Mundo. Apresenta ainda um conjunto de 11 (onze) Tabelas Complementares que detalham os principais agregados das Contas Nacionais a nível de Atividade Econômica e Contas das Administrações Públicas.

### 74.3 Principais Variáveis Investigadas

- Produto interno bruto:
- Renda nacional;
- Renda disponivel:
- Consumo pessoal:
- Agregados do comércio exterior (importação, exportação, renda liquida ao exterior e saldo do balanço de pagamentos):
- Formação de capital fixo: e
- Variação de estoques.

# 74.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Brasil.

### 74.5 Periodicidade

Trimestral e Anual.

### 74.6 Metodologia

Trabalho elaborado a partir de estatisticas primárias (Agropecuária, Indústria e Serviços) originárias do próprio IBGE e de fontes externas (SUNAMAN, Banco Central, etc.). Segue as normas das quatro contas-padrão do sistema ONU-1952 com adaptação para o Sistema de 1968, conforme consta em IBGE, **Sistema de Contas Nacionais Consolidadas**, série Relatórios Metodológicos, vol. 8, IBGE, Rio de Janeiro, 1990.

# 74.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

O projeto anual teve início em 1950 na Fundação Getúlio Vargas, com a série iniciando em 1947, sendo transferido em 1986 para o IBGE. O projeto trimestral encontra-se em desenvolvimento sem prazo para entrar em operação.

# 75 PIB REAL TRIMESTRAL

- 75.1 Entidade Responsável; IBGE
- 75.2 Descrição Sumária

Estimativa do Produto Interno Bruto a preços constantes por atividade econômica.

- 75.3 Principais Variáveis Investigadas
  - PIB real por atividade econômica.
- 75.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação Brasil.
- 75.5 Periodicidade

Trimestral.

# 75.6 Metodologia

Trabalho elaborado a partir de indicadores de produção física (Agropecuária e Indústria) do próprio IBGE e de fontes externas (SUNAMAN, DAC, Banco Central, etc.), conforme consta em IBGE, **Produto Interno Bruto - Brasil**, série Relatórios Metodológicos, vol. 9, IBGE, Rio de Janeiro, 1990.

# 75.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

O projeto teve início em 1987 no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA -, sendo transferido em 1989 para o IBGE. A data de referência inicial é 1980.

# 76 FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO REAL

- 76.1 Entidade Responsável: IBGE
- 76.2 Descrição Sumária

Estimativa da Formação Bruta de Capital Fixo Real.

76.3 Principais Variáveis Investigadas

Formação Bruta de Capital Fixo Real - Construção e máquinas e equipamentos.

76.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Brasil.

76.5 Periodicidade

Trimestral.

76.6 Metodologia

Trabalho elaborado a partir das informações dos indicadores de produção de insumos da Construção e de máquinas e equipamentos do IBGE/DEIND e das informações de exportação e importação destes produtos, originárias do DECEX e da CIEF.

76.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

Projeto em andamento sem data para entrar em operação.

# 77 CONTAS FINANCEIRAS POR SETORES INSTITUCIONAIS

# 77.1 Entidade Responsável: IBGE

# 77.2 Descrição Sumária

Apresentam por setores institucionais seus fluxos financeiros, identificando a operação pela qual os setores institucionais deficitários nas suas operações não-financeiras obtêm recursos dos setores superavitários.

# 77.3 Principais Variáveis Investigadas

- Fluxo liquido de débito e créditos por setores institucionais;
- Meios de pagamento nacionais e internacionais;
- Depósitos não monetários:
- Títulos de renda fixa e variável;
- Empréstimos: e
- Créditos comerciais.

# 77.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Brasil.

#### 77.5 Periodicidade

Anual.

### 77.6 Metodologia

As Contas financeiras são elaboradas a partir dos documentos das instituições financeiras em poder do Banco Central, por uma equipe do próprio Banco Central. Identificam por setores institucionais as operações financeiras que realizam transferências de recursos entre os setores superavitários e deficitários, através das instituições financeiras.

# 77.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

1988, referente ao ano de 1985. Ainda em fase de implantação, com previsão para entrar em operação em 1993.

# 78 CONTAS PATRIMONIAIS POR SETORES INSTITUCIONAIS

78.1 Entidade Responsável: IBGE

### 78.2 Descrição Sumária

Detalham por setores institucionais e por operações patrimoniais a situação de seus haveres e dos seus débitos.

#### 78.3 Principais Variáveis Investigadas

- Patrimônio de abertura ativos não-financeiros e ativos e passivos financeiros;
- Variação do patrimônio poupança liquida e transferências liquidas de capital, reavaliação de ativos e passivos; e
- Patrimônio de fechamento ativos não-financeiros, estoques, ativos fixos e ativos e passivos financeiros.

# 78.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Brasil.

### 78.5 Periodicidade

Anual.

# 78.6 Metodologia

As contas patrimoniais serão construídas através de informações do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, balanços das empresas e pesquisas estatísticas próprias. Revelarão a situação patrimonial de cada setor institucional, e sua evolução de um ano para outro.

# 78.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

Pesquisa prevista, sem data para inicio.

### 79 CONTAS REGIONAIS

- 79.1 Entidade Responsável: IBGE
- 79.2 Descrição Sumária

A pesquisa elabora o cálculo do Produto Interno Bruto a custo de fatores por atividade econômica, por Unidade da Federação para os anos de Censos Econômicos. Em desenvolvimento um projeto que visa a produzir as contas de produção de capital anual.

- 79.3 Principais Variáveis Investigadas
  - PIB a custo de fatores:
  - Consumo: e
  - Investimento.
- 79.4 Abrangência Geográfica e Nivel de Divulgação

Grandes Regiões e Unidades da Federação.

79.5 Periodicidade

Anual e Q inq enal.

# 79.6 Metodologia

O cálculo do PIB a custo de fatores segue a metodologia das Contas-padrão conforme publicado em IBGE, **Sistema de Contas Nacionais Consolidadas**, série Relatórios Metodológicas, vol. 8, março 1990. A metodologia para as contas de produção e de capital anuais seguirá o mesmo método com adaptações que encontram-se em desenvolvimento, junto com os órgãos estaduais de estatistica, que serão os responsáveis pela execução técnica e operacional do projeto.

- 79.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa
  - Q ing enal: 1970.
  - Anual: em desenvolvimento

### 80 CONTAS AMBIENTAIS

80.1 Entidade Responsável: IBGE

### 80.2 Descrição Sumária

A pesquisa objetiva incorporar às Contas Nacionais os conceitos de Desenvolvimento Sustentável.

# 80.3 Principais Variáveis Investigadas

- PIB sustentável:
- Patrimônio natural;
- Patrimônio econômico: e
- Degradação e depleção ambiental.

# 80.4 Abrangência Geográfica e Nível de Divulgação

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Os resultados deverão ser divulgados a nivel de Brasil.

# 80.5 Periodicidade

Anual.

# 80.6 Metodologia

Seguirá a orientação das Nações Unidas, ora em discussão, prevista para ser aprovada na Conferência de Estatistica da ONU de 1993.

# 80.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

Pesquisa prevista, sem data de inicio.

#### 81 MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO

81.1 Entidade responsável: IBGE

#### 81.2 Descrição Sumária

A matriz de Insumo-Produto é parte integrante do Novo Sistema de Contas, em implantação no IBGE, identificado no PGIE como Contas Econômicas Integradas para a Nação. A partir das Tabelas de Insumo-Produto (Contas por Setores de Atividade), aplica-se o modelo de Leontieff, derivando-se as tabelas da Matriz de Insumo-Produto. Ela apresenta as diversas relações entre setores de atividade e produtos da economia.

# 81.3 Principais Variáveis Investigadas

- Estrutura de insumo por atividades;
- Estrutura de consumo intermediário importado:
- Coeficientes técnicos entre atividades:
- Coeficientes de impacto nacionais e importados:
- Efeitos diretos e indiretos da demanda final: e
- Emprego e coeficiente de geração de emprego.

# 81.4 Abrangência Geográfica e Nível de Divulgação Brasil.

#### 81.5 Periodicidade

Anual.

#### 81.6 Metodologia

A matriz de Insumo-Produto, a partir de 1980, deriva-se das Tabelas de Insumo-Produto ou Contas por Setores de Atividade do Novo Sistema de Contas Nacionais, através da aplicação do modelo de Leontieff, conforme detalhado, em IBGE, **Matriz de Insumo-Produto-Brasil-1980**, série Relatórios Metodológicos, vol. 7, IBGE, Rio de Janeiro, 1990.

Para as tabelas básicas são trabalhadas informações de oferta e demanda para cerca de 300 grupos de atividades e 600 grupos de produtos. Para os anos censitários utilizam-se as informações dos Censos Demográfico e Econômicos e outros procedentes de diversos registros administrativos conforme consta em IBGE, Novo Sistema de Contas Nacionais - Ano-base 1980, Metodologia e Resultados Provisórios, IBGE/DPE, Textos para Discussão, nº 10, Rio de Janeiro, dezembro de 1988. Para a série corrente anual, são realizadas projeções a partir das estatísticas anuais e mensais do IBGE e de outras instituições, bem como de registros administrativos diversos, conforme consta em IBGE, Novo Sistema de Contas Nacionais - Séries Correntes - 1981-85, Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto, IBGE/DPE, Texto para Discussão, nº 51, Rio de Janeiro - setembro de 1991.

# 81.7 Data em que se Iniciou a Pesquisa

O IBGE possui duas matrizes isoladas de Contas Nacionais (1970 e 1975); a partir da de 1980 elas estão integradas com o Novo Sistema de Contas Nacionais.

# SEGUNDA PARTE

Plano Geral de Informações Geográficas

# SUMÁRIO

I	PROGRAMA DIVISÃO TERRITORIAL
1	Projeto Consolidação dos Limites das Estruturas Territoriais Vigentes
2	Projeto Estudo da Evolução e Avaliação da Divisão Territorial.
3	Projeto Divisões Regionais do Brasil
4	Projeto Mapeamento das Unidades Territoriais
5	Projeto Base Operacional para Recenseamentos e Pesquisas
II	PROGRAMA CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO
1	Projeto Sistema Geodésico Brasileiro
2	Projeto Mapeamento Topográfico
3	Projeto Organização e Cadastramento de Nomes Geográficos
4	Projeto Indicadores em Geociências
5	Projeto Estudo de Recursos Naturais
6	Projeto Estudos da Organização do Espaço Brasileiro
7	Projeto Estudos de Qualidade Ambiental
8	Projeto Mapeamento Temático
9	Projeto Mapas Murais
10	Projeto Atlas
Ш	PROGRAMA ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO
1	Projeto Diagnósticos Ambientais
2	Projeto Zoneamento Ecológico-econômico
IV	PROGRAMA INFORMAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS
1	Sistema de Descritores (Metadados)
2	Sistema Mapoteca Topográfica Digital - MTD
3	Sistema de Informação Geodésica
4	Sistema de Informação de Recursos Naturais e Meio Ambiente.
5	Sistema de Informação de Estruturas Territoriais
6	Sistema de Informação Municipal
7	Sistema de Informações de Caracterização do Território
8	Projeto Inquérito Résico Municipal - IRM

#### I PROGRAMA DIVISÃO TERRITORIAL

Compreende os estudos voltados para a identificação, definição e representação das estruturas territoriais, em seus diferentes níveis, objetivando a construção de modelos para a divisão do Território Nacional, com vistas à produção de conhecimento sobre a realidade brasileira e subsidiar os processos decisórios dos mais diversos setores da sociedade e do governo, em particular a consolidação das divisões territoriais de suporte aos levantamentos e formas de disseminação dos dados estatisticos.

# 1 PROJETO CONSOLIDAÇÃO DOS LIMITES DAS ESTRUTURAS TERRITORIAIS VIGENTES

1.1 Unidades Envolvidas: DGC/DETRE/DECAR/DEGED/DERNA

#### 1.2 Objetivo

Busca a identificação dos limites legais entre Unidades Federadas, entre municipios e entre estes e aquelas; a produção de informações; a promoção de análises; a proposição de parâmetros e metodologias para a Divisão Territorial Brasileira, seja sob enfoque político-administrativo, seja por unidades territoriais e áreas especiais, legalmente definidas.

1.3 Abrangência: Nacional

#### 1.4 Metodologia

Cadastrar e reunir a documentação histórico-legal e demais informações sobre estruturas territoriais.

Cadastrar e reunir as melhores bases cartográficas disponíveis em todo o Território Nacional.

Delimitar as unidades territoriais a partir dos respectivos memoriais descritivos legais, sobre as melhores bases cartográficas disponíveis, compondo Arquivos Gráficos Territoriais.

Elaborar plano de consolidação específico para cada Unidade Territorial, visando a evidenciar pendências e litígios existentes.

Proporcionar orientação, suporte e informações aos estados e municípios para o cumprimento do disposto no Art. 12 e seus parágrafos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, executando, se necessário, pericias e fornecimento de laudos e informações de interesse.

Manter, atualizado, banco de dados com as informações disponíveis sobre as estruturas territoriais.

# 1.5 Variáveis

Legislação, Folhas Topográficas, Documentação Cartográfica de outros Órgãos.

# 1.6 Periodicidade

Permanente, consolidado anualmente na forma da Divisão Político-Administrativa.

# 1.7 Histórico

É de conhecimento que as divergências entre Órgãos federais e municipais, no que se refere aos poligonos da Divisão Territorial Brasileira, são muitas, e há ainda aquelas que vêm provocando litígios e pendências em diversos níveis. Estas questões têm se mostrado merecedoras de um trabalho mais detalhado, uma vez que, solucionadas, permitirão maior mobilidade às entidades de planejamento, administração e outras, em relação às áreas envolvidas.

O tratamento que vem sendo dado pelo IBGE para o problema tem, até o momento, se mostrado eficaz e, como tal, mostrado ótimos resultados ficando pendentes apenas aquelas questões de ordem jurídica para as quais também os trabalhos realizados têm servido de subsidio.

O cumprimento do Art. 12 e seus parágrafos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias exigirá do IBGE o estudo, a análise e a prestação de subsídios à solução de pendências e litigios de linhas divisórias das Unidades Federadas e municípios entre si.

# 2 PROJETO ESTUDO DA EVOLUÇÃO E AVALIAÇÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL

Objetiva a análise de propostas para criação de novas unidades territoriais, levando em consideração características cartográficas, fisiográficas e económico-sociais, em consonância com os preceitos legais vigentes, bem como o acompanhamento e a análise histórico-espacial das transformações político-administrativas do território.

- 2.1 SUBPROJETO AVALIAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA DIVISÃO TERRITORIAL BRASILEIRA
- 2.1.1 Unidades Envolvidas: DGC/DETRE/DECAR/DEGEO/DERNA
- 2.1.2 Objetivo

Conjunto de atividades dirigidas para o acompanhamento da dinâmica da Divisão Territorial, análise e identificação dos limites das Unidades Territoriais em transformação ou em vias de alteração, fornecendo aos estados e municípios informações de responsabilidade legal atribuida ao IBGE, quanto à viabilidade das propostas de criação de novas Unidades Territoriais.

- 2.1.3 Abrangência: Nacional
- 2.1.4 Metodologia

Analisar a documentação cartográfica e legal encaminhada pelos Órgãos estaduais e municipais em face da documentação cartográfica mais atual, em escala compativel.

Identificação da composição de setores censitários com base no Censo mais recente, visando às informações de população e número de domicílios, bem como à toponimia corrente e legal, de modo a atender os preceitos definidos pelas constituições estaduais e leis complementares.

Subsidiar o levantamento de população com vistas ao cálculo das alíquotas do Fundo de Participação dos Municipios - FPM - pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

#### 2.1.5 Variáveis

Legislação, Toponimia, Documentação Cartográfica, Malha Setorial, População e Domicílios.

# 2.1.6 Periodicidade: Permanente

#### 2.1.7 Histórico

Esta atribuição remonta às origens da criação do IBGE, à época dos Conselhos Nacional de Estatística e Nacional de Geografia.

O Decreto-Lei  $n^{Q}$  311 de 2 de março de 1938 sistematizou as categorias da Divisão Territorial Brasileira; a Lei Complementar 01/67 definiu os parâmetros para criação de municípios, bem como as Leis Suplementares subseq entes  $n^{Q}$ s 28/75, 32/77, 39/80 e 46/84 atribuíram o fornecimento de informações quanto à população e topônimo.

A Constituição atual, praticamente, investe o IBGE da função de assessoramento para os assuntos de estruturas territoriais ao incluir entre as competências da União "organizar e manter os serviços oficiais de estatistica, geografia,..., e cartografia de âmbito nacional", bem como "legislar sobre sistema estatístico, sistema cartográfico e... nacionais".

Em reforço ao supracitado, com o advento da Constituição Federal atual, algumas Constituições Estaduais, pelas respectivas Leis Complementares, incluiram nominalmente o IBGE na produção de informações para processos de criação e alteração da Divisão Territorial Brasileira.

# 2.2 SUBPROJETO RECUPERAÇÃO DAS MALHAS TERRITORIAIS

# 2.2.1 Unidades Envolvidas: DGC/DETRE

### 2.2.2 Objetivo

Conjunto de atividades voltadas para a recuperação histórico-espacial da Divisão Político-Administrativa, visando a subsidiar estudos e análises retrospectivas da realidade brasileira, em diversas épocas ditadas pela importância histórica e as necessidades de parametrização temporal das características político-administrativas.

# 2.2.3 Abrangência: Nacional

#### 2.2.4 Metodologia

Cadastrar e reunir a documentação cartográfica com a representação das malhas atuais e históricas.

Elaborar um cadastro de proveniência das Unidades Territoriais pesquisadas.

Promover o tratamento e análise das informações com divulgação posterior das conclusões.

#### 2.2.5 Variáveis

Cartas ao Milionésimo, Folhas Topográficas, Mapas Municipais, Legislação, Documentação Histórica em Geral.

# 2.2.6 Periodicidade: Permanente

#### 2.2.7 Histórico

Atividade realizada anteriormente no IBGE, esporadicamente, visando a atender solicitações de usuários externos e, quando necessário, subsidiar a criação de novas unidades político-administrativas.

Sob o novo enfoque, e com auxilio da informática, pretende-se dar início ao levantamento da evolução da Divisão Territorial Brasileira, historicamente necessária, inclusive para identificação das divergências apontadas no projeto consolidação da delimitação das estruturas territoriais vigentes. Além disso, dar acompanhamento e manutenção da malha setorial de modo a permitir, a qualquer tempo, a execução de pesquisas e/ou inquéritos que se tornarem necessários, viabilizando estudos da distribuição espacial de informações nos seus diversos niveis e através do eixo temporal. Considera-se, ainda, a possibilidade de ser obtido o acompanhamento e identificação das mutações de áreas da evolução político-administrativa, permitindo solucionar as divergências de ordem social e histórica que se possam apresentar.

# 2.3 SUBPROJETO ESTUDOS DA EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

#### 2.3.1 Unidades Envolvidas: DGC/DEGEO/DETRE

# 2.3.2 Objetivo

Consubstancia o conjunto de atividades voltadas para as análises sobre as transformações da estrutura político-administrativa, focalizando, sobretudo, a evolução da malha municipal, com o intuito de captar os fatores que concorrem para as diferenciações espaciais e temporais.

## 2.3.3 Abrangência: Nacional

#### 2.3.4 Metodologia

Análise da legislação e documentação pertinente à criação de novos municípios.

Análise de mapas e arquivos referentes à divisão municipal do País.

Análise dos processos sociais que apresentam relevância por seu rebatimento na malha municipal.

#### 2.3.5 Variáveis

Mapas Municipais, informações referentes à evolução da Divisão Politico-Administrativa e informações Sócio-Econômicas.

#### 2.3.6 Periodicidade: Bianual

# 2.3.7 Histórico

Projeto em fase de estruturação, com objetivo de analisar sistematicamente os processos sociais responsáveis pelas alterações da divisão político-administrativa do Pais.

#### 3 PROJETO DIVISÕES REGIONAIS DO BRASIL

Objetiva a definição dos diversos modelos de divisão regional para o Brasil, bem como a identificação e análise das unidades regionais definidas.

- 3.1 SUBPROJETO DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL
- 3.1.1 Unidades Envolvidas: DGC/DEGEO/DECAR/DERNA/DETRE

#### 3.1.2 Objetivo

Objetiva redefinir a Divisão Regional, em diferentes niveis espaciais - macrorregional, mesorregional e microrregional, para atender às pesquisas e ao Sistema Estatístico Nacional.

# 3.1.3 Abrangência: Nacional

# 3.1.4 Metodologia

O caráter intrinseco da revisão da Divisão Regional do Brasil refere-se a um conjunto de determinações econômicas, sociais e políticas que dizem respeito à totalidade da organização do espaço nacional, referendado no caso brasileiro pela forma desigual como vem se processando o desenvolvimento das forças produtivas em suas interações com o quadro natural. Sem deixar de lado as partes constitutivas da referida totalidade, a Divisão Regional em macrorregiões a partitutivas da referida totalidade, a Divisão Regional em recorregiões a partide uma perspectiva histórico-espacial enfatiza a divisão inter-regional da produção no Pais, a par da internacionalização do capital havida pós-60, buscando as raizes desse processo na forma como o estado ora tende a intervir, ora a se contrair, em face da evolução do processo de acumulação e de valorização do capital, que pode ser traduzido nos sucessivos e variados Planos de Governo.

A Divisão Regional do Brasil em mesorregiões, partindo de determinações mais amplas a nivel conjuntural, buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise e definiu as mesorregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Já as microrregiões foram definidas como partes das mesorregiões por apresentarem especificidades quanto à estrutura de produção, agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. Efetivou-se analiticamente um modelo que, por aproximações sucessivas, partindo da totalidade, enquanto processo em construção, identificou escalas subseq entes, isto é, as mesorregiões e finalmente a delimitação das microrregiões.

#### 3.1.5 Variáveis

São utilizados diferentes indicadores, com vistas à operacionalização metodológica, com base na estrutura da produção agropecuária e industrial, objetivando interpretar e caracterizar as formas de uso da terra, a orientação da produção, a estrutura dimensional dos estabelecimentos agropecuários, as relações de produção, o nivel tecnológico e emprego de capital na agricultura, o grau de diversificação da agropecuária, além do grau de urbanização, a diversificação/especialização da atividade industrial, bem como o estudo da área de influência dos centros regionais e aglomerações metropolitanas. São utilizados, também, mapas temáticos relativos aos elementos do quadro natural e ao sistema viário nacional e estadual.

# 3.1.6 Periodicidade: Decenal

# 3.1.7 Histórico

Os estudos da Divisão Regional do IBGE tiveram início em 1941 sob a coordenação do Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães. O objetivo principal de seu trabalho foi de sistematizar as várias "divisões regionais" que vinham sendo propostas, de forma que fosse organizada uma única Divisão Regional do Brasil para a divulgação das estatísticas brasileiras. Com o prosseguimento desses trabalhos, foi aprovada, em 31/01/42, através da Circular nº 1 da Presidência da República, a primeira Divisão do Brasil em regiões, a saber: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. A Resolução 143 de 6 de julho de 1945, por sua vez, estabelece a Divisão do Brasil em Zonas Fisiográficas, baseadas em critérios econômicos do

agrupamento de municípios. Estas Zonas Fisiográficas foram utilizadas até 1970 para a divulgação das estatísticas produzidas pelo IBGE e pelas Unidades da Federação. Já na década de 60, em decorrência das transformações ocorridas no espaço nacional, foram retomados os estudos para a revisão da Divisão Regional, a nivel macro e das Zonas Fisiográficas. Foi estabelecida, em 1968, a Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas e, em 1970, através do Decreto nº 67.647 de 23/11/1970, foi aprovada a nova Divisão do Brasil em regiões, a saber: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Estudos mais recentes redefiniram a Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, aprovada pela Resolução PR nº 51 de 31/07/89 da Presidência do IBGE.

#### 3.2 SUBPROJETO REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES

3.2.1 Unidades Envolvidas: DGC/DEGEO

#### 3.2.2 Objetivo

Objetiva descrever o conjunto de cidades, em sua hierarquia, como localidades centrais e identificar suas áreas de influência, servindo de subsidio para o sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas.

# 3.2.3 Abrangência: Nacional

#### 3.2.4 Metodologia

Baseia-se na teoria das localidades centrais, utilizando os conceitos de mercado minimo e alcance espacial para bens e serviços prestados pelos centros urbanos.

# 3.2.5 Variáveis

Relativas a Bens e Serviços cuja freq ência de ocorrência permite estabelecer hierarquia de centros urbanos.

#### 3.2.6 Periodicidade: Decenal

#### 3.2.7 Histórico

O estudo das áreas de influência das cidades brasileiras foi iniciado com o trabalho "Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Espaços Polarizados" publicado em 1967. A primeira revisão deste estudo foi publicada em 1972 com o titulo de "Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas" e a segunda, concluída em 1983 e publicada em 1987, sob o título de "Regiões de Influência das Cidades".

## 3.3 SUBPROJETO AGLOMERAÇÕES URBANAS

#### 3.3.1 Unidades Envolvidas: DGC/DEGED

#### 3.3.2 Objetivo

Objetiva a identificação das estruturas espaciais de concentração urbana, com vistas a atender aos interesses do planejamento e da ordenação da expansão das áreas urbanas. Na consideração de que a Constituição Federal faculta aos estados o estabelecimento de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas, a produção do IBGE, nesse sentido, coloca-se no contexto do intercâmbio técnico/institucional, com a instância das Unidades Federadas.

#### 3.3.3 Abrangência: Nacional

#### 3.3.4 Metodologia

Para definição das Aglomerações Urbanas foram adotados os seguintes critérios:

Definição de cidades-núcleo com base num tamanho populacional minimo.

Delimitação das aglomerações com base no caráter urbano da aglomeração e em sua integração.

#### 3.3.5 Variáveis

Demográficas e Econômicas.

# 3.3.6 Periodicidade

Permanente, com a consolidação de estruturas em períodos decenais, coincidentes com os Censos Demográficos.

# 3.3.7 Histórico

O estudo de aglomerações urbanas iniciou-se com a criação do Grupo de Áreas Metropolitanas - GAM/DEGEO, a partir de recomendação feita na 1ª CONFEGE, realizada em 1968. A instituição deste grupo tinha dois objetivos: "1. Definir preliminarmente uma área de pesquisa para que no Censo de 1970 pudessem ser feitas tabulações especiais, que revelassem a verdadeira natureza dos processos e problemas que a expansão metropolitana cria... 2. realizar pesquisas nas áreas definidas, procurando interpretar os problemas que a expansão metropolitana vai criando e buscando a compreensão do processo de metropolização, tanto em termos nacionais, como em termos regionais..."1

Estes estudos foram utilizados, em alguns casos, para a definição das regiões metropolitanas, através da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, que estabeleceu as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza; e da Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, que estabeleceu a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Posteriormente, a antiga Comissão Nacional de Política Urbana solicitou ao IBGE estudos visando à definição de aglomerações urbanas abaixo do nivel metropolitano, bem como uma hierarquia das regiões metropolitanas do País. A primeira versão deste trabalho foi publicada em 1975 e sua segunda etapa em 1976.

Atualmente, as aglomerações urbanas metropolitanas tiveram seus limites alterados, em alguns estados, utilizando a competência estabelecida na nova Constituição, e as aglomerações urbanas não metropolitanas acham-se em fase de revisão no DEGEO.

<sup>1 &</sup>quot;Áreas de Pesquisa para determinação de Áreas Metropolitanas" - RBG -, ano 31, nº 4, out./dez. 1969.

# 3.4 SUBPROJETO REGIÕES AGRÁRIAS

3.4.1 Unidades Envolvidas: DGC/DEGEO

#### 3.4.2 Objetivo

Objetiva a construção de modelos para a divisão regional agrária do Pais, com vistas à produção de conhecimento sobre a agricultura, enquanto atividade estruturadora/diferenciadora do espaço brasileiro, e a definição de recortes espaciais que podem constituir unidades de trabalho para os órgãos que atuam no setor agrário.

# 3.4.3 Abrangência: Nacional

# 3.4.4 Metodologia

Com respaldo na produção teórica, que dá conta do papel da agricultura na economia e na organização regional, são utilizados conceitos que descrevem a atividade agrária no que diz respeito à estrutura produtiva, ao padrão tecnológico e às relações sociais de produção. Para a definição de recortes espaciais são utilizadas técnicas que permitam tratar a multiplicidade de aspectos considerados e que são mutáveis por se referenciarem a momentos específicos do desenvolvimento técnico-metodológico.

#### 3.4.5 Variáveis

São utilizadas variáveis que expressam os conceitos referidos e que traduzem, de forma direta, as situações de acesso à terra, a utilização da terra, a produção fisica, os equipamentos e insumos, as relações de trabalho, os padrões de despesas, investimentos e bens e as formas de inserção no mercado.

# 3.4.6 Periodicidade

Q inq enal, observada a periodicidade dos Censos Agropecuários.

## 3.4.7 Histórico

A abordagem regional ao tratamento da agricultura foi efetuada em 1966 e divulgada sob o título Regiões Agricolas, em 1968, no volume "Subsidios à Regionalização", tendo se constituido em instrumento fundamental para a produção do primeiro modelo de microrregiões homogêneas.

Dadas a extensão e a profundidade das transformações recentes ocorridas na agricultura brasileira, com a difusão acelerada do padrão agrário moderno, um novo modelo de regiões agrárias se faz necessário, sendo pensada, para 1992, a implantação de projeto neste sentido.

#### 4 PROJETO MAPEAMENTO DAS UNIDADES TERRITORIAIS

Objetiva a realização do mapeamento sistemático das unidades territoriais, quanto as suas características gerais, tendo como foco as atividades de planejamento governamental; estudos e pesquisas afetas ás unidades territoriais; e, em particular, compor a base operacional para os Recenseamentos Gerais e demais pesquisas de natureza estatistica.

# 4.1 SUBPROJETO MAPA DO BRASIL

#### 4.1.1 Unidades Envolvidas: DECAR/DETRE

#### 4.1.2 Objetivo

Objetiva a representação cartográfica do Território Nacional, quanto aos principais aspectos físicos e culturais, enfatizando a divisão político-administrativa, que dá forma às Unidades da Federação. A partir da construção da base do Mapa do Brasil são gerados diversos outros mapas, em escalas menores, em atendimento a projetos e subprojetos que demandam a representação do espaço territorial brasileiro, tais como: Atlas e Mapas Murais, dentre outros.

#### 4.1.3 Abrangência: Nacional

## 4.1.4 Metodologia

Mapas elaborados pelo processo de compilação cartográfica, a partir de documentos cartográficos em escalas majores.

## 4.1.5 Temas Contemplados

Hidrografia, sistema viário, planimetria, altimetria, limites: nacional e estadual.

## 4.1.6 Periodicidade

Permanente, intervalos não regulares de dois anos.

# 4.1.7 Histórico

O Mapa do Brasil teve sua 1ª edição em 1940 na escala 1:6 500 000. A partir de 1950 as edições foram padronizadas nas escalas 1:5 000 000 e 1:2 500 000.

Mapa do Brasil - Político

ESCALA		s actions and a		1A	NOS DE	EDI	ÇÃO			
1:5 000 0	00	1940	1954	1964	1968	1969	1973	1977	1980	1982
1:2 500 0	000	1964	1973	1988	1	1		Ī	t	

#### 4.2 SUBPROJETO MAPAS REGIONAIS/ESTADUAIS

4.2.1 Unidades Envolvidas: DECAR/DETRE

# 4.2.2 Objetivo

Objetiva retratar, através da representação cartográfica, os elementos do ambiente físico e cultural das regiões e Unidades da Federação, focalizando a divisão político-administrativa no nivel municipal.

# 4.2.3 Abrangência: Regional e Estadual

# 4.2.4 Metodologia

Elaborados por processo de compilação cartográfica, a partir de documentos cartográficos em diferentes escalas.

#### 4.2.5 Temas Contemplados

Hidrografia, sistema viário, planimetria, altimetria, limites: estaduais e municipais.

4.2.6 Periodicidade: Sem periodicidade definida.

## 4.2.7 Histórico

O primeiro Mapa Estadual editado pelo IBGE foi o do Estado do Espírito Santo em 1954. O primeiro Mapa Regional editado foi o da Região Norte em 1950.

Edições mais recentes

Região Norte - 1950

Região Nordeste - 1957, 1990

AC -	1982	SE	-	1964
AM -	1961	BA	-	1970/1978
AP -	1970/1981	MT	-	1983
RR -	1970	DF	$\gamma = 1$	1969
RO -	1982	GO	-	1969/1990 (1
PA -	1961/1966	TO		1990 (1)
MA -	1983	MS	-	1985
PI -	1970	MG	_	1961/1974
CE -	1969	ES		1961
RN -	1968	RJ	-	1975
PB -	1970	SP	_	1970/1974
PE -	1959/1970	RS		1972
AL -	1962			

(1) Em trabalho.

#### 4.3 SUBPROJETO MAPAS MUNICIPAIS

#### 4.3.1 Unidades Envolvidas: DGC/DECAR/DETRE

#### 4.3.2 Objetivo

Objetiva a realização do mapeamento sistemático dos municipios brasileiros, com a finalidade de atender à representação cartográfica da divisão político-administrativa; de atender aos estudos e pesquisas afetas às unidades territoriais da divisão político-administrativa; e, em especial, compor a base operacional para os Recenseamentos Gerais e demais levantamentos de natureza estatística.

#### 4.3.3 Abrangência: Nacional

#### 4.3.4 Metodologia

Mapas elaborados por compilação cartográfica das folhas topográficas do mapeamento sistemático que compõem os municípios, seguindo as específicações do preparo de bases cartográficas para estudo a nível municípal. Os Mapas Municípais são elaborados atendendo aos enfoques necessários às diversas pesquisas, podendo ser: planimétrico, altimétrico, plano-altimétrico e temáticos.

#### 4.3.5 Temas Contemplados

Divisões intramunicipais legais, hidrografia, planimetria (localidades, construções, etc.), sistema viário (rodovias, ferrovias e elementos correlatos), altimetria.

#### 4.3.6 Periodicidade

Permanente, com a consolidação da coleção dos mapas nos períodos censitários.

# - 4.3.7 Histórico

Em 1938, através do Decreto-Lei nº 311, as prefeituras foram obrigadas a apresentar os mapas de seus municípios, ao então Conselho Nacional de Geografia, visando à obtenção do conjunto de documentos que materializassem a Divisão Político-Administrativa vigente para possibilitar as atividades de operacionalização da coleta do Censo de 1940.

Os Mapas Municipais encaminhados, dadas as condições precárias de recursos técnicos e financeiros dos municípios brasileiros, eram em sua quase totalidade mais informativos do que um trabalho técnico.

Ao longo das décadas de 60 e 70 melhorías foram introduzidas na produção destes mapas principalmente com a incorporação de informações cartográficas oriundas dos mapeamentos sistemáticos (1:1 000 000 e 1:250 000).

Na década de 80, frente a um maior recobrimento do mapeamento topográfico do Pais. os Mapas Municipais passaram a ser elaborados pelo processo de compilação cartográfica, com base no mapeamento topográfico nas escalas 1:250 000, 1:100 000 e 1:50 000, introduzindo uma melhoria quanto ao posicionamento geográfico dos acidentes naturais e culturais.

#### 4.4 SUBPROJETO MAPAS DE LOCALIDADES

# 4.4.1 Unidades Envolvidas: DGC/DECAR/DETRE

# 4.4.2 Objetivo

Objetiva a realização do mapeamento das localidades, para subsidiar estudos e pesquisas que exijam maior minudenciamento das informações e, em especial, compor a base operacional para os Recenseamentos Gerais e demais levantamentos de natureza estatistica.

#### 4.4.3 Abrangência: Nacional

#### 4.4.4 Metodologia

Tratar cartograficamente, com vistas à adequação, aos Recenseamentos e pesquisas, a documentação cadastral disponível nas prefeituras e elaborar mapas das localidades em mapeamento, utilizando-se método expedito.

# 4.4.5 Temas Contemplados

Divisões intra-urbanas, hidrografia, planimetria (construções, quadras, etc.), sistema viário (rodovias e ferrovias), altimetria.

#### 4.4.6 Periodicidade: Permanente

# 4.4.7 Histórico

Até a década de 60, os Mapas de Localidades, utilizados nas atividades de coleta para os Recenseamentos, eram elaborados a partir de mosaicos e croquis expeditos.

Nas décadas de 60 e 70 estes mapas passaram a ser produzidos por compilação cartográfica das plantas das prefeituras e das regiões metropolitanas.

Atualmente, estes mapas estão sendo produzidos pelo método de compilação cartográfica e por sistemas apoiados por computador (CAD).

#### 5 PROJETO BASE OPERACIONAL PARA RECENSEAMENTOS E PESQUISAS

Tem como objetivo a implantação e manutenção dos sistemas de arquivos que configuram a base operacional para os Recenseamentos e demais pesquisas estatisticas.

#### 5.1 SUBPROJETO UNIDADES TERRITORIAIS DE COLETA

#### 5.1.1 Unidades Envolvidas: DGC/DETRE

# 5.1.2 Objetivo

Objetiva a definição e construção dos arquivos demandados pela operacionalização das pesquisas do IBGE, quanto ao atendimento ás necessidades de recuperação das informações, para recortes territoriais bem definidos, de interesse específico para os usuários.

#### 5.1.3 Abrangência: Nacional

# 5.1.4 Metodologia

Planejamento

O planejamento envolve três fases: levantamento das diretrizes básicas, definição do modelo conceitual, e operacionalização.

As diretrizes básicas são levantadas junto à unidade responsável pela pesquisa e à comunidade usuária:

A definição conceitual deve ser estabelecida com base nas diretrizes básicas, tratando das especificidades da base cartográfica, base alfanumérica descritiva e de suas inter-relações.

A operacionalização consiste na elaboração de documentação (manuais, normas, instruções) e definição das atividades necessárias (treinamento, cadastramento, mapeamento e outros).

#### Estruturação

A estruturação envolve aplicação dos treinamentos necessários, atividades de gabinete e campo que resultam na obtenção do cadastramento de informações necessárias (arquivos de referência territorial e base cartográfica atualizada e adequada).

#### Manutenção dos Sistemas

A manutenção dos sistemas tem caracteristicas especificas. Devido às alterações territoriais ocorridas ao longo do eixo temporal e à periodicidade de pesquisas e Recenseamentos.

#### 5.1.5 Variáveis

Mapas Municipais, Mapas Municipais Estatísticos, Mapas de Localidades, Mapas de Localidades Estatísticas, Descrição de Perimetros dos Setores, Cadastros de Setores, Cadernetas do Recenseador.

## 5.1.6 Periodicidade

Permanente, com a consolidação dos cadastros no ano que antecede aos de realização dos Censos Demográficos.

# 5.1.7 Histórico

Na década de 40, têm inicio as primeiras preocupações em associar os dados coletados no campo a documentos cartográficos. As preocupações crescem na década de 50 e, já em 1960, elabora-se o primeiro conjunto de documentos que associam os dados coletados ao espaço geográfico, através de documento cartográfico. Esta associação de informações tem ainda maior crescimento com o advento da informática, culminando com o êxito apresentado no Recenseamento Geral de 1970. É, nos 30, então, que ocorre o reconhecimento da importância da Base Operacional com a criação da primeira área com atividade específica voltada para o tema; a partir daí, surgem os primeiros estudos referentes à malha setorial e seus respectivos cadastros. Estudos estes que evoluiram aos dias de hoje.

#### 5.2 SUBPROJETO MAPEAMENTO DAS UNIDADES TERRITORIAIS DE COLETA

# 5.2.1 Unidades Envolvidas: DGC/DETRE/DECAR

#### 5.2.2 Objetivo

Objetiva a elaboração dos mapas ou cartogramas das unidades territoriais de coleta, necessários às operações de coleta e divulgação de informações estatísticas, com base nos arquivos de unidades territoriais.

#### 5.2.3 Abrangência: Nacional

#### 5.2.4 Metodologia

Para elaboração do mapa ou croqui das unidades territoriais de coleta são considerados os seguintes parâmetros: escala adequada, feições necessárias (limites político-administrativos, hidrografia, transporte e comunicação, princípais acidentes naturais, artificiais, toponimia, ou outros), legibilidade, precisão, padronização, facilidade de reprodução, tamanho e durabilidade.

A análise de documentos existentes, segundo os parâmetros acima mencionados, permite identificar as possibilidades de aproveitamento do mapeamento existente e definir as necessidades de redesenho ou compilação.

#### 5.2.5 Variáveis

Mapas Municipais, Mapas Municipais Estatísticos, Mapas de Localidades, Mapas de Localidades Estatísticos, Arquivo Gráfico Municipal, Legislação.

#### 5.2.6 Periodicidade

Permanente, com a consolidação da coleção dos mapas nos periodos intercensitários.

# 5.2.7 Histórico

Em 1938, o Decreto-Lei nº 311 obrigou as prefeituras à apresentação dos mapas de seus municipios ao então Conselho Nacional de Geografia. A partir de 1940, o IBGE vem elaborando um conjunto de documentos que tem por finalidade a operacionalização da coleta censitária e de pesquisas que deles necessitem.

Na década de 50, tem início o que hoje é chamado de Base Operacional. No principio, foi um trabalho quase que artesanal e, para o Censo de 1960, tendo como base os Mapas da Enciclopédia dos Municipios, ampliados aproximadamente três vezes, preparou-se a malha setorial, que foi então utilizada, já dentro da linha de trabalho que hoje se desenvolve.

Para os Censos de 1970, houve substituição parcial dos mapas de 60 por base mais elaborada, tendo, então, origem os MMCs. Estes mapas apresentavam qualidades cartográficas indiscutivelmente melhores, porém, tecnicamente, ainda deixavam muito a deseiar.

A partir de 1970, com a evolução da Base Operacional (60/70) trazendo resultados comprovadamente satisfatórios (no Censo de 70), o IBGE passa a investir na elaboração de mapas censitários de melhor qualidade técnica e, para 1980, são elaborados os Mapas Municipais para Fins Estatísticos - MMEs.

Os MMEs têm como base, na maioria dos casos, as folhas topográficas e as cartas do RADAM. Somente uma pequena quantidade foi elaborada com base em mosaicos, e para aquelas regiões onde nada foi possível de se conseguir, utilizou-se o MMC de 70 com algumas melhorias técnicas.

# II PROGRAMA CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Congrega os estudos dirigidos para a atualização do conhecimento sobre as caracteristicas físicas e socio-econômicas do país, em sua diferenciação espacial e vinculação com os processos estruturadores do território brasileiro, com vistas a subsidiar os diversos segmentos da sociedade e as ações governamentais.

#### 1 PROJETO SISTEMA GEODÉSICO BRASILEIRO

Objetiva a continua implantação, controle, manutenção e divulgação do conjunto de estações planimétricas e altimétricas, materializadas no terreno e posicionadas com precisão compatível com as normas e especificações técnicas reconhecidas internacionalmente, em atendimento ao Plano Geodésico Brasileiro.

# 1.1 SUBPROJETO ESTRUTURA PLANIMÉTRICA

1.1.1 Unidades Envolvidas: DGC/DEGED

#### 1.1.2 Objetivo

Congrega o conjunto de estudos e procedimentos que visam ao estabelecimento da componente horizontal das estações integrantes do Sistema Geodésico Brasileiro - SGB -, na forma de ajustamentos em blocos regionais ou ajustamento nacional da estrutura geodésica.

#### 1.1.3 Abrangência: Nacional

# 1.1.4 Metodologia

Determinação da latitude e longitude geodésica de pontos materializados no terreno através de marcos geodésicos, construídos e distribuídos segundo especificações preestabelecidas.

#### 1.1.5 Variáveis

- Descritivos de localização e acesso de Pontos Geodésicos Planimétricos;
- Dados planimétricos primários;
- Coordenadas Geodésicas de Alta Precisão:
- Coordenadas Astronômicas de Alta Precisão;
- Coordenadas Geodésicas de Precisão;
- Coordenadas de Estações determinadas por rastreamento de satélites artificiais referidas aos Sistemas Globais de Referência e ao SAD-69;
- Informações UTM de Pontos Geodésicos; e
- Cartogramas da Rede Planimétrica de Alta Precisão classificados por Unidades da Federação.

#### 1.1.6 Periodicidade

Permanente, consolidado decenalmente

#### 1.1.7 Histórico

A implantação da estrutura planimétrica do Sistema Geodésico Brasileiro iniciou-se em maio de 1944 com a medição da base geodésica de Goiânia, realizando-se no mês seguinte os primeiros trabalhos de medição angular.

Em agosto de 1945, procederam-se as primeiras observações astronômicas de alta precisão. O ano de 1973 marca o início da determinação de coordenadas mediante o rastreamento de satélites artificiais. Até a presente data, foram estabelecidas pelo IBGE cerca de 7 300 estações planimétricas.

O tratamento conferido aos dados da Rede Planimétrica do Sistema Geodésico Brasileiro pode ser dividido em duas fases, a saber: a primeira, constituiu-se no ajustamento de trechos da rede entre bases através do método de equações de condições até 1970; a segunda fase, executada em parte pelo INTER AMERICAN GEODETIC SURVEY-IAGS (69% da rede), caracterizou-se pelo ajustamento em blocos da rede segundo o método de variação de coordenadas até 1984. Atualmente, encontra-se na fase de preparação dos dados para o ajustamento global simultâneo da Rede Planimétrica de Alta Precisão do SGB.

## 1.2 SUBPROJETO ESTRUTURA ALTIMÉTRICA

## 1.2.1 Unidades Envolvidas: DGC/DEGED

## 1.2.2 Objetivo

Congrega o conjunto de estudos e procedimentos que visam ao estabelecimento da componente vertical das estações integrantes do Sistema Geodésico Brasileiro - SGB - na forma de ajustamentos em blocos regionais ou ajustamento nacional da estrutura geodésica vertical.

## 1.2.3 Abrangência: Nacional

## 1.2.4 Metodologia

Determinação da altitude de pontos materializados no terreno através de marcos geodésicos, construídos e distribuídos segundo especificações preestabelecidas.

# 1.2.5 Variáveis

- Descritivos de localização e acesso de Pontos Geodésicos Altimétricos;
- Dados altimétricos primários;
- Altitudes Ortométricas de Pontos Geodésicos de Alta Precisão;
- Altitudes de Precisão: e
- Cartogramas da Rede Altimétrica de Alta Precisão classificados por Unidades da Federação.

## 1.2.6 Periodicidade

Permanente, consolidado decenalmente

# 1.2.7 Histórico

A implantação da estrutura altimétrica do Sistema Geodésico Brasileiro iniciouse em outubro de 1945 em Santa Catarina, progredindo a malha de Circuitos de Nivelamento por todo o País, atingindo, atualmente, a extensão de aproximadamente 155 000 km nivelados, materializados por cerca de 57 000 marcos de RN.

Foram realizados, no período de 1948 a 1975, oito ajustamentos da rede de nivelamento do IBGE, incluindo-se algumas linhas da DSG, do SACS e do IGGSP, segundo o método das equações de condição. Em 1980, iniciou-se a informatização dos dados de nivelamento geodésico com a crítica técnica e formal das linhas isoladamente, marco inicial para o ajustamento do conjunto de altitudes da Rede Altimétrica de Alta Precisão. Atualmente, encontra-se em fase de conclusão o Ajustamento Altimétrico Global Preliminar da Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão do SGB.

#### 1.3 SUBPROJETO GRAVIMETRIA

1.3.1 Unidades Envolvidas: DGC/DEGED

#### 1.3.2 Objetivo

Objetiva contribuir, através de levantamentos gravimétricos sistemáticos, para a densificação das informações gravimétricas disponíveis no Pais, possibilitando um conhecimento preciso do campo gravitacional terrestre no segmento coincidente com o territorio brasileiro.

#### 1.3.3 Abrangência: Nacional

#### 1.3.4 Metodologia

Densificação sistemática da Rede Gravimétrica, estudo da metodologia de tratamento das observações geradoras da Rede Gravimétrica Fundamental com o objetivo de validação dos valores disponíveis para a comunidade cartográfica nacional, considerando inclusive as observações absolutas da gravidade. Observações gravimétricas nas estações constituintes das linhas de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão.

#### 1.3.5 Variáveis

- Valores reduzidos da aceleração da gravidade; e
- Arquivos de estações gravimétricas contendo suas coordenadas e altitudes, valores absolutos de gravidade e outras informações.

#### 1.3.6 Periodicidade: Permanente

#### 1.3.7 Histórico

Os levantamentos gravimétricos realizados pelo IBGE iniciaram-se em 1956, foram intensificados na época da determinação do ponto **Datum CHUÁ**, totalizando 2 206 estações. Atualmente, as atividades vêm sendo desenvolvidas através de convênios com organizações detentoras de gravimetros.

#### 2 PROJETO MAPEAMENTO TOPOGRÁFICO

Congrega o conjunto de procedimentos que têm por finalidade a representação do espaço territorial brasileiro, de forma sistemática: por meio de séries de cartas gerais, continuas, homogêneas e articuladas, elaboradas seletiva e progressivamente, em consonância com as prioridades conjunturais, nas escalas-padrão de 1:1 000 000, 1:250 000, 1:50 000 e 1:25 000.

# 2.1 SUBPROJETO CARTA INTERNACIONAL DO MUNDO AO MILIONÉSIMO - CIM

2.1.1 Unidades Envolvidas: DGC/DECAR

#### 2.1.2 Objetivo

Objetiva a elaboração do conjunto de folhas que cobrem o território brasileiro, correspondentes à Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo. Fornece subsidios para execução de estudos e análises de aspectos gerais e estratégicos, oferecendo a representação básica para a elaboração de documentos cartográficos em escalas menores e para a elaboração de cartas temáticas, tais como: de população, de solos, geologica, fitogeográfica e de limites político-administrativos.

#### 2.1.3 Abrangência: Nacional

# 2.1.4 Metodologia

Cartas elaboradas por processo de compilação, na projeção Cônica Conforme de Lambert, que recobrem o Território Nacional executadas dentro das normas do acordo da Carta Internacional ao Milionésimo, assinada em Bonn, pela Conferência Técnica das Nações Unidas, a partir de cartas topográficas existentes nas escalas de 1:250 000 e maiores, com a utilização de imagens orbitais em áreas sem mapeamento e no processo de atualização.

#### 2.1.5 Temas Contemplados

Hidrografia, planimetria (localidades, construções, linhas de transmissão, etc.), altimetria, sistema viário (rodovias, ferrovias), limites (da federação e de suas unidades) e vegetação.

#### 2.1.6 Periodicidade: Decenal

## 2.1.7 Histórico

O projeto teve início em 1909 pelo Clube de Engenharia e foi publicada a primeira coletânea em 1922, nas festividades comemorativas de 100 anos de Independência. Em 1939, com a criação do Conselho Nacional de Geografia, o Projeto passou a ser desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, culminando com a edição da 1ª Carta da série em 1948, sendo concluida, em 1960, a 1ª série completa das cartas CIM. Nas décadas de 70 e 80 foram impressas novas edições e atualmente o IBGE tem em sua programação para 1992 nova edição da Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo.

## 2.2 SUBPROJETO 1:250 000

#### 2.2.1 Unidade Responsável: DGC/DECAR

#### 2.2.2 Objetivo

Objetiva a elaboração das folhas da carta, em escala topográfica de 1:250 000, em atendimento às necessidades do planejamento regional, em particular na formação das bases para a representação cartográfica de temas que envolvam questões ambientais.

#### 2.2.3 Abrangência: Nacional

#### 2.2.4 Metodologia

Cartas elaboradas no sistema de projeção Universal Transversa de Mercator - UTM -, através de dois métodos distintos:

Compilação Cartográfica: É realizada a partir de reunião e sintetização de documentos cartográficos em escalas maiores (1:100 000 e maiores) visando à elaboração de um novo documento cartográfico.

Fotogramétrico: É baseado no uso de fotografías aéreas nas quais são materializados pontos identificáveis no terreno, com coordenadas conhecidas, que serão usados para estabelecer a relação entre as dimensões dos elementos na fotografía e nos terrenos (aerotriangulação). Um outro tipo de dado necessário ao processo fotogramétrico é a identificação em campo, dos acidentes naturais e culturais (ex.: denominação de rios, tipo de vegetação, etc.). Esta etapa é denominada Reambulação. A extração de informações das fotografías aéreas, com vistas à obtenção dos elementos básicos do mapa, é denominada Restituição Fotogramétrica. Ela consiste no uso de aparelhos especiais, destinados, à visualização da área de abrangência da fotografía (na verdade um par de fotografías) em três dimensões, para o levantamento de detalhes e transposição dos mesmos para o original de Restituição – superfície plana estável (ex.: poliéster).

Os dois métodos descritos anteriormente têm, como etapa subseq ente, o Preparo para Impressão, que consiste na elaboração dos originais a serem utilizados no processo de impressão em cores. A obtenção destes originais é feita a partir da reprodução fotográfica do original de restituição, com vistas ao processo de separação de cores, gerando diferentes negativos, onde, em cada um deles, serão destacados os detalhes levantados cuja representação se dê em uma mesma cor. A partir destes negativos, são gerados os fotolitos que são então encaminhados para a impressão.

Os processos de compilação cartográfica e fotogramétrico estão sendo gradativamente informatizados para que, num futuro próximo, inicie-se a produção de documentos cartográficos com o auxilio de computadores.

# 2.2.5 Temas contemplados

Hidrografia, planimetria (localidades, construções, linhas de transmissão, etc.), sistema viário (rodovias, ferrovias e elementos correlatos), limites (federal, estadual e municipal) e vegetação.

#### 2.2.6 Periodicidade: Permanente

## 2.2.7 Histórico

Em 1943, teve início no IBGE os trabalhos buscando estabelecer uma linha de mapeamento sistemático topográfico utilizando-se o recobrimento (dois terços do País recoberto) com fotografias aéreas Trimetrogon, obtidas dentro do Acordo Cartográfico entre o Brasil e os Estados Unidos, culminando com a edição da primeira carta topográfica, em 1:250 000, no ano de 1949 pelo antigo Conselho Nacional de Geografia. Na década de 60, com a definição do Sistema Cartográfico Nacional, através do Decreto 243, foi regularizada a produção cartográfica de forma sistemática nesta escala, estando sua implementação a cargo do IBGE e da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército - DSG. Em 1978, o Governo Federal instituiu o Programa Especial de Dinamização da Cartografia, que possibilitou uma maior produção de documentos cartográficos nesta escala. Este programa, sob coordenação da COCAR, desenvolveu-se até meados da década de 80, com maior concentração na Região Amazônica. Atualmente as áreas são priorizadas pelos programas governamentais de desenvolvimento.

## 2.3 SUBPROJETO 1:100 000

2.3.1 Unidades Envolvidas: DGC/DECAR

## 2.3.2 Objetivo

Objetiva a representação cartográfica das áreas prioritárias para investimentos governamentais, como instrumento para o planejamento setorial, em todos os niveis de governo, do federal ao municipal.

2.3.3 Abrangência: Nacional

# 2.3.4 Metodologia

Cartas elaboradas, no sistema de projeção Universal Transversa de Mercator - UTM -, por processo fotogramétrico;

Fotogramétrico: É baseado no uso de fotografías aéreas nas quais são materializados pontos identificáveis no terreno, com coordenadas conhecidas, que serão usados para estabelecer a relação entre as dimensões dos elementos na fotografía e nos terrenos (aerotriangulação). Um outro tipo de dado necessário ao processo fotogramétrico é a identificação, em campo, dos acidentes naturais e culturais (ex.: denominação de rios, tipo de vegetação, etc.). Esta etapa é denominada Reambulação. A extração de informações das fotografías aéreas, com vistas à obtenção dos elementos básicos do mapa, é denominada Restituição Fotogramétrica. Ela consiste no uso de aparelhos especiais, destinados à visualização da área de abrangência da fotografía (na verdade um par de fotografías), em três dimensões, para o levantamento de detalhes e transposição dos mesmos para o original de Restituição - superfície plana estável (ex.: poliéster).

O método descrito anteriormente tem como etapa subseq ente, o Preparo para a Impressão, que consiste na elaboração dos originais a serem utilizados no processo de impressão em cores. A obtenção destes originais é feita a partir da reprodução fotográfica do original de restituição, com vistas ao processo de separação de cores, gerando diferentes negativos, onde, em cada um deles, serão destacados os detalhes levantados cuja representação se dê em uma mesma cor. A partir destes negativos, são gerados os fotolitos que são então encaminhados para a impressão.

O processo fotogramétrico está sendo gradativamente informatizado para que, num futuro próximo, inicie-se a produção de documentos cartográficos com o auxílio de computadores.

## 2.3.5 Temas contemplados

Hidrografia, planimetria (construções, linhas de transmissão, etc.), sistema viário (rodovias, ferrovias e elementos correlatos), limites (federal, estadual e municipal) e vegetação.

2.3.6 Periodicidade: Permanente

#### 2.3.7 Histórico

Frente às circunstâncias políticas sul-americanas, em 1908, reorientaram-se os trabalhos da comissão da Carta Geral do Brasil para a execução de levantamentos corográficos, culminando com a edição das cartas do Estado do Rio Grande do Sul, em 1:100 000, que não obedeciam a prescrições muito recomendáveis e não eram controladas por trabalhos geodésicos.

Na década de 20, iniciaram-se os primeiros estudos para introduzir as técnicas de estereofotogrametria para a produção do mapeamento topográfico.

Em 1960, frente à necessidade de se obter mapeamento topográfico para as áreas economicamente desenvolvidas e em desenvolvimento, foi determinado o estudo de um plano consubstanciado na escala 1:100 000, que representou um grande avanço para o desenvolvimento da cartografía brasileira, tendo como base os processos aerofotogramétricos. Foi então iniciado o recobrimento aerofotogramétrico do Pa-is, com fotografías verticais, executado pela USAF, com participação da Força Aérea Brasileira e denominado AST-10. Este projeto, executado durante a década de 60, não recobriu a totalidade do País. Nesta época o CNG equipou-se modernamente com a introdução de novos instrumentais fotogramétricos visando ao mapeamento sistemático das cartas topográficas de 1:100 000 e 1:50 000.

Nas décadas de 70 e 80, com a definição do Programa de Dinamização da Cartografia sob coordenação da COCAR, intensificou-se a produção de cartas nesta escala.

# 2.4 SUBPROJETO 1:50 000

#### 2.4.1 Unidades Envolvidas: DGC/DECAR

#### 2.4.2 Objetivo

Objetiva a representação cartográfica de zonas densamente povoadas, oferecendo subsídios ao planejamento setorial, propiciando as bases para os anteprojetos de engenharia.

#### 2.4.3 Abrangéncia: Nacional

#### 2.4.4 Metodologia

Cartas elaboradas no Sistema de Projeção Universal Transversa de Mercator - UTM - por processo fotogramétrico;

Fotogramétrico: É baseado no uso de fotografias aéreas nas quais são materializados pontos identificáveis no terreno, com coordenadas conhecidas, que serão usados para estabelecer a relação entre as dimensões dos elementos na fotografia e nos terrenos (aerotriangulação). Um outro tipo de dado necessário ao processo fotogramétrico é a identificação em campo dos acidentes naturais e culturais (ex.: denominação de rios, tipo de vegetação, etc.). Esta etapa é denominada Reambulação. A extração de informações das fotografias aéreas, com vistas à obtenção dos elementos básicos do mapa, é denominada Restituição Fotogramétrica. Ela consiste no uso de aparelhos especiais, destinados a visualização da área de abrangência da fotografia (na verdade um par de fotografias) em três dimensões, para o levantamento de detalhes e transposição dos mesmos para o original de Restituição – superficie plana estável (ex.: poliéster).

O método descrito anteriormente tem, como etapa subseq ente, o Preparo para a Impressão, que consiste na elaboração dos originais a serem utilizados no processo de impressão em cores. A obtenção destes originais é feita a partir da reprodução fotográfica do original de restituição, com vistas ao processo de separação de cores, gerando diferentes negativos, onde, em cada um deles, serão destacados os detalhes levantados cuja representação se dê em uma mesma cor. A partir destes negativos, são gerados os fotolitos que são então encaminhados para a impressão.

O processo fotogramétrico está sendo gradativamente informatizado para que, num futuro próximo, inicie-se a produção de documentos cartográficos com o auxilio de computadores.

# 2.4.5 Temas contemplados

Hidrografia, planimetria (localidades, construções, linhas de transmissão, etc.), sistema viário (rodovias, ferrovias e elementos correlatos), limites (federal, estadual e municipal) e vegetação.

# 2.4.6 Periodicidade: Permanente

# 2.4.7 Histórico

A primeira carta publicada nesta escala data de 1922, mapeando o antigo Distrito Federal, executada pelo Serviço Geográfico do Exército.

A produção cartográfica sistemática na escala 1:50 000 só foi incrementada a partir da década de 60, com a introdução das técnicas aerofotogramétricas e com a definição, pelo Decreto 243/67, das diretrizes e bases para o mapeamento sistemático, tendo o programa de Dinamização da Cartografia, sob coordenação da COCAR, previsto a produção destas cartas ao sul do paralelo 20'S.

#### 2.5 SUBPROJETO 1:25 000

2.5.1 Unidades Envolvidas: DGC/DECAR

# 2.5.2 Objetivo

Objetiva a representação cartográfica das áreas densamente urbanizadas dos centros políticos/econômicos, fornecendo elementos para planejamento local e bases para os anteprojetos de engenharia.

#### 2.5.3 Abrangência: Nacional

# 2.5.4 Metodologia

Cartas elaboradas na projeção Universal Transversa de Mercator - UTM - por processo fotogramétrico:

Fotogramétrico: É baseado no uso de fotografias aéreas nas quais são materializados pontos identificáveis no terreno, com coordenadas conhecidas, que serão usados para estabelecer a relação entre as dimensões dos elementos na fotografia e nos terrenos (aerotriangulação). Um outro tipo de dado necessário ao processo fotogramétrico é a identificação em campo dos acidentes naturais e culturais (ex.: denominação de rios, tipo de vegetação, etc.). Esta etapa é denominada Reambulação. A extração de informações das fotografias aéreas, com vistas à obtenção dos elementos básicos do mapa, é denominada Restituição Fotogramétrica. Ela consiste no uso de aparelhos especiais, destinados à visualização da área de abrangência da fotografia (na verdade um par de fotografias) em três dimensões, para o levantamento de detalhes e transposição dos mesmos para o original de Restituição - superfície plana estável (ex.: poliéster).

O método descrito anteriormente tem, como etapa subseq ente, o Preparo para a Impressão, que consiste na elaboração dos originais a serem utilizados no processo de impressão em cores. A obtenção destes originais é feita a partir da reprodução fotográfica do original de restituição, com vistas ao processo de separação de cores, gerando diferentes negativos, onde, em cada um deles, serão destacados os detalhes levantados cuja representação se dê em uma mesma cor. A partir destes negativos, são gerados os fotolitos que são então encaminhados para a impressão.

O processo fotogramétrico está sendo gradativamente informatizado para que, num futuro próximo, inicie-se a produção de documentos cartográficos com o auxilio de computadores.

# 2.5.5 Temas Contemplados

Hidrografia, planimetria (construções, linhas de transmissão, etc.), sistema viário (rodovias, ferrovias e elementos correlatos), limites (federal, estadual e municipal) e vegetação.

# 2.5.6 Periodicidade: Permanente

#### 2.5.7 Histórico

A necessidade de se ter um mapeamento sistemático mais detalhado dos principais centros políticos e econômicos de áreas com grande densidade demográfica determinou a elaboração de cartas na escala 1:25 000.

O primeiro conjunto de cartas produzido nessa escala pelo IBGE recobriu o Distrito Federal, totalizando 43 cartas, concluidas em 1985.

# 3 PROJETO ORGANIZAÇÃO E CADASTRAMENTO DE NOMES GEOGRÁFICOS

Visa a levantar, organizar e consolidar a evolução da toponímia identificadora dos acidentes naturais e culturais em território brasileiro, instituindo a "Memória Onomástica dos Acidentes Geográficos e Fisiográficos Brasileiros".

#### 3.1 SUBPROJETO CADASTRO DE TOPÓNIMOS

#### 3.1.1 Unidades Envolvidas: DGC/DETRE/DECAR

#### 3.1.2 Objetivo

Objetiva coletar, classificar e organizar a toponimia identificadora de acidentes físicos e culturais em território brasileiro, com vistas à implantação e à manutenção de cadastros de topônimos, a fim de atender a solicitações de informações toponimicas e subsidiar pesquisas sobre a origem histórica dos topônimos, em especial as de natureza legal.

## 3.1.3 Abrangência: Nacional

# 3.1.4 Metodologia

Coletar, organizar semanticamente em especial, a toponímia identificadora de acidentes físicos e culturais em território brasileiro, consultando fontes diversas.

#### 3.1.5 Variáveis

Carta ao milionésimo, folha topográfica, cadastros de topônimos, mapa municipal, mapa municipal estatístico.

# 3.1.6 Periodicidade

Permanente, com a consolidação do cadastro nos periodos intercensitários.

# 3.1.7 Histórico

A área que trata de cartografia na ONU prevê para cada pais afiliado, no setor de geografia e cartografia, uma "Autoridade de Nomes Geograficos".

O mesmo acontece no IPGH, conseq entemente na esfera da OEA.

Cada país americano, à exceção do Brasil, tem na área de especialização em Nomes Geográficos conceito mais amplo que engloba a toponímia ou Cadastro de Topônimos.

No Brasil, o IBGE sempre assumiu a responsabilidade pelas áreas de Nomes Geográficos, sem, todavia, consagrar uma titularidade institucional a esse ramo importante da Geografia, da Cartografia, da Ling istica e da Política Nacional.

Delineada a nova estrutura do IBGE, foi essa lacuna preenchida, com a criação de uma área de topônimos na esfera da DGC, com atribuições específicas de coletar, classificar, analisar e organizar a toponímia identificadora de acidentes físicos e culturais em território brasileiro, tanto do ponto de vista ling ístico quanto geocartográfico.

# 3.2 SUBPROJETO PESQUISA DE ORIGEM E HISTORIOGRAFIA DE TOPÔNIMOS

3.2.1 Unidades Envolvidas: DGC/DETRE

#### 3.2.2 Objetivo

Objetiva subsidiar as análises da evolução histórica, cultural e legal do País, através da origem e historiografia dos topônimos em Território Nacional.

#### 3.2.3 Abrangência: Nacional

# 3.2.4 Metodologia

Proceder a estudos de origem e historiografia dos topônimos classificados e organizados, segundo prioridades e parâmetros preestabelecidos, bem como revisar periodicamente a grafia dos topônimos em estrita correlação com os elementos estruturais da lingua portuguesa, com a gramática, sintaxe e ortografia, ou dispositivos reguladores da nomeação de acidentes.

#### 3.2.5 Variáveis

Carta ao milionésimo, folhas topográficas, mapas municipais, mapas municipais estatisticos, mapas de localidades estatisticos, documentação histórica. legislação, levantamento de campo.

# 3.2.6 Periodicidade: Permanente

#### 3.2.7 Histórico

Em 1907, são elaboradas as primeiras normas para a grafia de nomes geográficos, que são ratificadas em 1911 pela Associação Brasileira de Letras, através da fixação de regras de grafia para nomes geográficos. Realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a conferência de 1926, não surtiu os frutos desejados.

Em 1945, é então fixado o acordo ortográfico Brasil-Portugal, com instruções reguladoras gerais para a lingua portuguesa.

Anteriormente, o Decreto-Lei 311, de 1938, já determinara a proibição de repetição de nomes nos municipios brasileiros.

Na década de 50, o IBGE divulga uma lista com mais de 1 000 topônimos, segundo as normas do acordo de 1945.

Em 1971, é publicado, pelo IBGE, o indice dos topônimos da Carta do Brasil ao Milionésimo (36 000 topônimos).

É conhecido ainda: o "Dicionário Geológico e Geomorfológico", do professor Antônio Teixeira Guerra.

Fora do âmbito do IBGE, a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT -, instituiu uma comissão de estudos para a padronização de grafia de topônimos internacionais, usados no Brasil, tendo ainda publicado, a título experimental, a norma intitulada indicativos de língua, de país, de autoridade, de estados e territórios do Brasil.

Em 1971, é deliberada, pela Sociedade Brasileira de Geologia (no XXXV Congresso), a padronização de termos e simbolos cartográficos para mapeamento geológico.

Entretanto, como fica reconhecido, são apenas estudos e realizações isoladas, que necessitam de maior apoio e ordenação para serem efetivados.

#### 4 PROJETO INDICADORES EM GEOCIÊNCIAS

4.1 Unidades Envolvidas: Todos os Departamentos da DGC e as Divisões de Geociências.

### 4.2 Objetivo

Compreende os estudos relativos à conceituação, definição e elaboração de indicadores que possam subsidiar a caracterização do território.

#### 4.3 Abrangência: Nacional

#### 4.4 Metodologia

A construção destes indicadores atenderá a objetivos gerais e específicos, implicando abordagens multidisciplinares. Desta forma o Sistema de Indicadores de Geociências deverá cobrir os diversos temas que dão conta da descrição; estruturação e organização do território.

A elaboração dos indicadores compreende, em um primeiro momento, a seleção, caracterização e especificação de temas que deverão ser tratados frente ao seu significado no processo de caracterização do território.

Uma segunda etapa compreende a seleção e a avaliação de variáveis capazes de descrever cada tema selecionado. Nesta etapa será possível identificar aquelas informações disponíveis na base de dados do IBGE; em base de dados de outras instituições e áquelas para as quais não existem um sistema de levantamento sistemático.

Neste contexto poder-se-á sugerir a inclusão de novos quesitos nas pesquisas sob a responsabilidade do IBGE, bem como estruturar processos de aquisição e organização de informações que estão dispersas em diversas formas de armazenagem.

Finalmente, serão definidos e caracterizados os processos de tratamento das informações, possibilitando a produção sistemática de indicadores, quer para alimentar o Sistema de Informações de Geociências, quer para atender a demandas específicas.

# 4.5 Variáveis

Neste projeto serão tratadas variáveis, relativas:

- ao quadro fisico do território;
- às dimensões sociais, econômicas, demográficas e políticas para áreas específicas;
- às estruturas territoriais; e
- às componentes dos sistemas ambientais.

A explicação das variáveis é função do tema para o qual os indicadores serão construidos.

#### 4.6 Periodicidade: Permanente

## 4.7 Histórico

Embora tradicionalmente o IBGE, através de suas unidades técnicas, venha produzindo informações que atendam à caracterização do Território Nacional, em suas múltiplas dimensões, até agora não se tem estruturado os procedimentos adequados que possibilitem a construção de indicadores capazes de, ao descrever de forma completa e atualizada o território brasileiro, responder com agilidade às demandas geradas pelos mais diversos usuários.

Ao integrar as áreas de cartografia, geodésia, geografia e de recursos naturais e meio ambiente, a Diretoria de Geociências viu-se frente a um amplo espectro de solicitações, que tem procurado atender, mas que revelou a necessidade de estruturar um Sistema de Indicadores que atenda à expectativa dos usuários quanto ao acesso a informações já analiticamente tratadas.

Através da elaboração de Indicadores de Geociências, procurar-se-á escrever, especificar, analisar e caracterizar o conjunto de variáveis que descrevam, dentre outras, temas relativos à:

- avaliação de qualidade ambiental e condições de vida;
- identificação do grau de integração espacial, através da caracterização dos agentes estruturadores do território; e
- produção de sistemas de classificação temática, em especial áquelas relativas aos recursos naturais.

Sendo um projeto em estruturação, os Indicadores de Geociências poderão ainda abrigar o tratamento de temas indicados com base em solicitações especificas de usuários internos ou externos ao IBGE, desde que aderentes às áreas de atuação da geociências.

#### 5 PROJETO ESTUDO DE RECURSOS NATURAIS

Congrega os estudos e pesquisas voltados para o conhecimento do território brasileiro no que concerne ao quadro fisico-biológico, focado na identificação e análise dos ecossistemas e na avaliação dos recursos, com relação a sua ocorrência, distribuição, potencial, disponibilidade, formas e graus de utilização.

# 5.1 SUBPROJETO DINÂMICA DOS ECOSSISTEMAS

5.1.1 Unidades Envolvidas: DGC/DERNA/DIGEOs

# 5.1.2 Objetivo

Compreende os estudos dos recursos naturais como elementos integrantes de um sistema cujos mecanismos de controle devam ser conhecidos para viabilizar o desenvolvimento econômico e a preservação do equilibrio ambiental.

# 5.1.3 Abrangência: Nacional

#### 5.1.4 Metodologia

Os estudos se apóiam na pedogênese (origem do solo atual) e análise integrada multidisciplinar desenvolvidas em escritório e campo, para conhecimento dos recursos naturais envolvidos e o ambiente ao qual eles estão inseridos.

#### 5.1.5 Variáveis

- 1 Paleoclima deve ser determinado pela geomorfologia;
- 2 İndice climático atual que pode ser de Gaussen ou de Thornthwaite;
- 3 Embasamento geológico que pode ser primário ou de cobertura;
- 4 Amostragem de solo por unidade estratigráfica; e
- 5 Cobertura Vegetal.

## 5.1.6 Periodicidade: Permanente

#### 5.1.7 Histórico

Atualmente, pouco se sabe sobre os ecossistemas brasileiros, sejam primários ou mesmo secundários. Já os conhecimentos botânicos/fitogeográficos e faunisticos alcançam um nível bastante razoável e os referentes à microflora/microfauna ainda deixam muito a desejar. Daí a necessidade de um estudo ecológico integrado para o perfeito conhecimento dos ecossistemas. Estes estudos, conduzidos em regime de convênio com outras instituições, produzirão informações indispensáveis à avaliação dos recursos naturais que irão possibilitar um melhor conhecimento das áreas a serem preservadas ou para promover seu uso adequado.

# 5.2 SUBPROJETO SERIE LEVANTAMENTOS DE RECURSOS NATURAIS

# 5.2.1 Unidades Envolvidas: DGC/DERNA/DIGEO/DECAR/DEPIN

#### 5.2.2 Objetivo

Objetiva consolidar as informações relativas aos recursos naturais, de forma documental, mantendo atualizados, por compilação, os volumes da série Recursos Naturais, inclusive a coleção das cartas temáticas na escala 1:1 000 000.

#### 5.2.3 Abrangência: Nacional

#### 5.2.4 Metodologia

Revisão e compatibilização das informações dos mapeamentos básicos, na escala 1:250 000, segundo as específicações constantes dos Manuais Técnicos elaborados pela DGC para os diferentes temas.

Atualização dos textos e bases temáticas para mapas utilizando informações bibliográficas, sensoriamento remoto e levantamento de campo.

# 5.2.5 Temas Contemplados

O projeto abrange temas relacionados com Geologia, Geomorfologia, Recursos Hidricos, Solos, Vegetação e Uso do Solo.

#### 5.2.6 Periodicidade

Edições atualizadas programadas para periodos não inferiores a cinco anos, dos volumes julgados ultrapassados em termos das informações.

#### 5.2.7 Histórico

A série Levantamento de Recursos Naturais abrange 38 volumes contendo os resultados do levantamento dos recursos naturais do território brasileiro, realizado entre 1971 e 1985 pelo Projeto RADAMBRASIL. Com a incorporação do acervo desse projeto e a absorção de suas equipes técnicas pelo IBGE, através do Decreto nº 91.295, de 31/05/85, a DGC assumiu a responsabilidade de manter e atualizar a série em questão, com seus mapas temáticos, com base em imagens de radar e uso intensivo de trabalho de campo, seguindo, no original, as folhas do mapeamento sistemático em 1:1 000 000.

#### 6 PROJETO ESTUDOS DA ORGANIZAÇÃO DO ESPACO BRASILEIRO

Congrega o conjunto de atividades voltadas para a produção de conhecimento atualizado sobre a realidade brasileira. abordando temas e questões socialmente relevantes à compreensão da dinâmica da organização do Território Nacional, segundo diferentes escalas de análise.

#### 6.1 SUBPROJETO GEOGRAFIA DO BRASIL

6.1.1 Unidades Envolvidas: DGC/DEGEO/DERNA

# 6.1.2 Objetivo

Objetiva a produção de conhecimento atualizado sobre as macrorregiões, focalizando aspectos temáticos importantes na sua caracterização e sinteses sobre a diferenciação regional, enfatizando a inserção da macrorregião no contexto nacional.

#### 6.1.3 Abrangência: Nacional

#### 6.1.4 Metodologia

Os estudos são desenvolvidos em gabinete, utilizando-se fontes estatísticas, cartográficas e bibliográficas; algumas informações são obtidas através de pesquisa direta nas regiões, por contatos com instituições oficiais e privadas, autoridades, especialistas e conhecedores da realidade regional.

## 6.1.5 Variáveis

Os volumes estão estruturados em três partes:

- A Inserção da Região no Espaço Nacional
- Análises Temáticas:

Geologia, relevo, clima, hidrografia, solos, vegetação, população, o espaço agrário, indústria, a organização urbana.

- A estrutura do espaço regional.

# 6.1.6 Periodicidade: Decenal

# 6.1.7 Histórico

A primeira versão da série "Geografia do Brasil" foi elaborada nos anos 50 e 60 e divulgada em sete volumes, no período 1958-68. Utilizando como subsídio a Enciclopédia dos Municipios Brasileiros, propunha-se, com fins didáticos, estudar o Brasil em seus aspectos naturais e de ocupação humana, segundo os grandes quadros regionais do País. A segunda versão da série em questão foi elaborada nos anos 70 e divulgada, em cinco volumes, em 1977, destinando-se a ampla gama de usuários, aos quais estariam sendo fornecidas informações geográficas atualizadas sobre o território, a nivel macrorregional, sem perder de vista a visão global do País. A terceira versão da série Geografia do Brasil, elaborada no dos anos 80 e início dos anos 90, prevê cinco volumes correspondentes às macrorregiões vigentes, dos quais dois encontram-se publicados (Centro-Deste e Sul). Propõe-se uma nova abordagem em que, além do tratamento temático, ao qual se resumiam as versões anteriores, contempla-se o enfoque regional através da focalização da região no contexto nacional e do tratamento da estrutura do espaço regional. Produzindo conhecimento atualizado sobre as transformações operadas nos espaços macrorregionais e sobre a estrutura e potencialidade desses espaços. versão atual visa, no conjunto da obra, a contribuir para uma visão da organização regional do Pais.

- 6.2 SUBPROJETO BRASIL UMA VISÃO GEOGRÁFICA
- 6.2.1 Unidades Envolvidas: DGC/DEGEO/DERNA

#### 6.2.2 Objetivo

Objetiva a apresentação de um quadro da realidade brasileira em cada década, recuperando traços fundamentais da evolução geográfica do País, numa abordagem multitemática e indicadora de tendências de transformação.

#### 6.2.3 Abrangencia: Nacional

# 6.2.4 Metodologia

Análise de informações estatisticas, bibliográficas e cartográficas complementada com informações resultantes de pesquisa direta.

#### 6.2.5 Variáveis

Os grandes temas enfocados neste trabalho privilegiam aspectos relativos à Urbanização, Agricultura, Indústria, Infra-estrutura Econômico-social, População, Questão Ambiental e aos espaços urbano e rural e à Estruturação do Território.

#### 6.2.6 Periodicidade: Decenal

#### 6.2.7 Histórico

A necessidade de apresentar os grandes temas e problemas em âmbito nacional deu origem a esta obra, que se iniciou com a análise dos resultados do Censo de 1980 e que deverá se repetir após a divulgação de cada Censo.

## 6.3 SUBPROJETO GEOGRAFIA DOS ESTADOS

6.3.1 Unidades Envolvidas: DGC/DEGEO/DERNA

#### 6.3.2 Objetivo

Objetiva produzir conhecimentos sobre a organização geográfica do território das diferentes Unidades da Federação com vistas, particularmente, a atender às demandas do planejamento estadual.

# 6.3.3 Abrangência: Estadual

# 6.3.4 Metodologia

Levantamento de informações bibliográficas, estatisticas e cartográficas que visem: (1) à compreensão da inserção da UF em questão no contexto nacional; e (2) ao conhecimento da organização interna do território estadual.

Realização de pesquisa direta em áreas selecionadas das UFs, com o objetivo de melhor captar problemas emergentes e transformações que não são passíveis de serem analisadas através de dados estatisticos.

## 6.3.5 Variáveis

- relativas ao processo produtivo, em suas interações com o quadro natural;
- relativas às características demográficas:
- relativas às interações espaciais intra e interestaduais; e
- relativas à infra-estrutura sócio-econômica.

# 6.3.6 Periodicidade: Sem periodicidade determinada

## 6.3.7 Histórico

Nova proposta de trabalho a ser implementada nos próximos anos, tendo em vista a perspectiva de demanda crescente relacionada às rápidas transformações do espaço brasileiro.

#### 6.4 SUBPROJETO ESTUDOS MUNICIPAIS

6.4.1 Unidades Envolvidas: DGC/DEGEO/DETRE

# 6.4.2 Objetivo

Objetiva a elaboração de estudos de diferentes estratos municipais, definidos segundo uma tipología do perfil sócio-econômico dos municipios brasileiros.

# 6.4.3 Abrangência: Nacional

# 6.4.4 Metodologia

Levantamento bibliográfico e de informações estatisticas e cartográficas. Elaboração de tipologia e caracterização de municípios rurais.

# 6.4.5 Variáveis

Aspectos demográficos, econômicos com ênfase nas atividades agrárias e ambientais.

#### 6.4.6 Periodicidade

Permanente, observado os intervalos censitários

# 6.4.7 Histórico

Estudos iniciados a partir de 1987 tendo em vista a necessidade de oferecer um quadro de referência quanto às características gerais do municípios.

#### 7 PROJETO ESTUDOS DE QUALIDADE AMBIENTAL

Compreende estudos de temas de interesse para o conhecimento das condições ambientais e dos impactos gerados pela ação antrópica, comprometendo o equilibrio ambiental e a qualidade de vida da população. Inclui análises e estudos sobre a poluição do ar. da água e do solo, o saneamento básico, a erosão dos solos, a desertificação e os demais processos de degradação ambiental.

#### 7.1 SUBPROJETO USO DO SOLO

7.1.1 Unidades Envolvidas: DGC/DERNA/DEGEO/DIGEO

#### 7.1.2 Objetivo

Abrange as pesquisas relativas à dinâmica do uso do solo com vistas à avaliação das alterações provocadas pelas atividades humanas nos componentes do quadro fisico-biótico, de modo a fornecer subsidios ao uso mais adequado dos recursos e aos estudos sobre a vulnerabilidade do ambiente.

7.1.3 Abrangência: Nacional/Regional/Estadual

# 7.1.4 Metodologia

Estudo das formas e tipos de uso do solo considerando o desenvolvimento das forças produtivas e suas relações com o meio ambiente. Para atender aos procedimentos metodológicos as etapas de trabalho compreendem: levantamentos e análise dos documentos, pesquisa de campo, interpretação de imagens orbitais, elaboração de textos e mapas.

#### 7.1.5 Temas Contemplados

Mineração, uso de solo rural e uso do solo urbano, unidades de conservação e comunidades indigenas.

7.1.6 Periodicidade: Sem periodicidade determinada

## 7.1.7 Histórico

Os estudos do uso do solo constituem ponto de partida para a avaliação dos efeitos das atividades humanas sobre o meio ambiente, numa abordagem espacial que permite estabelecer o quadro geral das inter-relações entre fatores ecológicos e sociais.

Essa abordagem encontra-se materializada em estudos sobre a mineração da Amazônia. A mineração, embora constitua atividade expressiva e responsável pela mobilização de numerosa força de trabalho nas últimas décadas, carece de um aprofundamento de estudos voltados ao exame dos efeitos da atividade no ambiente, bem como da sistematização das informações produzidas por diferentes especialistas.

Tais trabalhos são indispensáveis para subsidiar diferentes linhas de pesquisa que interessam à comunidade, sobretudo por possibilitar cruzamento de informações.

## 7.2 SUBPROJETO POLUIÇÃO AMBIENTAL

## 7.2.1 Unidades Envolvidas: DGC/DERNA/DIGEO

#### 7.2.2 Objetivo

Abrange os estudos relativos às formas de poluição do ar, da água e do solo, suas relações com as atividades antrópicas e seus reflexos nos diferentes componentes ambientais e na qualidade de vida.

## 7.2.3 Abrangência: Regional/Estadual

## 7.2.4 Metodologia

Seleção de áreas criticas e dos principais agentes poluidores do meio urbano e rural.

Estabelecimento de parâmetros e indicadores, análise dos dados disponíveis.

Pesquisa de campo.

Avaliação dos problemas da área objeto de estudo e suas relações com o meio ambiente e a saúde da população.

#### 7.2.5 Temas Contemplados

Poluição industrial, agrotóxicos.

#### 7.2.6 Periodicidade: Intervalos Censitários

#### 7.2.7 Histórico

A necessidade de produzir conhecimento sobre a qualidade ambiental orienta a DGC para algumas formas mais sérias de agressão que afetam respectivamente a população urbana e a rural. A poluição industrial e os efeitos do uso de agrotóxicos nas áreas cultivadas tem merecido atenção especial, uma vez que em algumas áreas vem alcançando niveis criticos preocupantes. A obtenção sistemática de informações constitui pré-requisito básico. É no sentido de suprir a lacuna de informações sistematizadas sobre poluição que a DGC vem a alguns anos desenvolvendo estudos neste campo, levantando uma série de variáveis que devem ser investigadas de modo a atender à comunidade. Atualmente, já se tem elaborado um questionário sobre o Uso de Agrotóxico a ser aplicado, nos Estabelecimentos Agropecuários e um Inquérito sobre Poluição Industrial. Esses instrumentos de levantamento de dados incorporarão a linha de pesquisas especiais da DPE.

#### 7.3 SUBPROJETO SANEAMENTO BÁSICO

#### 7.3.1 Unidades Envolvidas: DGC/DERNA/DEGEO/DIGEO

## 7.3.2 Objetivo

Congrega as pesquisas e estudos relativos à distribuição e qualidade dos serviços de saneamento básico e suas relações com o meio ambiente e a qualidade de vida.

## 7.3.3 Abrangência

Regiões Metropolitanas, Capitais Estaduais e Macrorregiões

#### 7.3.4 Metodologia

Caracterização dos sistemas de abastecimento de água, esgoto sanitário, limpeza pública e coleta de lixo.

Avaliação dos niveis de atendimento à população através dos sistemas convencionais ou de soluções alternativas locais.

Levantamento de informações sobre questões relacionadas com os mananciais e os receptores.

Identificação e análise das doenças relacionadas com a deficiência de serviços de saneamento básico.

No desenvolvimento do trabalho são observadas as seguintes etapas.

Seleção e levantamento de variáveis quantitativas e qualitativas, com base na documentação disponível; Levantamento de informações junto a entidades, técnicos especializados e observação de campo; Elaboração de textos, de mapas, tabelas e gráficos para divulgação.

## 7.3.5 Temas Contemplados

Caracterização geográfica da área: situação física, população, ocupação urbana; uso da água: abastecimento, diluição de esgotos sanitários; limpeza pública e coleta de lixo: destinação final do lixo, caracterização dos serviços existentes e saúde da população: nível geral de saúde e área com doenças preveníveis por serviços de saneamento básico.

#### 7.3.6 Periodicidade: Decenal

## 7.3.7 Histórico

A questão ambiental, em especial nas aglomerações urbanas de grande porte, como as regiões metropolitanas e as capitais estaduais, vem assumindo graves proporções nos últimos anos, não só em decorrência da poluição causada pelas indústrias e pela circulação dos veiculos automotores, como pelo descompasso entre a expansão do espaço urbano e a oferta de infra-estrutura básica, compreendendo os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública e remoção de lixo. Dentro deste contexto, a deficiência ou ausência de tais serviços vem se colocando, ao longo das últimas décadas - quando se acelerou o processo de urbanização do País -, entre os fatores de maior peso nas agressões ao meio ambiente urbano e na deterioração da qualidade de vida da população.

#### 8 PROJETO MAPEAMENTO TEMÁTICO

8.1 Unidades Envolvidas: DGC/DECAR/DERNA/DEGEO/DETRE

#### 8.2 Objetivo

Objetiva produzir documentos cartográficos, em escalas compativeis com os levantamentos dos aspectos físicos e culturais, quanto à ocorrência e distribuição espacial.

8.3 Abrangência: Nacional

#### 8.4 Metodologia

Elaborado por compilação cartográfica, onde os resultados dos levantamentos temáticos são conjugados à base topográfica, e definindo cores e convenções que transmitam os resultados dos referidos levantamentos.

#### 8.5 Temas Contemplados

Vegetação, indústria, agropecuária, comércio e serviços, população, geologia, solo, recursos hidricos, clima, recursos minerais, unidades de conservação e comunidades indígenas.

8.6 Periodicidade: Permanente

## 8.7 Histórico

Na década de 50 iniciou-se o mapeamento da Bacia do Rio São Francisco. No decorrer das décadas de 60 e 70 intensificou-se este tipo de mapeamento, principalmente com a criação do Projeto RADAMBRASIL.

Em 1985 o IBGE concluiu a série de Carta Aeronáutica Mundial - WAČ -, na escala de 1:1 000 000 em convênio com o Ministério da Aeronáutica.

Atualmente o IBGE elabora um catálogo das cartas da série Levantamento de Recursos Naturais em 1:250 000 e 1:1 000 000.

#### 9 PROJETO MAPAS MURAIS

9.1 Unidades Envolvidas: DGC/DECAR/DERNA/DEGEO

#### 9.2 Objetivo

Objetiva a representação do espaço geográfico nas escalas de 1:5 000 000 ou menores, apresentando de forma generalizada os aspectos físicos e culturais, com o objetivo de atender a uma diversificada gama de usuários.

#### 9.3 Abrangência

Continental, Nacional, Regional, Estadual e Municipal

#### 9.4 Metodologia

Elaborados por processos de compilação cartográfica, a partir de documentos cartográficos em diferentes escalas.

#### 9.5 Temas Contemplados

Hidrografia, planimetria (principais cidades, construções importantes, etc.), sistema viário (rodovias e ferrovías principais), altimetria, limites dos países e suas subdivisões e vegetação.

Editados nos temas: físico, vegetação e geomorfológico, escolar e outros.

Hidrografia, planimetria (construções, linhas de transmissão, etc.), altimetria, sistema viário (rodovias e ferrovias), limites (da federação e de suas unidades) e vegetação.

Divisões intramunicipais legais, hidrografia, planimetria (localidades, construções, etc.), sistema viário (rodovias, ferrovias e elementos correlatos), altimetria.

#### 9.6 Periodicidade: Permanente

## 9.7 Histórico

Os mapas murais tiveram início no IBGE com a primeira edição em 1940 do Mapa do Brasil.

#### 10 PROJETO ATLAS

Objetiva apresentar, cartograficamente, de forma sintética e integrada, o conhecimento existente sobre o espaço geográfico, possibilitando a fácil compreensão de fatos e fenômenos físicos, econômicos e sociais, bem como de suas inter-relações e comparabilidade.

#### 10.1 SUBPROJETO ATLAS NACIONAL DO BRASIL

10.1.1 Unidades Envolvidas: DGC/DECAR/DERNA/ DEGEO/DETRE

#### 10.1.2 Objetivo

Objetiva apresentar, através de sinteses temáticas, uma visão geográfica do Território Nacional, nos seus aspectos físicos, politicos, sociais e econômicos.

#### 10.1.3 Abrangência: Nacional

## 10.1.4 Metodologia

A partir da utilização de métodos analíticos e de sinteses dos fenômenos fisicos e culturais identificados nos levantamentos estatísticos e temáticos, é elaborada, por compilação cartográfica, uma coletânea de mapas onde estes fenômenos e suas inter-relações são cartograficamente representados segundo o enfoque nacional.

#### 10.1.5 Temas Contemplados

Divisão político-administrativa, geologia, relevo, clima, solos, recursos hidricos, vegetação, fauna, conservação e preservação, população, infra-estrutura, agricultura, indústria, comércio e serviços, urbanização, o Pais no contexto geográfico mundial, entre outros.

## 10.1.6 Periodicidade: Decenal

## 10.1.7 Histórico

O primeiro Atlas editado no País, denominado Atlas do Império do Brasil, data de 1868. Já na época da República (1909) foi elaborado um novo Atlas do Brasil.

O IBGE publicou, na década de 60, o Atlas Nacional do Brasil e encontra-se em fase final de preparo para impressão uma nova edição deste atlas.

ATLAS	ANO
Censitário Industrial do Brasil	1965
Climatológico	1955/1960
Meteorologia	1948
Relações Internacionais	1960
Do Brasil - geral	1959
Nacional do Brasil	1966

#### 10.2 SUBPROJETO ATLAS REGIONAL E ESTADUAL

10.2.1 Unidades Envolvidas: DGC/DECAR/DERNA/DEGEO/DETRE/DEPIN

## 10.2.2 Objetivo

Objetiva fornecer, através de sinteses temáticas, uma visão geográfica dos ambientes regionais e das unidades da federação.

## 10.2.3 Abrangência: Regional e Estadual

## 10.2.4 Metodologia

A partir da utilização de métodos analíticos e de sinteses dos fenômenos fisicos e culturais identificados nos levantamentos estatísticos e temáticos é elaborada, por compilação cartográfica, uma coletânea de mapas onde estes fenômenos e suas inter-relações são cartograficamente representados segundo o enfoque regional e estadual.

## 10.2.5 Temas Contemplados

Divisão político-administrativa, geologia, relevo, clima, solos, recursos hidricos, vegetação, fauna, conservação e preservação, população, infra-estrutura, agricultura, indústria, comércio e serviços, urbanização, entre outros.

## 10.2.6 Periodicidade: Sem periodicidade definida

#### 10.2.7 Histórico

ATLAS	AND
Atlas do Brasil - regional	1959
Atlas do Ceará	1973
Atlas do Amapá	1966
Atlas de Rondônia	1973
Atlas do Maranhão	1984
Atlas do Piaui	1990
Atlas de Roraima	1981

#### 10.3 SUBPROJETO ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR

10.3.1 Unidades Envolvidas: DGC/DECAR/DERNA/DEGEO/DETRE

#### 10.3.2 Objetivo

Objetiva apresentar, cartograficamente, uma visão geográfica do mundo, dos fenômenos naturais e culturais, onde os mapas são apresentados numa linguagem didaticamente adequada à compreensão do público alvo.

## 10.3.3 Abrangência: Mundial e Nacional

## 10.3.4 Metodologia

A partir da utilização de métodos analíticos e de sinteses dos fenômenos fisicos e culturais identificados nos levantamentos estatísticos e temáticos, é elaborada, por compilação cartográfica, uma coletânea de mapas onde estes fenômenos e suas inter-relações são cartograficamente representados segundo o enfoque Mundial, Continental e Nacional.

#### 10.3.5 Temas Contemplados

Divisão político-administrativa, geologia, relevo, clima, solos, recursos hidricos, vegetação, fauna, conservação e preservação, população, infra-estrutura, agricultura, indústria, comércio e serviços, urbanização, o País no contexto geográfico mundial, entre outros.

#### Mapas Murais Escolares

Fornecer ao corpo docente dos diversos niveis, organizada num mesmo mural, a visão geográfica dos aspectos físicos da superfície terrestre, tais como: relevo, solo, clima, etc.; e dos aspectos culturais: densidade populacional, movimentos migratórios, divisão político-administrativa, etc.

#### Cadernos de Cartografia

Fornecer ao corpo docente e discente um conjunto de textos e mapas mudos que fundamentem o processo de aprendizagem em: cartografia, geografia e meio ambiente.

#### 10.3.6 Periodicidade: Sem periodicidade definida

#### 10.3.7 Histórico

"Em 1956, quando da criação da Campanha Nacional de Material de Ensino - CNME - pelo Ministério da Educação e Cultura o Atlas foi uma das primeiras obras publicadas.

Preocupada em manter o padrão reconhecidamente alto de suas publicações, a FENAME solicitou e obteve a valiosa colaboração da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, para elaboração de um novo atlas que fosse, sob todos os aspectos - didático, pedagógico, gráfico, metodológico, cartográfico -, a mais atualizada obra no gênero, denominado Atlas Geográfico".

Este convênio é mantido até os dias de hoje, estando em desenvolvimento uma nova proposta visando à elaboração de Atlas Escolares específicos para atendimento ao  $1^{\circ}$ ,  $2^{\circ}$  e  $3^{\circ}$  graus, respectivamente.

Edições do Atlas Geográfico 1983, 1984 e 1986.

#### III PROGRAMA ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO

Compreende os estudos voltados para a avaliação dos recursos paturais e humanos, bem como das formas de utilização deste potencial, com vistas a subsidiar políticas e ações de ordenação territorial, compreendendo zoneamentos e diagnósticos ambientais.

#### 1 PROJETO DIAGNÓSTICOS AMBIENTAIS

1.1 Unidades Envolvidas: DGC/DERNA/DEGEO/DECAR/DIGEO

#### 1.2 Objetivo

Congrega as pesquisas e os estudos, de natureza multidisciplinar, que, a partir da identificação dos processos que interferem na estruturação do espaço e nas condições do meio ambiente, objetivam definir um quadro de referência para os projetos de zoneamento, a qualquer escala de análise.

1.3 Abrangência: Nacional/Regional/Estadual

## 1.4 Metodologia

Utilizando referencial teórico que permita uma abordagem global do meio ambiente e da problemática relacionada à ocupação do espaço pelo homem, este trabalho abrange em seu desenvolvimento:

 Análises da estrutura e dinâmica geoambiental, avaliação da vulnerabilidade do ambiente e sustentabilidade dos recursos, identificação dos processos e formas de apropriação do espaço e de degradação ambiental, identificação de problemas e de áreas críticas para intervenção.

#### 1.5 Variáveis

Elementos do quadro físico-biótico e sócio-econômico.

1.6 Periodicidade: Sem periodicidade determinada

## 1.7 Histórico

A preocupação com o equilibrio ambiental vem sendo uma constante nas políticas do órgãos responsáveis pelo desenvolvimento econômico a partir da década de 70.

Embora os estudos e pesquisas realizados pelo IBGE sejam, em geral, fonte de informações úteis para o planejamento, foi a partir de 1986 que as solicitações expressas do governo levaram a DGC a desenvolver uma série de estudos destinados a subsidiar ações voltadas a minorar impactos ambientais relacionados com a ocupação desordenada do espaço e o uso inadequado dos recursos.

Disto resultou uma linha de pesquisa, voltada para diagnósticos ambientais, iniciada com alguns projetos de grande vulto: Diagnóstico Brasil - A Ocupação do Território e o Meio Ambiente, Diagnóstico Geoambiental e Sócio-Econômico da Área de Influência da BR-364, dentro do contexto Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas - PMACI -, integrado por vários órgãos setoriais sob a coordenação da SEPLAN; Projeto Grande Carajás - Núcleo Marabá e Santa Inês, realizado para o Programa Grande Carajás.

Recentemente foram realizados diagnósticos ambientais para módulos da Amazônia Legal, segundo prioridades estabelecidas pela Secretaria de Assuntos Estratégicos e Secretaria de Desenvolvimento Regional.

#### 2 PROJETO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

2.1 Unidades Envolvidas: DGC/DERNA/DEGEO/DECAR/DIGEO

#### 2.2 Objetivo

Congrega as pesquisas e estudos que buscam definir formas de organização do espaço que viabilizem a ocupação racional do território, subsidiando o desenvolvimento de políticas de ordenação do mesmo.

2.3 Abrangência: Nacional

#### 2.4 Metodologia

Este tipo de projeto parte de uma análise das informações disponíveis, inclusive estudos de diagnóstico ambiental para avaliar através de sinteses sucessivas aspectos da estrutura e da dinâmica do meio ambiente que possibilitem a definição e caracterização de diferentes unidades ambientais. Em seguida identifica, através da pesquisa local, as principais demandas, problemas e conflitos sociais e ambientais nas diferentes unidades. A última etapa consiste na formulação de estratégias preliminares, para a reorganização do espaço e indicação de alternativas de uso de recurso, sua conservação e preservação.

#### 2.5 Temas Contemplados

Elementos do quadro fisico-biótico e sócio-econômico.

2.6 Periodicidade: Sem periodicidade definida

#### 2.7 Histórico

A necessidade de estabelecer prioridades, em termos de áreas geográficas, para atuação do governo, nas questões referentes à apropriação e uso do espaço e gestão do meio ambiente, deu origem, em 1976, ao Decreto nº 92.752, instituindo um programa de ações básicas para defesa do meio ambiente, do qual constava o zoneamento ecológico econômico da Amazônia Legal. A continuidade do programa foi assegurada sucessivamente pelos Decretos nºs 96.994 de 12/10/88 e nº 99.540 de 21/09/90, criando, este último, a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico do Território Nacional. O IBGE através da DGC foi envolvido por essas decisões governamentais, desde o início do processo, convocado que foi para apresentar propostas de orientação metodológica para o desenvolvimento dos estudos.

## IV PROGRAMA INFORMAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS

Congrega os processos de organização, tratamento e manutenção sistemática das informações produzidas pela Diretoria de Geociências, de forma a possibilitar o pleno co-nhecimento e o rápido acesso aos dados, produtos e documentação encontrados nas suas diversas formas de armazenamento, garantindo que as mesmas possam vir a integrar a base de dados do IBGE.

#### 1 SISTEMA DE DESCRITORES (Metadados)

1.1 Unidades Envolvidas: DGC/DEPIN

#### 1.2 Objetivo

Arquivos e sistemas automatizados que objetivam a descrição, localização, forma de armazenamento, meios de acesso e consulta às informações geocientíficas.

## 1.3 Abrangência: Nacional

#### 1.4 Metodologia

O projeto segue a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas, segundo as seguintes etapas:

- a) Estudo inicial:
- b) Estudo de viabilidade:
- c) Especificação lógica;
- d) Especificação fisica;
- e) Implementação:
- f) Implantação:
- g) Avaliação; e
- h) Manutenção.

## 1.5 Variáveis e/ou Temas Contemplados

Temas: Recursos Naturais e Meio Ambiente, Cartografia, Geodésia, Estruturas Territoriais e Geografia

Subtemas: (vide temas dos projetos 2 a 7)

Exemplo: Recursos Naturais e Meio Ambiente: Fauna, Flora, Geologia, Geomorfologia, Solos, Vegetação, Metalogenia, Uso dos Solos, Poluição, Saneamento Básico, Unidades de Conservação, etc.

## Nome das Variáveis:

Exemplo: Geodésia/Triangulação - identificação, longitude, latitude, precisão, descrição, itinerário, data, estado de conservação, etc.

Localização - código geográfico, coordenadas, nome geográfico, etc.

Disponibilidade e Definição da Variável

Endereço da Variável - Publicações, Microformas, Arquivos magnéticos, Fotografias Aéreas, Imagens, Arquivos em papel, Banco de Dados, etc.

## 1.6 Periodicidade: Permanente

#### 1.7 Histórico

A partir de 1989 a DGC iniciou os trabalhos para a concepção de um Sistema de Descritores, tendo sido concluidas, até a presente data, as seguintes etapas:

- Levantamento do estágio atual das informações;
- Elaboração de um cadastro de informações;
- Estudo inicial do Sistema; e
   Estudo de viabilidade do Sistema.

O desenvolvimento do Sistema de Descritores decorre da necessidade de organizar a enorme massa de dados e informações não devidamente catalogadas, buscando um tempo de resposta adequado às demandas atuais da administração pública.

## 2 SISTEMA MAPOTECA TOPOGRÁFICA DIGITAL - MTD

2.1 Unidades Envolvidas: DGC/DECAR/DEPIN

#### 2.2 Objetivo

Objetiva a consolidação, em meio digital, das informações referentes aos acidentes topográficos, naturais e artificiais existentes no território nacional, coligidos por processos de digitalização e restituição fotogramétrica digital. A mapoteca topográfica digital incorporará o mapeamento em escalas topográficas, de forma gradual e em presença das prioridades estabelecidas para os programas setoriais de governo que demandem suporte cartográfico.

2.3 Abrangência: Nacional

#### 2.4 Metodologia

Os processos de digitalização e restituição fotogramétrica digital darão origem a um conjunto de informações sobre a superficie topográfica que irão compor a Mapoteca Topográfica Digital, pressupõe as seguintes fases: incorporação das aludidas informações à MTD, estruturação segundo niveis de informação, estruturação topológica (criação e validação da topologia - materialização das relações de contigidade e conectividade) e geocodificação.

## 2.5 Temas Contemplados

Limites, localidades e áreas especiais, sistema viário, hidrografia, vegetação, elementos culturais, altimetria..

2.6 Abrangência: Nacional

2.7 Periodicidade: Permanente

#### 2.8 Histórico

O Desenvolvimento da Ciência da computação e a utilização do seu ferramental como suporte aos processos de produção deram origem a diferentes estudos nas diversas áreas do conhecimento humano.

Os primeiros sistemas de computação gráfica COMPUTER AIDED DESIGN - CAD - traziam somente funções de desenho, as quais tinham uma aplicação restrita na área de cartografia. No processo de evolução tecnológica passou-se a repotencializar os equipamentos de produção cartográfica para que algumas funções fossem suportadas por computadores.

A crescente demanda por informações georreferenciadas que permitissem a visualização dos aspectos físicos e culturais de forma integrada exigiu estudos para o desenvolvimento de sistemas de informações geográficas que ensejassem a habilidade de manipular dados espaciais e as informações de atributos correspondentes, e integrar diferentes tipos de dados para análises variadas.

O IBGE, como órgão produtor de informações georreferenciadas, vem-se estruturando para absorver estas tecnologias, visando à transformação de sua linha de produção cartográfica convencional para a produção cartográfica apoiada por computador. As diversas etapas da produção cartográfica digital geram um conjunto de informações cartográficas, que serão incorporadas à Mapoteca Topográfica Digital.

## 3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEODÉSICA

3.1 Unidades Envolvidas: DGC/DEGED/DEPIN

## 3.2 Objetivo

Manter os processos de aquisição, tratamento, gerenciamento e divulgação de informações geodésicas, relativas aos descritores de localização e de posição dos pontos integrantes das estruturas geodésicas brasileiras.

## 3.3 Abrangência: Nacional

#### 3.4 Metodologia

O projeto segue a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas - MDS.

#### 3.5 Variáveis

Gráficas e Não-gráficas referentes a:

Triangulação, Poligonação, Geodésia Celeste, Trilateração, Bases, Astronomía, Nivelamento Geométrico, Nivelamento Trigonométrico, Nivelamento Barométrico, Gravimetria (Relativa e Absoluta) e Ondulações Geoidais.

## 3.6 Periodicidade: Permanente

## 3.7 Histórico

O projeto teve início em 1987, estando disponível o Banco de Dados Gravimétricos e em desenvolvimento acham-se o Base de Dados Geodésicos e a Microfilmagem de Cadernetas de Campo.

#### 4 SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

4.1 Unidades Envolvidas: DGC/DERNA/DRG-BA/DEPIN

## 4.2 Objetivo

Manter os processos de aquisição, tratamento, gerenciamento e divulgação de informações de recursos naturais, relativas à distribuição espacial e freq ência de ocorrência.

4.3 Abrangência: Nacional

#### 4.4 Metodologia

O projeto segue a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas - MDS.

#### 4.5 Variáveis

Gráficas e Não-gráficas, referentes a:

Vegetação, Solos, Geologia, Geomorfologia, Metalogenia, Recursos Hídricos, Clima, Fauna, Flora, Unidades de Conservação, Comunidades Indigenas, Legislação, Herbário, Poluição, Saneamento Básico, Recursos Hídricos e Minerais, etc.

4.6 Periodicidade: Permanente

## 4.7 Histórico

O IBGE, com a criação da área voltada para estudos de Recursos Naturais, em 1973, desenvolveu alguns cadastros para o Sistema Abelha, cuja divulgação se inicia em fins de 1990.

Com a absorção do Projeto RADAMBRASIL, em 1985, o IBGE incorporou ao seu acervo dados e informações do Banco de Dados Gráfico Interativo sobre Recursos Naturais e Meio Ambiente, uma tecnologia então desconhecida pelo IBGE, e equipamentos.

A concepção do SIRNAMA é complexa, consistindo a primeira etapa na normatização e definição de procedimentos para aquisição e tratamento de dados, que deverão ser utilizados por toda a área de levantamentos e estudos. Em 1990, o DERNA terminou os manuais para definição de terminologia, em conjunto com o DRG/BA, e está procedendo a compatibilização dos formulários codificados para os levantamentos de campo de recursos naturais.

O projeto foi iniciado em 1989 e até a presente data concluiu as seguintes etapas:

- estudo inicial;
- estudo de viabilidade; e
- levantamento do acervo dos dados e informações existentes.

A divulgação dessas informações vem-se processando de forma gradual através de textos, em demonstrativos em microcomputadores, em plotagens provenientes do banco de dados gráfico interativo e dependendo da especificidade e interesse do tema, através de listagens de cadastros ou de banco de dados temáticos.

#### 5 SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE ESTRUTURAS TERRITORIAIS

5.1 Unidades Envolvidas: DGC/DETRE/DEPIN

#### 5.2 Objetivo

Manter os processos de aquisição, tratamento, gerenciamento e divulgação de informações sobre estruturas territoriais, congregando os cadastros e arquivos relativos às divisões territoriais institucionalizadas e às de coleta que caracterizam a base operacional para os levantamentos estatisticos.

## 5.3 Abrangência: Nacional

## 5.4 Metodologia

O projeto segue a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas - MDS.

#### 5.5 Variáveis

Gráficas e Não-gráficas referentes a:

Unidades Territoriais - Unidades da Federação, Municipio, Distrito, Subdistrito, Regiões Administrativas (RA), Zonas, etc.

Localidades - Cidades, Vilas, Povoadas, Núcleos e Lugarejos;

Aglomerados Subnormais - Favelas ou similares:

Áreas Especiais - de preservação ambiental, de proteção às comunidades indigenas, etc.; e

Divisões Intra-Urbanas - Bairros e similares.

#### 5.6 Periodicidade: Permanente

#### 5.7 Histórico:

O CADGEO foi a primeira tentativa de se organizarem informações, que se achavam dispersas e não consolidadas, sobre estruturas territoriais, a nível de UF, município e distrito, a fim de se materializar a divisão político-administrativa vigente e sua evolução temporal.

Com o passar do tempo, este cadastro necessitava de melhoria de acesso, englobar mais informações, torná-lo mais amplo e ágil, chegando-se assim ao Banco de Estruturas Territoriais - BET -, que vem sendo implantado e testado, porém este banco é uma ferramenta básica de trabalho, no sentido de se armazenarem e se consolidarem estruturas territoriais, mas não de disseminação. Para tanto, a partir de 1991 serão iniciados os trabalhos referentes ao Sistema de Informação de Estruturas Territoriais

## 6 SISTEMA DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL

6.1 Unidades Envolvidas: DGC/DEPIN/DEGEO

#### 6.2 Objetivo

Manter os processos de aquisição, tratamento, gerenciamento e divulgação de informações, de natureza física, social e econômica, sobre os municípios, na forma de uma base de dados em ambiente computacional, que facilite os processos de consulta e análise que demandam a busca de descritores da realidade municípal ou que se preocupem com o estabelecimento das inter-relações entre os diversos fatos e fenômenos ocorrentes no território municípal. O levantamento básico municípal constitui a princípal fonte de informações para o sistema.

6.3 Abrangência: Nacional

## 6.4 Metodologia

A ser definida pelo Comitê Curador do Sistema de Informação Municipal conforme R.CD-38/90 de 22/10/90.

## 6.5 Variáveis:

A serem definidas pelo Comitê Curador do Sistema de Informação Municipal conforme R.CD-38/90 de 22/10/90.

6.6 Periodicidade: Permanente

#### 6.7 Histórico:

A constante e crescente demanda por informações referidas a nivel do Município adquiriu particular importância, após aprovação do texto da Constituição de 1988.

O IBGE, para atender a esta demanda, decidiu desenvolver o Sistema de Informação Municipal, reconhecendo a necessidade de organizar as informações produzidas pelas suas diferentes áreas e por entidades externas.

#### 7 SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

7.1 Unidades Envolvidas: DGC/DECAR/DEPIN

## 7.2 Objetivos

Manter os processos de aquisição, tratamento, gerenciamento e divulgação de informações de referência para a caracterização do território, em particular aquelas que formam os arquivos de: superficies territoriais; toponimia; localidades; extensões e distâncias; centróides; ilhas, lagos e lagoas; bacias hidrográficas, dentre outros elementos geográficos.

7.3 Abrangência: Nacional

#### 7.4 Metodologia

O projeto segue a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas.

#### 7.5 Variáveis

Gráficas e Não-gráficas, tais como: Hidrografia, Altimetria, Sistema Viário, Rede de Transmissão, Rede de Energia, Cidades, Vilas, Povoados, Áreas Especiais, Portos, Aeroportos, Minas, Faróis, Topônimos, Usinas Hidrelétricas, Bacias Fluviais, Estações Pluviométricas, etc.

7.6 Periodicidade: Permanente

## 7.7 Histórico

O projeto teve início em 1987, tendo sido concluída a primeira versão do projeto lógico. Tendo em vista mudanças tecnológicas importantes ocorridas desde então, o projeto vem sofrendo uma reorientação.

## 8 PROJETO INQUÉRITO BÁSICO MUNICIPAL - IBM

8.1 Unidades Envolvidas: DGC/DEGEO/DERNA/DECAR/ DETRE/DEPIN

#### 8.2 Objetivo

Objetiva o levantamento sistemático de informações básicas municipais, suprindo as lacunas identificadas nos levantamentos estatisticos de cunho sistemático do IBGE ou de outras entidades dos governos federal e estadual, facilitando a estruturação de um conjunto de dados e informações que irão integrar o Sistema de Informação Municipal.

8.3 Abrangência: Nacional

#### 8.4 Metodologia

Definição de temas e formulação de questões. Preenchimento do questionário pela rede de coleta. Critica e sistematização das informações.

#### 8.5 Variáveis:

Os temas atuais pesquisados são os seguintes:

- características institucionais e políticas;
- caracteristicas físicas:
- caracteristicas ambientais;
- caracteristicas administrativas;
- características das finanças públicas; e
- características das ligações intermunicipais (transportes, bens e serviços, e outras).

## 8.6 Periodicidade: Bianual

#### 8.7 Histórico

O IBM surgiu em 1961, reunindo em um formulário específico, para cada município, informações contidas em diversos inquéritos do IBGE.

Em 1985, surgiu novo inquérito, totalmente informatizado, constituindo o SIBAM, que vem atendendo aos usuários até o momento.

Em 1989, após cinco anos sem ser atualizado, foi iniciado o processo de reformulação do IBM. As informações coletadas deverão integrar o SIM.

# SE O ASSUNTO É BRASIL, PROCURE O IBGE

O IBGE põe à disposição da sociedade milhares de informações de natureza estatística (demográfica, social e econômica), geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental, que permitem conhecer a realidade física, humana, social e econômica do País.

## VOCÊ PODE OBTER ESSAS PESQUISAS, ESTUDOS E LEVANTAMENTOS EM TODO O PAÍS

## No Rio de Janeiro:

Núcleo de Atendimento Integrado - NAT Biblioteca Isaac Kerstenetzky Livraria Wilson Távora

Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Rua General Canabarro, 666

CEP 20271 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (021)284-0402 - Telex: 2134128

Fax: (021)234-6189

Livraria do IBGE

Avenida Franklin Roosevelt, 146 - loja CEP 20021 - Castelo - Tel.: (021)220-9147

Nos Estados procure o Setor de Documentação e Disseminação de Informações - SDDI dos Escritórios Estaduais

#### Norte

RO - Porto Velho - Rua Duque de Caxias, 1223 - Centro CEP 78900 - Tels.: (069)221-3077/3658 - Telex: 692148

AC - Rio Branco - Rua Benjamin Constant, 506 - Centro CEP 69900 - Tel.: (068)224-1490 - Telex: 682529

AM - Manaus - Avenida Ayrão, 667 - Centro - CEP 69025 Tels.: (092)232-1369/0152 - Telex: 922668

RR - Boa Vista - Avenida Getúlio Vargas, 76-E - Centro CEP 69300 - Tel.: (095)224-4103 - Telex: 952061

PA - Belém - Avenida Gentil Bittencourt, 418 - Nazaré CEP 66040 - Tel.: (091)241-1440 - Telex: 911404

AP - Macapá - Rua Jovino Dinoá, 2123 - Centro - CEP 68900 Tel.: (096)222-3128 - Telex: 962348

TO - Palmas - Rua Antonio Aires Primo, 2320 - Centro CEP 77500 - Tels.:(063) 863-1811 e 863-1461 - Telex: 628096

#### Nordeste

MA - São Luís - Rua Silva Maia, 131 - Centro - CEP 65010 Tel.: (098)221-5121 - Telex: 982415

PI - Teresina - Rua Simplício Mendes, 436-N - Centro CEP 64025 - Tel.: (086)222-4161 - Ramal 9 - Telex: 862344

CE - Fortaleza - Rua Major Facundo, 733 - 7.º andar Centro - CEP 60040 - Tel.: (085)243-6941 - Telex: 851297

RN - Natal - Praça Pedro Velho, 435 - Petrópolis - CEP 59020 Tel.: (084)222-3695 - Ramal 712 - Telex: 842279

PB - João Pessoa - Rua Irineu Pinto, 94 - Centro - CEP 58010 Tel.: (083)221-4310 - Telex: 832347

PE - Recife - Rua do Hospício, 387 - 4.º andar - Boa Vista CEP 50060 - Tels.: (081)221-2798 e 231-0811 - Ramal 15 Telex: 811803

AL - Maceió - Rua Tibúrcio Valeriano, 125 - Centro CEP 57020 - Tels.: (082)223-2665 e 221-9702 - Telex: 822361

SE - Aracaju - Rua Riachuelo, 1017 - São José - CEP 49020 Tel.: (079)222-8197 - Telex: 792276

BA - Salvador - Avenida Estados Unidos, 50 - 4.º andar CEP 40720 - Tel.: (071)243-9277 - Ramais 25 e 28 Telex: 712182

#### Sudeste

MG - Belo Horizonte - Rua Oliveira, 523 - Cruzeiro CEP 30310 - Tel.: (031)223-0554 - Ramal 112 - Telex: 312074

ES - Vitória - Rua Duque de Caxias, 267 - Sobreloja Centro - CEP 29010 - Tel.: (027)222-5004 - Telex: 272252

SP - São Paulo - Rua Urussuf, 93 - 3.º andar - Itaim Bibi CEP 04542 - Tels.: (011)883-0077/2258/0312 Telex: 1139701 e 1132661

#### Sul

PR - Curitiba - Rua Carlos de Carvalho, 552 Centro - CEP 80410 - Tel.: (041)234-9122 - Ramal 61 Telex: 416117

SC - Florianópolis - Rua João Pinto, 12 - Centro - CEP 88010 Tel.: (0482)22-0733 - Ramal 61 - Telex: 482250

RS - Porto Alegre - Rua Augusto de Carvalho, 1205 Cidade Baixa - CEP 90010 - Tel.: (051)228-6444 Telex: 511862

#### Centro-Oeste

MS - Campo Grande - Rua Barão do Rio Branco, 1431 Centro - CEP 79013 - Tel.: (067)721-1163 - Telex: 672442

MT - Cuiabá - Avenida XV de Novembro, 235 - 1.º andar Porto - CEP 78040 - Tel.: (065)322-2121 - Ramal 23 Telex: 652258

GO - Goiânia - Avenida Tocantins, 675 - Centro - CEP 74015 Tels.: (062)223-3121/3106 - Telex: 622470

DF - Brasılia - SDS Q.06-Bl.H - Ed. Venâncio II - 1.º e 2.º andares - CEP 70302 - Tel.: (061)223-1359 - Telex: 612242

O IBGE possui, ainda, agências localizadas nos principais Municípios.